

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS - SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

FAUSTO DELPHINO SCOTE

SERÁ QUE TEMOS MESMO DIREITOS A UNIVERSIDADE?
O DESAFIO DO ACESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO
ENSINO SUPERIOR

Sorocaba

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS - SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

FAUSTO DELPHINO SCOTE

SERÁ QUE TEMOS MESMO DIREITOS A UNIVERSIDADE?
O DESAFIO DO ACESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO
ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - Campus Sorocaba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação, Comunidade e Movimentos Sociais

Orientador: Professor Doutor Marcos Roberto Vieira Garcia

Sorocaba

2017

Delphino Scote, Fausto

Será que temos mesmo direitos a Universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior / Fausto Delphino Scote. -- 2017.

152 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Prof^o. Dr^o. Marcos Roberto Vieira Garcia

Banca examinadora: Prof^o. Dr^a. Maria Juracy Filgueiras Toneli, Prof^a. Dr^a. Maria Carla Corrochano

Bibliografia

1. Gênero . 2. Travestilidades . 3. Universidade . I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

FAUSTO DELPHINO SCOTE

**SERÁ QUE TEMOS MESMO DIREITOS A UNIVERSIDADE?
O DESAFIO DO ACESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO
ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - Campus Sorocaba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Sorocaba, 22 de fevereiro de 2017.

Orientador

Professor Doutor Marcos Roberto Vieira Garcia

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Examinadora

Professora Doutora Maria Juracy Filgueiras Toneli

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Examinadora

Professora Doutora Maria Carla Corrochano

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Dedico a todas/os travestis e transexuais que diariamente são assassinadas/dos em nosso País, pelo simples fato de existir.

As pessoas trans que participaram dessa dissertação, minha gratidão e carinho.

A minha amapô chefe “Nadir”, sem você eu não existo!

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Nadir, pelo seu amor, apoio, carinho, dedicação e compreensão em todos os momentos. Você me ensinou a valorizar meus estudos, me ensinou a valorizar as pessoas, me ensinou a ser gente. Mesmo muitas vezes achando maluco, ou não compreendendo as minhas escolhas, sempre acreditou e torceu a sua maneira por minhas conquistas, Te amo.

Ao meu pai (*in memória*) que a sua maneira, sempre me amou.

À minha avó Luzia (*in memória*) por cuidar de mim e me encher de carinho.

À Tia Dora, minha segunda mãe, que mesmo não entendendo o que estou fazendo direito, sempre está ao meu lado, me oferecendo seu carinho, compreensão e fazendo tudo por mim.

À todos meus familiares, que de alguma forma, uns mais, outros menos, fazem parte da minha história.

Aos meus primos mais que especiais Jú e Chris, vocês me fazem acreditar que o amor existe, e é inexplicável. O carinho de vocês me faz muito bem.

À minha prima Cida, com seu exemplo, pelo seu apoio, suas palavras de incentivo que sempre me ajudaram me contribuíram para eu acreditar em mim.

Ao meu orientador, professor Doutor Marcos Roberto Vieira Garcia, por seu carinho, paciência, dedicação e atenção. Obrigado por acolher-me, guiar-me e ensinar-me como é torna-se um pesquisador. Obrigado por me fazer sentir valorizado. Obrigado por existir e contribuir para que eu descobrisse um “mundo” pelo qual eu ainda não o percebia.

Á banca de qualificação, composta pelas professoras Doutoradas Maria Juracy Filgueiras Toneli e Maria Carla Corrochano, pelas valiosas contribuições.

À Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, pela atenção, disposição e pela oportunidade de me proporcionar através de seus conhecimentos acadêmicos e empíricos um novo olhar sobre questões relacionadas á transexualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e á linha de Educação, Comunidades e Movimentos Sociais, por me proporcionar uma educação de qualidade e me oferecer um conhecimento que não se findará.

Às professoras da Linha Educação, Comunidades e Movimentos Sociais, Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira, Profa. Dra. Teresa Mary Pires de Castro Melo, Profa. Dra. Kelen Christina Leite, pelos ensinamentos.

À Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça, sou eternamente grato pelo carinho, perseverança e humildade de me proporcionar seu vasto conhecimento.

À Profa. Dra. Vanda Aparecida da Silva, pela atenção, afeto e pela oportunidade de aprendizagem.

As “lindezas” da linha 2: Carolina, minha amiga e companheira de todas as horas, essa dissertação também é sua. Obrigado por existir, me apoiar, acalantar meu choro, quando meu desespero batia e por estar sempre ao meu lado. Flávia, sua diva maravilhosa, sou muito grato pelo seu carinho, afeto e principalmente por me ensinar a ser forte e lutar contra o machismo, a misoginia e o preconceito. Thais, serei eternamente grato pelo seu acolhimento, por abrir as portas da sua casa, no momento que eu mais precisava. Sua determinação e militância me fascinam. Rebeca, lindeza, sua doçura sempre me encantou, te desejo uma existência doce e calma. Hércules, seu louco, adoro-te. Carlos, nosso “certinho”, quero ser como você quando crescer, menos hetero e Sil, suas palavras sempre me confortam, seu carinho me faz muito bem, sua dedicação em tudo que faz é um exemplo a ser seguido. Obrigado por existirem, por fazerem parte da minha história.

À República/Família Repurgatório, sem vocês eu também não existiria, agradeço cada um/uma por tudo, vocês são demais: Camila, Débora, Filipe, Henrique, Fábria, Sara, Yara, Caliupe/Caíque, Fernando Henrique, Vini e Lay. Aprendi muito, com todos.

Ao amigo Bruno, por me acolher e dividir comigo esse momento. Obrigado pela sua atenção, paciência e carinho, sempre presente nos momentos de meus descontroles e inseguranças me acalutando com palavras de conforto. Amo-te.

Ao casal que amo, Prof. Chinale e Graziela, não têm palavras para descrever o quanto vocês são importantes nessa minha conquista, pois com a amizade, o carinho, o incentivo, a valorização e as contribuições oferecidas em todos os momentos essa dissertação não teria existido. Sem vocês não estaria aqui. Obrigado por tudo, por existirem e fazerem parte da minha vida.

Aos amigues de uma vida toda, da comunidade Unespiana: Débrão e Fer, Patrícia, Diana, Renata, César, Jú, Yara, Rosa, Rubéns, Rê, Olívia, Rita, Paula, Jane e Lívia, minha gratidão e amizade por vocês é eterna!

As meninas que trabalham no R.U. principalmente Andréia, Ana e Dona Cida (que não trabalha mais na UFSCar), pelo carinho, pelos bons papos e que durante esses dois anos, tornaram-se minhas refeições mais alegres e animadas.

As minhas amigas da escola e da vida, Myrna e Ilana, pelos nossos encontros, debates e risadas. A força e valorização oferecida por vocês nunca esquecerei.

As minhas amigas queridas KK, Débora, Vi e Ana, pelos nossos encontros regados a cerveja, que me fizeram sair um pouco dessa loucura e extravasar minhas angústias.

Aos meus amigos queridos, Solon e João Maurício pela ajuda e carinho. É muito bom saber que estamos juntos pro que der e vier.

A todas as mulheres trans e homens trans que me ajudaram a concluir esse trabalho, sem vocês essa dissertação nunca teria saído do papel. Obrigado por existirem.

RESUMO

Esta dissertação almejou analisar a dificuldade de acesso e permanência da população trans no ensino superior. Foi realizado um trabalho de campo que envolveu a realização de seis entrevistas com mulheres trans e uma com um homem trans, de diferentes raças/etnias, classes sociais e tipos de universidade que frequentam. Os resultados obtidos apontam que o acesso à universidade foi facilitado por conquistas específicas do movimento trans, mas também por outras mais amplas, entre as quais destacam-se : a implementação legal e o direito de utilização do nome social para travestis e transexuais em instituições de ensino que aderiram à legislação e nas avaliações nacionais como o ENEM; as políticas de inclusão governamentais ao acesso a minorias étnicas e raciais de baixa renda pelo oferecimento de vagas em universidades públicas federais e estaduais pelo sistema SISU e o oferecimento de bolsas de estudos em universidades privadas e confessionais pelo PROUNI. Foi fundamental também o recurso de muitas a projetos sociais do tipo “cursinho preparatório”, voltados a travestis e transexuais. Por outro lado, ainda são isolados os casos de políticas públicas de permanência quando se relaciona a população trans, sem a existência de especificidade no oferecimento e manutenção de políticas públicas que contribuam para isso. Foram relatadas dificuldades relativas ao pagamento de matrícula e mensalidades da universidade, à utilização de banheiro segundo o gênero de identificação, ao acesso à moradia estudantil e a bolsas de auxílio-alimentação, além da falta de trato adequado por parte de docentes e funcionárias/os não-capacitadas/os a lidar com pessoas trans. A participação na militância trans dentro do contexto universitário apresentou-se como importante para a transformação do ambiente que habitam, contribuindo para a mudança de paradigmas, a aceitação de suas subjetividades, o reconhecimento de direitos e o respeito à diversidade humana.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Travestilidades. Universidade.

ABSTRACT

This master thesis aims to analyze the difficulty of access and permanence of the transgender population in colleges. A field work was carried out that involved the realization of interviews with transgenders of different ethnicities, social classes and types of university that they attend. The results obtained indicate that access to the university was facilitated by specific achievements of the trans movement, but also by broader ones, among which the following stand out: legal implementation and the right to use the social name for transvestites and transsexuals those who have adhered to legislation and national assessments such as ENEM; the government's inclusion policies for access to low-income ethnic and racial minorities by offering positions at federal and state public universities by the SISU system and offering scholarships at private and confessional universities by PROUNI. Also fundamental were social projects of the type "preparatory course", that aimed at transvestites and transsexuals. On the other hand, the cases of public policies of permanence are still isolated when the trans population is related, without the existence of specificity in the supply and maintenance of public policies that contribute to this. Have been reported some hardship related to tuition fees, the use of the bathroom according gender identity, access to student housing and food-aid, as well as the lack of adequate treatment by teachers and staff who are unable to deal with transgender people (gender bias). Participation in transgender militancy within the university context has become important for the transformation of the environment they inhabit, contributing to the change of paradigms, acceptance of their subtleties, recognition of rights and respect for human diversity.

Keywords: Education. Gender. Travestilities. University.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Associação de Psiquiatria Norte-Americana

ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros

CID – Classificação Internacional de Doenças

DSM – Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais de Doenças

EAD – Educação a Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que trabalham com AIDS

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

HBIGA – Henry Benjamin Gender Dysphoria Association

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira

LGBTQIA – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais e agêneros

NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de apoio e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SISU – Sistema de Seleção Unificada

O MANIFESTO TRASGÊNERO

Apensado por essa pensadora atuante, após uma revelação, em alguns muros virtua

“O natural é uma pose difícil de ser mantida”

Oscar Wilde.

A maioria sequer suspeita, mas vivemos hoje no Brasil um momento singular. Das margens da sociedade se subverte nossa história conservadora de controle sobre os corpos.

O “Sexo-Rei” sofre desgastes ante à emergência de cada vez mais pessoas que vivem gêneros independentemente de seus órgãos genitais: andróginos, crossdressers, transexuais, travestis, queer, drag queens e kings, todos que, em suas particularidades sociais e identitárias, caibam sob o guarda-chuva de identificações e práticas que chamo de “transgênero”, diferenciando-o de outro guarda-chuva, o “cisgênero”, no qual também há muita gente diferente entre si, mas que têm em comum a auto-identificação de seu gênero com o que lhes foi atribuído ao nascimento.

Arriscando-me a ser rotulada como ideóloga de um futuro trans (reduzindo aqui o termo “transgênero”) da cultura brasileira, antevejo que o processo de visibilização das pessoas trans irá se acelerar, desnaturalizando a crença falaciosa nos gêneros como categorias simples e imutáveis frente aos mecanismos históricos e culturais.

Entretanto, estamos na véspera dessas mudanças: a cidadania trans e a identidade de gênero da população transgênero são vilipendiadas pelo Estado, por instituições, grupos e pessoas. Formadores de opinião, em todos os meios de comunicação, preservam o juízo de que os gêneros e suas expressões são desígnios puramente biológicos, traduzidos em termos de cromossomos, pênis e vaginas. O direito a adequação de seus registros civis é impedido, na ausência de Leis que reconheçam as suas demandas ou mesmo na presença de operadores do Direito contrários à livre expressão de gênero. O seu direito a vida é ferido cotidianamente, no país em que mais se matam pessoas trans no mundo.

As divergências a esses discursos e práticas sociais, apresentados pelos movimentos feministas que criticam o essencialismo biológico e pelos movimentos de pessoas transexuais, especialmente, desestabilizam a segurança de alguns nos pressupostos sobre o que os fazem ser como são (homens ou mulheres) e o que isso significa.

São potencializados temores que, desde fins do século XIX, com o início do movimento feminista, estão no núcleo das inquietações contemporâneas: a possibilidade de haver libertação das amarras de gênero, o que fragiliza a estabilidade das identidades e a “naturalidade” corporal do ser mulher ou homem.

A revolução trazida pela população transgênero ainda está em curso, e afetará toda a sociedade. A festa de seu lançamento já foi marcada nas redes sociais da internet, e em breve se espalhará pelas ruas.

Jaqueline Gomes de Jesus

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1. ALGUNS CONCEITOS PRELIMINARES.....	17
2. PARTICIPANTES DE PESQUISA.....	36
2.1. BABY.....	42
2.2. BETHÂNIA	44
2.3. CÁSSIA.....	46
2.4. CAZUZA.....	48
2.5. ELZA.....	49
2.6. GAL.....	52
2.7. NARA.....	54
3. CENAS DA VIDA.....	59
4. TRABALHOS E O SONHO DA UNIVERSIDADE.....	86
5. DENTRO DOS TEMPLOS DO SABER.....	96
6. CENÁRIOS POSSÍVEIS.....	125
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
9. ANEXOS.....	151

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo investigar as condições de acesso e permanência de populações trans no ensino superior no país. Procuo investigar a partir de narrativas de jovens/estudantes/trans quais estratégias produziram para subverter a abjeção e os preconceitos relacionados á expressão de gênero no espaço universitário. Busco compreender também por meio de minhas/meu interlocutoras/r: o que dificulta o acesso e permanência dela/e na universidade; como constroem suas experiências de transexualidades dentro da comunidade universitária (tendo-se em vista que a universidade ainda é predominantemente um espaço de modelos cis-heterossexuais de existências e comportamentos); que movimentos incitam no interior das universidades para modificar o histórico de negação das existências transexuais.

A presente pesquisa foi certamente motivada por questões pessoais e por minha trajetória acadêmica. Como sou homossexual e afeminado, vivenciei e vivencio durante a minha vida inúmeras situações de exclusão, de repulsa e preconceito causados pela minha orientação sexual, embora as situações pelas que passei são certamente menos impactantes do que as vividas por pessoas travestis e transexuais. O fato de ter cursado ciências sociais (sou antropólogo) potencializou o desejo de compreender os motivos de marginalização e exclusão das pessoas que assumem ou possuem características fora dos padrões cisheteronormativos.

Dessas inquietações surgiu meu interesse em apresentar nessa dissertação as narrativas de pessoas que procuram o tempo todo ultrapassarem experiências de preconceito e subalternização, desde a vida com seus familiares, passando pelas instituições escolares onde estudaram, até os espaços universitários onde vivenciam desejos comuns de ascensão pessoal e muitas refletem acerca da importância da visibilidade trans em ocupações que exigem maior escolaridade e buscam a legitimação da igualdade de direitos.

A pesquisa está dividida algumas partes. Após a apresentação busco desenvolver alguns conceitos preliminares pertinentes ao tema, pois durante a dissertação vou realizar um diálogo entre as narrativas e a literatura sobre ele. Em seguida exponho o percurso metodológico, que se iniciou com o levantamento de informações concernentes à população trans em universidades no país por meio de redes sociais, amigos e de consultas aos bancos de dados de instituições especializadas que trabalham com tal público. Para um maior aprofundamento das informações foram realizadas entrevistas em encontros presenciais com as/o participantes onde buscou-se compreender suas histórias de vida por meio de suas

narrativas. A metodologia da pesquisa científica é pautada pela perspectiva pós-estruturalista em consonância com os estudos queer.

A descrição do campo realizado envolve a apresentação das/do participantes da pesquisa por meio de um quadro sintético e posteriormente uma breve exposição das narrativas, contribuindo assim, para melhor compreensão de suas singularidades. Em seguida busca-se refletir sobre as narrativas propriamente ditas a partir de quatro eixos:

No primeiro serão apresentadas as narrativas iniciais das histórias das/do interlocutoras/r, primeiras experiências de expressão de suas sexualidades “diferentes”, a frequente influência religiosa que tendem a contribuir para sua não-aceitação nos contextos familiares. Em seguida serão narrados os processos iniciais da “descoberta” da transexualidade e a transição de seus corpos no espaço escolar, gerando maior visibilidade e sentimento de não-pertencimento a esse espaço, provocando situações de expulsão e repulsa daquele local de convivência coletiva.

No segundo eixo, será discutida a precarização do trabalho gerados pelo preconceito relacionado às pessoas trans em geral, levando-as/o a buscar no emprego informal a possibilidade de sobrevivência. Em seguida serão abordados os processos iniciais de intenção de fazer uma universidade, de ter o direito e reconhecimento humano de serem consideradas/o iguais e respeitadas/o enquanto futuras/o profissionais. Ao final, serão apresentadas também as conquistas do movimento travesti e transexual - como a implementação legal e o direito de utilização do nome social em instituição de ensino e nas avaliações nacionais – ENEM – e a ampliação dos projetos sociais, como os cursinhos preparatórios voltados particularmente a populações travestis e transexuais, contribuindo também, de certa forma, para o início do acesso dessa população ao contexto universitário.

No terceiro eixo será focado o acesso à universidade das/do minhas/meu interlocutoras/o. Isso será relacionado às perspectivas históricas das políticas atuais de democratização do acesso e ampliação no Ensino Superior no Brasil – discutindo os limites e objetivos existentes na consolidação do Prouni e no ENEM como sistema avaliativo de seleção universal para o acesso universitário. Também serão discutidos os problemas vividos gerados pela burocratização das universidades em relação à documentação da utilização do nome social, além da falta de qualificação profissional de alguns de docentes.

No quarto será explorado o tema das vivências e experiências das minhas/meu interlocutoras/r em seus cursos escolhidos, bem como o do contato com as pessoas cisgêneras e transgêneras. Também será debatida neste momento a importância da militância na busca de mudanças sociais e na ampliação de direitos e sobre a proteção legal continuada que garanta

não somente o acesso universitário, como também sua permanência e finalização, incluindo seus projetos futuros.

Finalizando, no quinto e último eixo realizarei as “considerações finais”, tendo como meta tecer um debate movido por minhas inquietações e inconformismos provocados pelo contato e convivência com a realidade do grupo pelo qual pesquisei.

Como cenário, observamos durante todo o estudo o quanto ainda existem inúmeras barreiras em relação a políticas públicas para as populações trans que precisam ser discutidas e problematizadas em todos os meios. Observa-se que é necessário e importante que as histórias, memórias e vozes dessas populações invisíveis, e/ou outras, sejam ouvidas para que fomentem políticas públicas participativas, visando oferecer garantias e soluções coletivas que transformem suas realidades.

ALGUNS CONCEITOS PRELIMINARES

Antes de dissertar sobre qualquer assunto relacionado à sexualidade humana, é necessário contextualizar e compreender alguns conceitos e, desta forma obter uma noção real de sua legitimidade na constituição dos discursos formalizados socialmente através da história.

No meio científico tradicional, o sexo é determinado exclusivamente através da condição biológica e física dos corpos inertes, que se dividem entre o masculino e feminino. Assim, o conceito de sexo, inicialmente constituído por um determinismo biológico através da diferença sexual, serviu como base para elaboração de práticas e discursos específicos, criando espaços sociais de diferenciação entre os corpos.

A preocupação teórica como o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir de analogias como a oposição entre o masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam como a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como forma de falar sobre relações sociais e sexuais não tinham aparecido. (Joan SCOTT¹, 1995, p. 85).

Para Teresa de Laurentis (1994), é necessário conceber os sujeitos sociais e suas subjetividades de outra forma, articulando suas relações num campo social mais amplo, heterogêneo. Para a autora, necessitamos de um conceito de gênero que não se prenda às diferenças sexuais ao ponto de se tornar categoricamente considerada uma derivação direta delas.

Tal dificuldade, ou seja, a imbricação de gênero e diferença(s) sexual (ais) precisa ser desfeita e desconstruída. Para isso, pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma tecnologia “sexual”; desta forma, poder-se-ia que também o gênero, como representação e como auto representação, é um produto de diferentes tecnologias sociais. (LAURENTIS, 1994, p. 208).

Segundo Michel Foucault (2014), o sexo ao longo de todo século XIX, inscreve-se nos corpos a partir de dois saberes distintos, das ciências biológicas, adotando ideias de reprodução relativas a outros seres vivos, e da medicina, que constrói uma noção de

¹ Na primeira vez que citar a/o autora/or, apresentarei o nome e sobrenome para identificar se a referência é a uma autora ou a um autor, uma vez que as mulheres foram invisibilizadas historicamente dos processos de produção do conhecimento.

sexo que obedece a origens e regras diversificadas. Porém, há diferentes racionalidades que atravessam esses saberes, dificultando um diálogo entre eles:

Por trás da diferença entre a fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade será necessário ver algo diferente e a mais do que progresso desigual ou um desnivelamento nas formas da racionalidade: uma respeita a imensa vontade de saber que sustentou a instituição do discurso científico no Ocidente, ao passo que a outra corresponderia a uma vontade obstinada de não saber. (FOUCAULT, 2014, p. 61).

Para o autor, havia um mascaramento, uma recusa de “ver e ouvir”, de compreender as diferenças que desabrochavam nos corpos, nas existências que não se enquadravam nos modelos de sociedade propostos para aquela época. Assim, as ciências médicas como instituições respeitáveis, formalizaram um discurso sobre a constituição dos corpos apresentados como anormais e desviantes, oferecendo sua suposta cura.

Desconhecimentos, subterfúgios, esquivas só foram possíveis e só tiveram efeito baseados nessa estranha empresa: dizer a verdade do sexo. Empreendimentos que não data do século XIX, mesmo se o projeto de “ciência” lhe emprestou, então de forma singular. Ele é o pedestal de todos os discursos aberrantes, ingênuos e ardilosos em que o saber sexual parece ter durante muito tempo, se extraviado. (FOUCAULT, 2014, p. 63).

A concepção de sexualidade para Foucault (2014) é correlata dessas práticas discursivas desenvolvidas lentamente através do século XIX, suas características fundamentais foram definidas como sendo “por natureza” dominadas por processos patológicos, que são reguladas através de procedimentos terapêuticos e/ou cirúrgicos de normalização corporal. “O discurso, veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, delimita e permite barrá-lo”. (FOUCAULT, 2014, p. 110). Desta forma, para o autor esses dispositivos de controle dos corpos articulados constroem uma sexualidade fundamentada nesses mesmos discursos e práticas regulatórias que fabricam seus próprios sujeitos e uma hierarquização dos mesmos.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2014, p. 115).

Nossos corpos e suas histórias, não podem ser separados ou deslocados dos dispositivos de construção de um biopoder², alega Foucault. Como descreve a autor, o corpo é um texto construído e reconstruído por um processo de produção-reprodução sexual. Através desse processo alguns códigos permanecem, outros não, ou são eliminados por não serem “naturalmente” aceitos.

Foi através desse discurso vinculado à sexualidade desviante que expressões de gênero associadas à transexualidade começaram a ser patologizadas. Em 1910 o termo “transexual psíquico” já havia sido empregado por Magnus Hirschfeld para referir a transexuais fetichistas e posteriormente foi utilizado novamente em 1949, por Cauldwell, em seus estudos sobre transexualidade masculina. Na década de 1950, o “fenômeno transexual” começa aparecer em artigos científicos do endocrinologista Harry Benjamin, cujo foco de sua dedicação era estabelecer ocorrências que justificassem as diferenças entre transexuais e homossexuais. Segundo Berenice Bento (2014) a experiência transexual esteve presente em vários momentos da história ocidental e em outras sociedades desde a antiguidade, mas foi somente em 1949, que a expressão “transexualismo³” foi utilizada como indicador para o significado atribuído na contemporaneidade.

Para Bento (2014), é de extrema importância considerar essas primeiras reflexões históricas como fundamentais para o início da construção do “dispositivo da transexualidade”, pois segundo a autora, realiza-se através da construção discursiva patologizante advinda das ciências médicas neste momento a efetivação nos corpos características generificadas de abjeção⁴.

² O biopoder segundo Foucault (2014), essa manifestação do poder sobre a vida “desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais (...) o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta de metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo traspassado pela mecânica do ser vivo e com suporte dos processos biológicos (...) tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas dos corpos e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder soberano sobre a vida.” (FOUCAULT, 2014, p. 150).

³ Para o CID 10 – a classificação e característica de Transtorno de Identidade Sexual ou Transexualismo: trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a um intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo conforme quanto possível ao sexo desejado.

⁴ Conceito formulado por Judith Butler na obra *Gender Trouble* de 1990 e discutido por Jorge Leite Junior (2012) “pode-se afirmar que o abjeto é o ininteligível, aquilo que, na constituição do sujeito (individual ou social), é expulso como não categorizável” (Leite Jr, 2012, p.560). O abjeto é o que está fora das categorias de pensamento socialmente inteligíveis. Nesse sentido, abjeto é uma categoria de linguagem que denomina a falta

Através dessa constatação discursiva promovida pela ciência médica em corpos considerados abjetos, as cirurgias de transexualização são apontadas como única solução para curar as enfermidades das/dos transexuais, contrapondo essa posição profissionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise, que consideravam esses procedimentos mutilações corporais.

A articulação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras dos corpos, ao longo das décadas de 1960 e 1970, ganhou visibilidade com o surgimento de associações internacionais que se organizam para produzir um conhecimento específico para a transexualidade e para discutir os mecanismos de construção do diagnóstico diferenciado para gays, lésbicas e travestis. Nota-se que a prática e a teoria caminham juntas. Ao mesmo tempo em que se produz um saber específico, propõem-se os modelos apropriados para o “tratamento”. (BENTO, 2014, p. 44).

Neste período, em 1969, foi realizado, em Londres, o primeiro congresso da Associação Harry Benjamin, em 1977, tornando-se depois Harry Benjamin Gender Dysphoria Association (HBIGDA)⁵. A partir desse momento, a transexualidade passou a ser considerada uma “disforia de gênero”, termo desenvolvido por John Money em 1973. “A sua inclusão no Código Internacional de Doenças, em 1980, foi o marco no processo de definição da transexualidade como uma doença.” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 574).

Para André Oliveira (2015), a transexualidade continua na atualidade considerada pelos preceitos médicos e da psicologia como uma doença, sendo catalogada ainda no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e, em sua quarta edição é configurada como “transtorno de identidade de gênero”, porém em sua versão mais recente - DSM V - passando a ser denominada “disforia de gênero” de forma semelhante à da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), seguida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em sua atual edição (CID 10) a transexualidade está inserida no código F64.0 descrita como “transexualismo” junto ao capítulo V- dos transtornos mentais e comportamentais, contudo para a próxima versão da (CID 11) prevista para entrar em vigor em 2017, a transexualidade deve deixar este capítulo sendo alocada para um novo capítulo referente as “outras condições relativas a sexualidade”. (OLIVEIRA, 2015, p. 101).

de categorias de pensamento, ou seja, aquilo que fica de fora, expulso das categorias de pensamento socialmente criadas, estabelecidas e culturalmente inteligíveis em determinado período histórico.

⁵ As definições da HBIGDA e do CID (Código Internacional de Doenças) geralmente são basicamente as mesmas.

Apesar desta alteração na terminologia, Oliveira (2015) alega que persiste a exigência de laudos médicos e psiquiátricos para atestar tal condição e critérios diagnósticos para que ocorra qualquer tipo de atendimento médico hospitalar. Conforme Neto Lucon (2016) a OMS está se movimentando para a desclassificação da identidade trans – travestis, mulheres transexuais e homens trans – como um transtorno mental na nova versão do CID. Segundo o autor, a alteração diagnóstica ainda sustentará o atendimento em serviços de saúde em relação a questões voltadas à transexualidade, porém atendendo a especificidades individuais. (LUCON, 2016).⁶

Para Judith Butler (2000), a categoria sexo não apenas funciona como uma norma, mas torna-se uma prática regulatória pela sociedade a partir do momento que ela passa a governar os corpos, produzindo efeitos de poder e criando modelos de composição de corpos também para as pessoas trans, controlando-os institucionalmente através de demarcações e diferenciações físicas. Essas normas regulatórias trabalham performativamente para construir a materialidade dos sexos nos corpos, definindo, assim, corpos materializados dentro de diferenças sexuais normatizados em modelos heterossexuais de existência.

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda essa como o "corpo", quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000, p.154).

Na análise de Paul/Beatriz Preciado (2014) a diferença sexual se fundamenta numa “heterodivisão” corporal em que não há simetria, seu processo de constituição se reduz na extração de determinadas partes da totalidade do corpo, isolando-as e fazendo delas determinantes na concepção de significantes sexuais. Os homens e mulheres segundo o/a autora/or são construções metonímicas de uma sistemática heterossexual que produz e reproduz a sujeição das mulheres.

⁶ NLucon.com é um site especializado sobre questões LGBTQIA. Segundo o site, há um estudo sendo publicado pela revista britânica “The Lancet Psychiatry” por autoridades sanitárias e da OMS. Foram 260 pessoas trans acima de 18 anos entrevistadas, e as evidências apresentam que as questões psiquiátricas causadas nas vidas das pessoas trans resultam da violência e discriminação que sofrem e não são produtos de suas expressões de gênero.

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, 2014, p. 26).

Para Butler (2012) algumas teorias feministas podem reproduzir modelos excludentes de pensamentos e devem ser questionadas em vários aspectos, dentre os quais, a própria noção da identidade da “mulher” como sendo estável ou permanente. Ao pautar o discurso nas diferenças sexuais, essas teorias não repensam essa ideia de feminino, reproduzindo uma regulação que produz os mesmos corpos generificados pautados por meio de modelos binários de sexualidade onde sexo continua sendo relacionado com a biologia e o gênero com a cultura.

Existe uma região do “especificamente feminino”, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e conseqüentemente presumida das “mulheres”? A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo um modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos da relação de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como a tornam equivocada a noção singular de identidade. É minha sugestão que as supostas universalidade e unidade do sujeito feminino são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional que funcionam. (BUTLER, 2012, p. 21).

Entretanto, pode-se deduzir que o que significa ser homem e ser mulher foi desenhado por práticas e discursos que atualmente constituem-se como referenciais, sendo assim, as expressões transexuais também podem se constituir da mesma maneira.

A “atividade” dessa generificação não pode, estritamente falando, ser um ato ou uma expressão humana, uma apropriação intencional, e *não* é, certamente, uma questão de se vestir uma máscara; trata-se da matriz através da qual toda intenção torna-se inicialmente possível, sua condição cultural possibilitadora. Nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior a emergência do “humano”. (BUTLER, 2000, p. 160-161).

Portanto, compreende-se que os sujeitos, antes mesmo de serem classificados como humanos, são generificados e sexuados. Assim, se o gênero são os significados culturais assimilados pelo corpo sexuado, segundo Butler (2000), não podemos dizer que ele resulta somente de um sexo biológico, mas sim de características culturais que são transformadas

através do tempo. Ou seja, pela lógica, a distinção sexo/gênero implica uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros construídos sexualmente. Assim, conclui-se que o gênero existe, mas independe do sexo biológico, ele próprio torna-se flutuante, podendo ser existenciado de várias maneiras, nos corpos, performaticamente.

Na verdade, a construção do gênero atua através de meios *excludentes*, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação. (BUTLER, 2000, p. 160-161).

A experiência transexual desta maneira contradiz a própria humanidade quando pensada fora de padrões binários de existência, pois protagoniza o impensável em termos de sexo e gênero masculino e feminino e, por não estar circunscrita à fronteira entre os corpos viáveis, tornam-se impensáveis, corpos que não importam.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, mulher e feminino, tanto um corpo masculino como feminino. (BUTLER, 2012, p.25).

Dentro de uma perspectiva pós-estruturalista de estudos de gênero e sexualidade, há críticas às tentativas de definições identitárias de “tipos” sexuais por seu caráter essencializador e pela negação da multiplicidade de possibilidades que essas definições acarretam. Utilizaremos aqui, provisoriamente, as definições de travestis e transexuais da Campanha por uma Convenção Interamericana por Direitos Sexuais e Reprodutivos, compreendendo que tais definições, envolvem, contudo, os riscos citados.

A Campanha por uma Convenção Interamericana por Direitos Sexuais e Reprodutivos⁷, no contexto latino-americano define travestis como “pessoas que tendo sido

⁷ A Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos surgiu em 1999, é composta por um grupo de pessoas e organizações a partir de 9 países da região da América Latina, com participação de diversos movimentos sociais, como: feministas, indígenas, direitos humanos, movimento LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais e Intersex. O objetivo da Campanha é caminhar para uma aprovação de uma Convenção, dentro do sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA) que garanta o exercício legal dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

designadas ao gênero masculino ao nascer, expressam-se a si mesmas em modos auto-construídos da feminilidade” e que “podem modificar ou não seu corpo através de procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos” (CAMPANHA, 2008, p. 25). Já as transexuais são pessoas que “possuem uma identidade de gênero oposta ao sexo que lhes foi designado ao nascer” e que “em sua grande maioria recorrem a modificações corporais, tais como tratamentos hormonais ou cirúrgicos”.

Nesta dissertação, será utilizada a noção de “pessoas trans”, como categoria que aglutina as identidades “travesti” e “transexual”. Para Sérgio Carrara e Mario Carvalho (2013), a unificação do termo serve para obtenção de um reconhecimento e fortalecimento do grupo no cenário político.

[...] as disputas identitárias no movimento de travestis e transexuais se tornam centrais na definição da política que, por buscar o reconhecimento das identidades autoatribuídas, parece carecer de limitações sobre que ou quem, afinal, deve ser reconhecido. Nessa luta política, várias estratégias são implementadas a fim de minimizar os estigmas derivados das transgressões às convenções sociais que recaem sobre expressões de gênero e sexualidade. O confronto entre tais estratégias e as discussões que suscita implicam o progressivo amadurecimento do movimento e de suas lideranças. O destino de tais disputas esta em aberto, assim com as possibilidades de politização das identidades e das expressões de gênero. (CARVALHO; CARRARA, 2013. p.348).

Compreendemos nesse trabalho que pessoas trans, travestis e transexuais constroem suas identidades performaticamente, a partir de suas expressões de gênero, que segundo Butler (2012) encontram-se produzidas e impostas pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.

Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado pela metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Neste sentido o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra e um sujeito tido como preexistente à obra [...] não há identidade de gênero por trás de expressões de gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2012, p.48).

Essas expressões, porém, são frequentemente vistas como uma ameaça aos padrões construídos pela sociedade, o que faz com que as pessoas trans sejam vítimas de humilhações e violências constantes. A produção de seres abjetos que muitas vezes fogem à norma de gênero, como é o caso de travestis e transexuais, os desumaniza e corresponde a um

dos pilares para a manutenção da cisgeneridade⁸. Entretanto, na atualidade essas sexualidades controladas, têm (re) criado expressões de gênero isoladas que desenvolvem na própria ordem social do presente. Isso pode ser notado de maneiras visível no modo como as pessoas transformam cotidianamente seus corpos, vivenciando novas formas de ser homem ou mulher.

Ao incorporarem-se a um espaço majoritariamente heterossexual, as diversas sexualidades “minoritárias” mencionadas promovem “choques culturais” e, conseqüentemente, estabelecem táticas de sobrevivência e sociabilidade [...] Essa categoria, que é uma construção social, pode, em alguns momentos, ser usada para se contrapor a outras; é assim que acontece na escola, a heteronormatividade é usada como referencial para explicar as outras afetividades aglutinadas em torno de um prefixo (homo) que, dependendo do sufixo (ismo), pode se transformar em preconceito clínico (homossexualismo), que pode “transformar os diferentes em iguais” (entre si) e os supostos iguais em desiguais (quando comparados com os outros). (Luma Nogueira de ANDRADE, 2012, p. 119).

A educação é um direito de todos e todas no Brasil e, por isso, não deve haver restrições para o acesso e permanência. Na prática, porém, as pessoas trans não são aceitas em suas expressões de gênero, nem tampouco respeitadas em sua singularidade. Alguns estudos recentes demonstram as conseqüências da homo/transfobia nas escolas em contexto locais, mas, ao realizarmos um levantamento bibliográfico específico sobre pessoas trans em universidades, não foi encontrado nenhuma pesquisa que tenha abordado esse tema diretamente.⁹

O projeto “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte”, cujo foco é a população de travestis e transexuais que exercem trabalhos sexuais no município de Belo Horizonte e região metropolitana, mostra que, embora a maioria das travestis pesquisadas tenha conseguido terminar o ensino médio, é muito pequeno o número das que conseguem ingressar nas universidades¹⁰. Com relação à taxa de

⁸ Segundo Maria Juracy Filgueiras Toneli *et al.* (2015) o termo cisgeneridade é um perspectiva conceitual e política que vem sendo utilizado pelos movimentos feministas – transfeminismo - em relação a questões da vulnerabilidade existenciada pelas pessoas travestis e transexuais. “O termo propõe problematizar a dimensão da identidade de gênero e seu valor em termos de relação de poder intra-gênero. Designa pessoas cujo sexo declarado ao nascer condiz com a performatividade do gênero.” (TONELI *et al.*, 2015, p. 86).

⁹ Foi realizado um levantamento sobre o tema em questão em bibliotecas, portais de periódicos e trabalhos científicos (SciELO e Google acadêmico, banco de teses da CAPES) e sites de ONGs.

¹⁰ A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a coordenação do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado e uma equipe composta por alunos de diversos cursos, entre os anos de 2011 a 2015. A pesquisa, além da construção de um perfil social, também levantou dados sobre escolaridade, família, religião, trabalho sexual, trabalho formal, transformação do corpo, saúde, violência, políticas públicas e lazer, buscando identificar situações de vulnerabilidade em que se encontram travestis e transexuais de Belo Horizonte e região metropolitana frente às áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, emprego e renda.

escolaridade das 138 entrevistadas que frequentaram a escola - tendo como base a última série cursada com aprovação – observa-se que: 6,5% (8) não passaram da 4ª série do Ensino Fundamental; 25,4% (35) estudaram entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental; 59,4% (82) estudaram até o 3º ano do Ensino Médio. Quanto ao Ensino Superior: 6,5% (9) declararam tê-lo iniciado sem, no entanto, ter se formado; apenas 2,2% (3) responderam possuir o Ensino Superior Completo. 0,7% (1) encontravam-se na alfabetização de adultos, no período de aplicação do questionário. Ou seja, 91,3% das entrevistadas não passaram do Ensino Médio.

Embora historicamente a escola tenha cumprido o papel principal de reprodutora e mantenedora de uma visão cisheteronormativa e binária das relações sociais, ela também continua sendo um espaço importante para se construir e fortalecer ou desconstruir debates e questões que contribuem em desmistificar e transformar a vida das pessoas, como os processos históricos e sociais de marginalização, invisibilidade e discriminação da população LGBT em geral. Desta maneira é essencial que essas discussões sejam colocadas em pauta nesse espaço, superando o incômodo de educadores/as e gestores/as de políticas públicas em promover no cotidiano escolar as reflexões sobre direitos humanos em perspectivas mais amplas.

Nos últimos anos, tem ocorrido no Brasil, uma ampliação no campo educacional relacionada à população trans, através de políticas públicas, projetos de lei e ações sociais que visam ampliar a visibilidade social, política e econômica dessa população.

O ano de 2010 representa um marco importante sobre essa questão, visto que um grupo de professoras travestis e transexuais propuseram a implementação de um grupo de trabalho no XVII Encontro Nacional de travestis e transexuais que trabalham com AIDS (ENTLAIDS)¹¹, realizado em Aracaju – SE. Esse grupo objetiva delimitar um espaço de discussão e de criação de medidas políticas junto ao movimento organizado de pessoas trans brasileiras, enfocando, especificamente, as questões que envolvam travestilidade, transexualidade e educação. Criaram, com isso, a Rede de Educadoras/ES Trans Brasileiras ou mais recentemente, a Rede Trans Educ Brasil (Neil FRANCO e Graça Aparecida CICILLINI, 2015, p. 326).

Um dos elementos contribuintes para ampliação e principalmente ao acesso da população trans no Ensino Superior é a aceitação, aplicação e legalização do uso do nome

¹¹ O ENTLAIDS é um evento realizado pela ANTRA desde 1996, os quais, além de participar do movimento mais amplo, discutem de forma específica as questões diretamente relacionadas às travestis e transexuais.

social¹². Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de travestis e transexuais que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹³ em 2015 quase triplicou em relação ao ano anterior, tendo ocorrido 278 solicitações do uso do nome social, enquanto em 2014 foram realizadas somente 102 solicitações. (O uso do nome social no Enem traz avanço a travestis e transexuais, 2015).¹⁴ Já no ano de 2016 os dados recentes apontam que o aumento foi de 47%, sendo de 842 inscritos e 408 solicitações aprovadas (Mais de 400 travestis e Transexuais usarão nome social no Enem 2016, 2016).¹⁵.

É possível se supor também que uma parcela da população trans tenha se beneficiado também das políticas de ampliação ao acesso à universidade para a população de baixa renda, criadas pelo Governo Federal a partir de 2007. O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹⁶, o Programa Universidade Para Todos (Prouni)¹⁷, e a adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)¹⁸ foram medidas governamentais que geraram maior acesso de estudantes de origem popular à universidade pública, particularmente por meio do Reuni, pelo acesso a cotas sociais e étnico-raciais e do Sisu.

¹² Segundo a portaria nº 233, de 18 de maio de 2010, no artigo - 28 do Decreto No- 6.944, de 21 de agosto de 2009, e em face do disposto no art. 3º, inciso IV, e no art. 5º, caput, e inciso XLI, da Constituição Federal de 1988, e, em consonância com a política de promoção e defesa dos direitos humanos, resolve: Art. 1º Fica assegurado aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais. Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade.

¹³ O exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) exige-se que o aluno/a tenha estudado o ensino médio em escolas públicas, ou bolsista integral na particular e esteja situado em uma faixa de renda per capita de até três salários mínimos. (Wilson Mesquita de ALMEIDA, 2010, p. 2).

¹⁴ Dados do INEP pesquisados em 06 de dezembro de 2015.

<<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/06/travestis-e-transexuais-podem-solicitar-uso-do-nome-social-no-enem-a-parti-de-hoje-4887.html>> publicado em 15/06/2015.

¹⁵ Dados do INEP pesquisados em 26 setembro de 2016. < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/07/mais-de-400-travestis-e-transexuais-usarao-nome-social-no-enem-2016>> publicado em 4/07/2016.

¹⁶ O Reuni em sua implementação teve como principais objetivos: [...] garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (Ministério da Educação, 2008, p. 3).

¹⁷ O Prouni, foi implementado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com objetivo de conceber bolsas de estudo integrais e parciais (25% a 100%) a estudantes de baixa renda em cursos de graduação de instituições particulares, as quais seriam beneficiadas com isenções fiscais. (ALMEIDA, 2010, p. 2).

¹⁸ O Sisu [...] é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio. Os/as candidatos/as que podem se submeter ao Sisu são os que fizeram o Enem no ano proposto e que obtiveram nota acima de zero na prova de redação. É importante ressaltar que algumas instituições adotam notas mínimas para inscrição em determinados cursos. Nesse caso, no momento da inscrição, se a nota do candidato não for suficiente para concorrer àquele curso, o sistema emitirá uma mensagem com esta informação. (Diário Oficial, 2012, p. 199).

Embora os programas voltados a segmentos mais amplos beneficiem também pessoas trans, nota-se uma relativa ausência de programas específicos de acesso à universidade para essa população. Mesmo que sejam previstas ações específicas neste sentido nos documentos oficiais e planos nacionais de políticas LGBT¹⁹, foi encontrada apenas uma iniciativa por parte do poder público nas três esferas relativas a este tema. Trata-se do projeto Transcidadania, realizado pela prefeitura de São Paulo desde 2015, cujo foco, além da promoção de cidadania através de políticas públicas de saúde, e assistência social, inclui o acesso estudantil de formação profissional e acadêmica para travestis e transexuais, oferecendo um salário e inclusão em programas assistências, para que as mesmas não precisem utilizar a prostituição como meio de seu sustento.

Há, também, algumas iniciativas desenvolvidas por ONGs voltadas à escolarização nos vários níveis, como é o caso da *Educa Trans* (que oferece curso de alfabetização no município de São Paulo), *Coletivo Transformação* (São Paulo), *Trans Enen* (Belo Horizonte e Porto Alegre), *Transviando o Enen* (Salvador) e o *Prepara, Nen!* (Rio de Janeiro) e *Prepara Trans Goiás* (Goiânia), todos estes oferecendo cursinhos preparatórios específicos para travestis e transexuais para a realização do ENEM.

Ainda que tais iniciativas sejam importantes, elas ainda são pontuais, mostrando uma falta de políticas públicas nesta esfera e de iniciativas neste sentido para além das grandes metrópoles. Há, também, a inexistência de políticas específicas para a garantia de permanência da população trans dentro das universidades²⁰, pois a escolarização é um direito muitas vezes negado a essas pessoas, particularmente por causa de entraves ocasionados pelo

¹⁹ O *Programa Brasil sem homofobia* de 2004, formulado através da articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, prevê como um dos objetivos centrais, transformações nos processos educacionais e mudanças comportamentais na incorporação de políticas sociais na gestão pública. O maior fortalecimento deste Programa foi ampliado em 2011 com o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. O relatório consta com ações pontuais a população Trans, em vários eixos como pode ser exemplificado no *Eixo Estratégico I - Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização*; cujas ações nº- 1.1.2 buscam a inclusão e ampliação da população LGBT em programas de alfabetização em projetos na área de saúde e educação nas escolas públicas do país; nº- 1.1.3 que visa incluir nos programas e currículos universitários discussões sobre gênero, raça, etnia e diversidade sexual, além do aumento de atividades de pesquisa e extensão universitária; ou a nº- 1.4.3 por exemplo, cuja meta é “Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica”.(Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 32).

²⁰ As únicas iniciativas encontradas foram relativas ao direito do uso do nome social que foi regulamentado em algumas universidades públicas, como é o caso da UFSCar, UFSC, UESPi, UFPR, UFS, UNB, UFA, UFP, UFES etc.

sistema educacional, que ainda podem representar uma das únicas possibilidades de visibilidade, ascensão cultural, econômica e social para esse grupo.

No entanto, a partir de 2014, os pequenos avanços relacionados a políticas educacionais e de reconhecimento da população trans e LGB recém-conquistados, vem passando por questionamentos, que poderão culminar em retrocessos capazes de futuramente modificar o pouco já conquistado. Podemos citar, nesse sentido, a exclusão/retirada de alguns Planos de Educação municipais e estaduais de mencionar, discutir e trabalhar questões relacionadas à diversidade e igualdade de gênero no âmbito escolar, contrariando evidentemente as Diretrizes Nacionais da Educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE), apesar de sancionado em 2014 pela presidente Dilma Rousseff, continuou no holofote em 2015. Isso porque cidades e Estados tinham até 26 de junho de 2015 para implementar seus próprios planos. E o que se viu foi a reprodução do conservadorismo que fez com que, nesses âmbitos locais, os dois temas vetados no PNE também fossem excluídos: identidade de gênero e sexualidade nas escolas. (Milena CARVALHO, 2015).

Essa inclusão de metas cuja pauta é direcionada à discussão sobre a igualdade de gênero nos Planos, segundo Cláudia Dutra, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), busca o combate das violências, desigualdades e discriminações relacionadas a gênero e orientação sexual que acontecem no ambiente escolar.

Segundo o estudo²¹ coordenado por Toneli (2012-2017) do Núcleo Margens/Universidade Federal de Santa Catarina, os índices mais elevados de tipos de discriminação/violência entre a população trans pesquisada são relacionados a questões relativas à identidade de gênero (66%), à orientação sexual (55%) e a gênero (40%). Acredita-se que a ausência dessas discussões dentro do universo escolar torna-se o cerne desse problema.

²¹ Relatório Final CNPQ – “Direitos e Violências na experiência de Travestis e transexuais em Santa Catarina” – A recente pesquisa buscou, junto às pessoas travestis e transexuais do estado de Santa Catarina, obter informações que contribuam para compreensão das formas de convivência desta população em um espaço demográfico delimitado, suas especificidades relacionadas em temáticas como: violência e políticas públicas, origens, raças e idades. A pesquisa objetivou realizar um mapeamento das vulnerabilidades dessas pessoas com relação aos direitos humanos, e mais especificamente as violências pelas quais passam quando estão expostas e seu acesso às políticas públicas, assim possibilitar o debate e o fornecimento de material para os trabalhos em ONGs e para os movimentos sociais voltados para este público.

Outras questões em pauta referem-se à tentativa das casas legislativas em vetar a resolução de legalização e adoção do nome social, a utilização de banheiros adequados e o uso de roupas e acessórios adequados à expressão de gênero escolhidas por travestis e transexuais. Segundo determinação de garantias da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, a resolução também define que escolas, públicas e privadas, passem a adotar o nome social para aqueles e aquelas cuja identificação do gênero de nascimento não reflita adequadamente ao gênero escolhido e que manifestem interesse em utilizar seus nomes de preferência. De acordo com a resolução, também deverá ser aceito o nome social em concursos públicos e processos seletivos de instituições de ensino.

O grupo de deputados contra essa resolução é formado pelas bancadas católicas, evangélicas e de áreas de segurança pública. Alegam que a Secretaria de Direitos Humanos “ (...) usurpou competências ao emitir uma resolução com força de lei e acabou emitindo uma resolução que pode gerar encargos públicos.”(Wilson LIMA, 2015). Ou seja, segundo os mesmos, tanto a União, como os Estados e Municípios terão muitos gastos em colocar essa resolução em prática, relativas ao direito civil, diretrizes educacionais e registros públicos, além de oferecer liberdade de escolha para menores de idade, substituindo dessa maneira a autorização legítima dos genitores. Caso essa proposta seja aprovada haverá uma perda evidente de direitos já conquistados.

Segundo Tatiana Lionço (2015) o fundamentalismo religioso no Brasil pode ser compreendido como um projeto político extremamente direitista, visado à tomada de poder, cuja estratégia é capitalizar através da propaganda política e demarcação de nichos eleitorais pela propagação de igrejas e aparelhos de comunicação de massa que certamente constroem a permanente formação de opinião política em torno de temas de intenso desacordo moral na sociedade, com destaque para a lógica da auto-atribuição de superioridade moral e da renúncia de pleitos identificados como perigosos para a vida social por meio de uma política da vergonha. Os grupos sociais a serem recusados no exercício de seus direitos à livre participação no processo democrático tornam-se passíveis de identificação e reincidentes na ofensiva fundamentalista de proposição de medidas de depreciação de direitos.

No marco histórico de defesa dos direitos humanos, o fundamentalismo religioso é um sério risco, pois tende à recusa da universalidade do direito à dignidade humana e na recusa do direito à participação política de grupos sociais ou comunidades morais que deixam de dispor de legitimidade no direito de enunciação em seus próprios termos do modo como se representam a si mesmos e do sentido que conferem a seus pleitos políticos, reduzidos à abominação e ao risco social a ser combatido. No Brasil, está em

curso ampla disseminação da acusação de que movimentos feministas e LGBTs estariam a articular a degradação social e moral por meio da ideologia de gênero, um conceito que surge no seio da própria argumentação de opositores dos movimentos feministas e LGBTs e que deturpa o sentido que esses movimentos conferem às suas próprias lutas políticas de garantia de direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos. (LIONÇO, 2016, p. 149-150).

Lionço (2016) reflete também que, o fundamentalismo religioso principalmente no caso brasileiro, pode ter uma coligação com comprometimentos associados ao sistema neoliberal caracterizados primordialmente nas políticas de abrandamento do Estado de direito social e em prol de um Estado mínimo que fortalece ações políticas de segurança por meio da regulação penal, diminuição de gastos na saúde e educação. Assim identificando grupos sociais como perigosos e ligados à destruição moral, contribuem para uma lógica autoritária de poder empenhando-se na construção do “inimigo comum”.

Os fundamentalistas religiosos engendram um projeto de tomada de poder que lida com certa massa de manobra, seu crescente nicho eleitoral, que se organiza contra o suposto “inimigo comum”: homossexuais adjetivados como pedófilos e feministas e LGBTs adjetivados como abominação e inimigos da família. Interessa especialmente aqui uma das vertentes da incidência do fundamentalismo religioso no Brasil, que é a criminalização de determinada forma de prática da docência na educação de crianças e adolescentes. Partamos agora, portanto, à consideração da incidência do fundamentalismo religioso no Brasil por meio da proposição de mudanças legais na política de educação, já que a alegação da imoralidade da reivindicação política de direitos sexuais tem encontrado, especialmente entre 2014 e 2015, novas estratégias de construção do “inimigo comum” a ser combatido por meio do pleito de tipificação de um novo crime: o assédio ideológico de crianças e adolescentes nas escolas. (LIONÇO, 2016, p.151).

No entanto, outro grande limitador de avanços que podem legitimar esse discurso excludente de deputados em relação a questões anteriormente citadas é a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55) do atual governo de Michel Temer. Essa emenda constitucional prevê de antemão em alguns artigos drasticamente a limitação de gastos públicos durante 20 anos em campos voltados a justiça social como saúde e educação.

A longo prazo, as implicações serão de que os gastos públicos em proporção do PIB, Produto Interno Bruto, irão decair cada vez mais a cada ano em termos reais. Isso, naturalmente, vai afetar a capacidade de se investir em infraestruturas econômicas e atender demandas sociais, como investimentos em programas de bem-estar social, saúde e educação.(Marina WENTZEL, 2016)

Essencialmente, o desafio alegado pelo governo Temer é colocar as contas em equilíbrio, cortando gastos e aumentar a arrecadação, para diminuição da dívida pública. Em declaração dada à BBC Brasil, “(...) o Ministério da Fazenda defendeu a PEC 55 como "necessária para a recuperação econômica", pois "o Brasil enfrenta a pior crise desde o começo do século 20, em que em dois anos o PIB per capita despencou 10%". (WENTZEL, 2016). O Ministério ainda afirma nesta reportagem, que a necessidade do corte de gastos para garantir estabilidade, de forma a que se possa reduzir futuramente o pagamento de juros. Controlando esses gastos públicos, haverá uma redução do desequilíbrio fiscal e os juros cairão e desta maneira futuramente haverá mais gastos em políticas sociais.

Infelizmente não há justificativa para uma proposta política tão radical como esta, imposta de cima para baixo sem um debate público extenso com os pares, com uma total ausência de acesso a informações e as transformações que a população em geral sofrerá previamente. Um governo cuja legitimidade é limitada pelas circunstâncias eleitorais forçar isso em tão pouco tempo, com base na desinformação e na imposição, configura-se como um cenário profundamente problemático e antidemocrático.

Presume-se, tendo em vista a aprovação definitiva desse projeto, que essas medidas causarão um grande impacto para a população mais pobre em geral, e particularmente para a população LGBT, uma vez que se tais políticas eram também objeto de questionamento por parte de setores conservadores nos governos anteriores, a existência de diálogo com os movimentos LGBT propiciaram algumas conquistas, que estão sob severo risco de retrocesso no momento presente.

Sendo assim, é pouco provável que tenhamos novas conquistas de direitos por parte de LGBT. Se já havia críticas aos planos de enfrentamento de homo/transfobia já existentes (como a escassez de recursos, ausência de avaliações e implementações), a tendência atual é de maior precarização, com menos auxílio técnico e financeiro para execução de ações e projetos.

Na prática, podemos pensar na Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Essa é uma política ampla, de origem nacional, mas que envolve os três poderes e possui uma série de ações, como: cursos de capacitação para profissionais de saúde para lidar com a população LGBT e suas demandas específicas; desenvolvimento de pesquisas sobre saúde LGBT; e todo o processo transexualizador. Por meio do processo transexualizador, o governo transfere uma verba para os hospitais selecionados estruturarem o serviço e começar a oferecer acompanhamento clínico, hormonioterapia, cirurgias de transgenitalização, dentre outros serviços. Além dos hospitais já em

funcionamento, existem alguns pedidos de cadastramento. São hospitais que possuem todas as condições para realizar esses serviços, estão apenas esperando o deferimento do Ministério da Saúde. É provável que a PEC impacte nisso, indeferindo novos cadastramentos, uma vez que envolve a transferência de recursos para o hospital. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2016)

Tendo em vista as questões elencadas anteriormente, esta dissertação tem por objetivo investigar as condições de acesso e permanência da população trans no ensino superior nas universidades públicas ou privadas no país. Procura-se analisar por meio dela, quais as estratégias que as/os jovens/estudantes/trans produzem para subverter as marcas de suas vidas precárias²² e os preconceitos acarretados por sua expressão de gênero no espaço universitário. Buscarei compreender através das/do participantes: o que dificulta o acesso e permanência delas e dele na universidade; como constroem suas experiências de travestilidades e transexualidades dentro da comunidade universitária, haja vista que a universidade ainda é predominantemente um lócus cis-heterossexual e, quais ações são buscadas por essa população para superar suas vidas precárias e o preconceito ainda existentes.

O desenvolvimento desta investigação foi realizado a partir do levantamento de informações concernentes a pessoas trans em universidades públicas e particulares no país por meio de contatos pessoais, de consultas a instituições que trabalham com tal público e por contato em redes sociais. Para um maior aprofundamento das informações foram realizadas entrevistas pessoais e presenciais com as/o participantes através de encontros e em locais escolhidos pelas/o mesmas/o.

O trabalho de campo envolveu os discursos de pessoas trans acerca de suas vivências universitárias, levando em consideração a necessidade de contemplar as seguintes especificidades: pessoas que se identificam como travestis, homens trans e/ou mulheres trans; pessoas que frequentam/frequentaram universidades públicas e privadas; pessoas que se identificam étnico-racialmente de forma diferenciada, pessoas de origem sócio-econômica

²² Segundo Butler (2006), há pessoas marcadas por “vidas precárias”: vivemos num mundo onde estamos perdemos o sentimento de alteridade, sendo necessário: *“Responder por el rostro, comprender lo que quiere decir, significa despertarse a lo que es precario de otra vida o, más bien, a la precariedad de la vida misma. No se trata de un despertar, para utilizar sus palabras, a mi propia vida -una extrapolación de la comprensión de mi propia precariedad a la comprensión de la precariedad de la vida del otro-. Debe ser una comprensión de la precariedad del Otro.* (BUTLER, 2006. p. 169). Para Butler, a representação da alteridade só acontece quando percebemos que a humanidade do “outro” passa por situações de ameaça e através de nosso reconhecimento do vínculo ético-moral com o mesmo.

distintas, pessoas que moram em capitais ou interior. Foram realizadas 07 entrevistas para que se consiga abarcar essas diferenças propostas.

Utilizou-se da técnica de gravação de depoimentos orais (Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, 1983) ²³, para a obtenção de depoimentos pessoais, que contribuem para um melhor entendimento do meio pesquisado, partindo das questões propostas nessa dissertação, mas dando espaço para que temas e assuntos também relevantes e não-previstos possam emergir.

A metodologia da pesquisa é influenciada por diferentes correntes de pensamento, principalmente pela perspectiva pós-estruturalista e pela teoria queer²⁴, cujos saberes são construídas de modo interdisciplinar, dialogando com outras abordagens científicas como a antropologia, filosofia, psicologia e as ciências sociais em geral.

O pensamento pós estruturalista desenvolveu uma série de diferentes métodos e abordagens como por exemplo, a arqueologia, a genealogia, a desconstrução, cada um dos quais funciona de acordo com sua própria lógica, mas, considerados em seu conjunto, eles tendem a enfatizar as noções de diferença, de determinação local, de rupturas ou descontinuidades históricas, de seriação, de repetição e uma crítica que se baseia na ideia de “desmantelamento” ou de “desmontagem” (leia-se “desconstrução”) (Michael PETERS, 2000, p. 37).

A construção dos sujeitos dentro do viés pós-estruturalista e em consonância com os estudos queer desdobram-se na noção de identidade, pois segundo essa visão metodológica, ela não é fixa, mas fluída, nômade e perpassa por relações de poder, segundo Peters (2000), o sujeito pós estruturalista pode ser “[...] notado como maleável e flexível, estando submetido às práticas e estratégias de normatização e individualização que caracterizam as instituições modernas” (PETERS, 2000, p.33).

Na perspectiva queer, heterossexualidade não é considerada algo natural e sua concepção existencial abarca bases culturais e políticas. Por meio de elementos teóricos e conceituais adequados, a teoria queer permite que a hegemonia heteronormativa seja objeto de

²³ As entrevistas foram realizadas a partir de um modelo de roteiro previamente definido, mas durante os diálogos surgiram questões que também foram acrescentadas no decorrer da escrita. As questões podem ser encontradas em anexo, ao final do trabalho.

²⁴ O termo "queer" segundo Butler (2012) tem sido usado, na literatura anglo-saxônica, para abranger os termos "gay" e "lésbica". Historicamente, "queer" tem sido empregado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais. Sua utilização pelos ativistas dos movimentos homossexuais constitui uma tentativa de recuperação da palavra, revertendo sua conotação negativa original. Essa utilização renovada da palavra "queer" joga também com um de seus outros significados, o de "estranho". Os movimentos homossexuais falam, assim de uma política queer ou de uma teoria queer.” (BUTLER, 2012, p. 171-172).

concepção mais crítica. Ou seja, a sociedade ou a cultura como nós as conhecemos, pelas teorias sociais instituídas, demarcam os limites do pensável: “O ‘impensável’ está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante*.” (BUTLER, 2012, p.117).

Para Richard Miskolci (2014), os estudos queer têm se caracterizado por instituírem conhecimentos por meio do abjeto, do que é considerado pela sociedade como ameaça de sua visão ideal sobre ela mesma. Nessa lógica, o abjeto vai além da sua definição dada pela psicanálise, como a esfera do que causa nojo, indiferença, e alcança um “espaço-condição”. Desta maneira, para o autor, a teoria queer fornece ferramentas conceituais e teóricas para desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva masculinista e heterossexual.

Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou Iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido. (MISKOLCI, 2009, p. 152).

Os teóricos queer, segundo Miskolci (2009) analisam os discursos produtores de saberes sexuais, através de métodos desconstrutivistas, não priorizando estudos empíricos a propósito dos comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los. Os empreendimentos queer partem de uma descrença com relação à estabilidade dos sujeitos sexuais, colocando em xeque os processos sociais classificatórios, hierarquizadores dos comportamentos. Assim, os teóricos queer buscam revelar um olhar com mais afinco para os processos sociais normalizadores que criam classificações, que, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coesos e aceitáveis.

O interesse queer por travestis, transexuais e pessoas intersex se deve ao compromisso científico de crítica dos apanágios identitários e concepções de sujeitos unitários e estáveis. A Teoria Queer busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações, mas não apela à crença humanista, ainda que bem intencionada, nem na “defesa” de sujeitos estigmatizados, pois isto congelaria lugares enunciatórios como subversivos e ignoraria o caráter contingente da agência. A crítica da normalização aposta na multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários. (MISKOLCI, 2009, p. 175).

Desta maneira, a teoria queer compreende que não só as populações trans e intersex constroem suas identidades performaticamente a partir de suas expressões de gênero, mas também que todas as categorias humanas de existência encontram-se produzidas e impostas pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Por isso, há a necessidade de uma observação diferenciada, de narrativas que abarquem toda essa fluidez na composição e na performatividade dos corpos.

Dessa forma, narrativas queer podem permitir pensar as ambiguidades e a fluidez das identidades de gênero e orientações sexuais. Elas podem sugerir novas formas de pensar a cultura, o conhecimento e o poder de forma que as diferenças não sejam apreciadas com curiosidade exotificante. Narrativas queer estariam voltadas para a instabilidade das identidades e a diferença alheia passa a ser vista ao lado, dentro e integrada nas redes do cotidiano. (Gean Oliveira GONÇALVES, 2015, p. 12).

PARTICIPANTES DA PESQUISA ²⁵

Apresentarei inicialmente o/as participante/s da pesquisa por meio de um quadro sintético e posteriormente uma breve exposição de como contatei cada uma/um delas/e e suas histórias, contribuindo assim, para uma melhor compreensão de suas narrativas.

²⁵ Utilizo nomes fictícios para apresentar minhas/meu interlocutoras/r e suas trajetórias de vida, objetivando facilitar o acesso às suas histórias e experiências. Apresento ao início das entrevistas um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, como instrumento que fica acordado entre o pesquisador e as/o colaboradoras/or, que os dados construídos na entrevista serão utilizados na pesquisa. E que a entrevista é concedida de forma voluntária, com fins estritamente de pesquisa, inclusive para sua possível publicação, ficando isento de ônus de qualquer espécie o pesquisador e as/o participantes. Da mesma maneira, a gravação em áudio se dará nos momentos em que as/o participantes assim o permitirem.

Tabela1 Perfil das/o Participantes

Nome Fantasia	Idade	Raça/etnia Auto-atribuída	Locais onde morou	Expressão de Gênero e Orientação Sexual Auto-atribuídas	Religião	Trabalho	Condição Sócio-econômica Auto-atribuída	Tipo de Universidade	Curso	Cidade da Universidade	Ativismo no Movimento LGBT
Baby	24 anos	“Negra”	São Paulo Capital	Mulher trans – “heterossexual”	“Eu acredito em Deus, mas eu não frequento atualmente eu não frequento religião nenhuma, eu não vou para nenhuma igreja porque eu acho que existe muita hipocrisia, muito julgamento dentro dos templos, mas eu continuo acreditando em deus. Acho muito bonita a religião hindu, até o candomblé, também respeito, acho bonito, mas nunca tive... nunca me senti... ai, como que eu posso dizer? Não confortável, mas nunca me senti bem o suficiente para continuar frequentando qualquer uma dessas religiões.”	Vendedora em loja de cosméticos	“Classe baixa”	Instituição Federal	Gestão em Turismo	São Paulo	“Não milito diretamente. Eu milito publicando algo em redes sociais e também compartilho os textos das que produzem material para militância, como Travesti Reflexiva, Margô Tonhon, Maria Clara Araújo, Jaqueline de Jesus.”
Bethânia	29 anos	“Mestiça”	Interior do Estado do Rio de Janeiro	Mulher trans – “heterossexual”	“Espiritualizada” “me desliguei de qualquer crença que limite a minha	Profissional do sexo	“Classe baixa”	Confessional	Artes cênicas	Rio de Janeiro	“Não diretamente, mas indiretamente, por exemplo, você é segunda pessoa que eu

					possibilidade de vida, de crescimento” “Deus pra mim é a minha mente e ele esta no poder que ela tem, sabe e eu que crio a minha vida						estou conversando, sobre esse lado de trans e faculdade. Eu acho que eu posso militar hoje em dia, mas desse lado, dando força para algumas pessoas, mostrando que não é impossível a vida, agora estar diretamente ligada a movimentos eu não estou.”
Cássia	Não revelou Aparenta ter uns 35 anos.	“Branca”	São Paulo Capital	Mulher trans – “heterossexual”	“Agnóstica” “(…) eu acredito em deus, acredito numa força, em algo, mas não da forma que as pessoas colocam, então eu digo que eu sou agnóstica, eu acredito em alguma coisa, mas não acredito nas religiões que a gente tem, por isso eu digo que eu não tenho religião.”	Desempregada, mas faz programas quando solicitada.	“Classe baixa”	Particular	Jornalismo	Rio de Janeiro	“Exerço, sou militante efetivamente e com consciência desde 2010, porque eu acho que ser travesti ou transexual você já militante ao acordar e ir para a padaria, já uma militância mesmo sem você querer, fiz parte de ONG, hoje não, faço parte do movimento do coletivo que é o Prepara Nem que é um movimento político, além de tudo, pra além dos muros da escola, não visa só cursinho e Enem. E sou a pessoa Cássia que as pessoas acabaram conhecendo, ontem mesmo eu estava dando uma palestra pro pessoal de medicina em Petrópolis na faculdade de lá, dei uma entrevista para o programa deles.

											Faço a minha militância da maneira que as pessoas conhecem vou fazendo. Tenho uma página minha pessoal, que eu divulgo não só os meus trabalhos como pessoal, mas algumas questões. Faço minha militância virtual.”
Cazuza	26 anos	“Branco”	Recife Pernambuco	Homem trans-panssexual	“Panteísta” “Eu não tenho religião, mas não sou ateu, sou panteísta. Fui criado num contexto católico e espírita.”	Bolsista	“Classe Baixa”	Pública	Química	Recife	“Não tenho condição de militar mais, porque eu preciso de tempo para estudar, não nenhuma condição de ficar indo para reunião de coletivos, de movimento estudantil, não tenho condições. Tenho que usar os meus horários para estudar. Já militei muito.”
Elza	41 anos	“Negra”	Sorocaba	Não se auto define como trans – poderia ser considerada uma pessoa não binária, ou uma expressão de gênero mais fluída. “Eu não me defino como nada, para falar a verdade. Eu tenho isso de gostar, eu tenho essa	“Não tenho, não sou batizada em nenhuma religião. Minha mãe é da Igreja Católica e quando eu perguntei pra minha mãe em relação a isso ela pegou e respondeu que “ah, eu preferi deixar vocês crescerem e decidirem por si próprios”. Eu achei fantástica, mas é super coerente isso.”	Desempregada	“Classe Baixa”	Pública	Pedagogia	Sorocaba	“Eu entendo a militância trans como uma coisa de suma importância, por já ter vivido, fazer parte desse universo, ter sofrido violência transfóbica, saber das dificuldades que as trans têm em relação ao mercado de trabalho, conheço toda a dinâmica de uma situação do impedimento trans (...). Eu militei, militei quando trabalhei no conjunto hospitalar, como trans.

				<p>coisa do trans, mas eu não gosto dessa coisa de ter que me definir como trans. Tenho, tenho tudo a ver com as trans, sempre estive no meio de trans, até, de certa forma, milito na causa trans, mas eu não, eu acho uma coisa meio louca. Por que eu não posso querer, eu não posso oscilar? Acho que eu tenho esse direito de oscilar entre todos esses universos, de passear por todos esses universos.”</p>							<p>Sabendo ou não, porque eu estava ali, né. Militei quando saí na rua, militei quando postei foto na internet como trans, você entendeu? Você tem que entender o que é trans, é transição, né. Transição, você transita de um sexo, de um gênero para outro.”</p>
Gal	22 anos	“Branca”	Rio de Janeiro (favela)	Mulher trans-Bissexual	<p>“Atéia” “Minha família toda é cristã. Hoje em dia abomino o cristianismo por conta da criação da minha família, quero total distancia, sou atéia,</p>	Estagiária em um órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro voltado	“Classe Baixa”	Confessional	Serviço Social	Rio de Janeiro	<p>Sim. “Eu acho que o simples fato da gente existir e contar a nossas histórias para as pessoas já é um ato de militância.” Acredita que assim, se expondo e contado sua vida contribui para a</p>

					total cética, então, não tenho nenhum segmento religioso.”	para os direitos da população LGBT.					desmistificação da transexualidade na sociedade em geral.
Nara	31 anos	“Branca”	Campinas	Mulher Trans-Bissexual	“Fui criada para ser católica, mas o aspecto mecânico dos rituais e o sentido que estaria por trás desse ritual mecânico, engessado, a pouca disposição para poder responder e fazer perguntas me fez muito cedo, ainda adolescente a romper com qualquer possibilidade de espiritualidade de viver.”	Bolsista e escritora	“Classe Média”	Pública	Bacharel em Letras e atualmente Doutorada em Teoria Literária	Campinas	“A militância passa a ser uma questão muito importante na minha vida, o doutorado que antes da transição eu depositava todas as minhas expectativas de realização pessoal, vai para segundo plano total, faz dois anos que eu não sou muito produtiva no doutorado. (...) mas não sei se foi uma questão de preconceito por eu ser trans, mas foi porque eu escolhi a militância e coloquei ela em primeiro plano e coloquei meu doutorado em segundo e a universidade não sabe lidar com isso, ela quer produtividade, ela quer papers, ela quer CAPES, ela quer currículo lattes.”

BABY

Conheci Baby virtualmente através de postagens no Facebook do grupo do cursinho Popular Transformação da cidade de São Paulo. No final do ano de 2015, o cursinho apresentou todos e todas transexuais e travestis que tinham estudado lá e haviam conseguido acessar uma vaga em alguma universidade do país, compartilhei as postagens e resolvi enviar um convite de amizade para Baby. Após o aceite, trocamos informações, falei sobre minha pesquisa e o meu interesse em conhecê-la e entrevistá-la. Conversamos durante uns seis meses, via Facebook e WhatsApp até que tive oportunidade de ir ao seu encontro. Desde o começo, ela foi muito receptiva e carinhosa comigo. Encontramo-nos numa tarde de sexta-feira após o término do seu dia de trabalho, no bairro da Liberdade em São Paulo. Ficamos procurando um local propício para conversarmos e acabamos indo para um bar aonde ela já freqüentava. Como o dia estava quente e era sexta-feira, resolvemos tomar umas cervejas e conversar. Mesmo com o término da entrevista propriamente dita, continuamos nosso papo, que durou mais de duas horas e fomos embora, nos separando na estação do metrô. Não vi mais Baby, mas ainda mantemos contato virtual.

Baby tem 24 anos, nascida em São Paulo – Capital, mas viveu quase toda sua infância e adolescência em Aracaju, e atualmente reside na sua cidade de origem. Mulher transexual cursa o segundo semestre de Gestão em Turismo numa instituição federal em São Paulo. Sua família é constituída por 4 pessoas, pai, mãe e uma irmã, que atualmente divide um apartamento com mesma. Declara que sempre teve uma relação tranqüila com os pais.

Fausto: Sua infância foi tranqüila?

Baby: Sim, minha infância foi tranqüila. Meus pais aceitaram tranquilamente, mas na infância não tinha nada, nenhuma menção à transexualidade porque eu era apenas uma criança, sei lá, acho que esses conflitos eu sinalizava de uma forma com hiperatividade. Eu era bem problemática, eu dava sempre trabalho, mas sempre tive uma relação ótima com os meus pais [...] Quando eu era criança eu já sabia que... sei lá, que eu não era um menino. Mas eu não era tipo, aquelas crianças que a gente vê na Europa, que tem a aceitação dos pais e real confiança de poder dizer que não é menino, não é menina, não. Eu achava que isso poderia ser possível, mas não de uma forma, não a ponto de eu poder exteriorizar isso.

Seu processo de transição aconteceu no período escolar, entre os 17 e 18 anos, mas com 14 anos Baby já havia conversado com pais, alegando que gostaria de realizar a cirurgia de transgenitalização, porém só mais tarde começou a terapia hormonal.

Aí, deixa eu ver... acho que com 14 anos eu conversei com os meus pais a primeira vez, falei que eu queria fazer a cirurgia de resignação, transexualização, e depois com 17, entre 17 e 18, eu comecei a terapia hormonal por conta própria. Aí... R: Eu tomava. Sem receita, isso. Quando eu comecei. Aí depois, em 2011, eu fui no Hospital das Clínicas atrás do processo transexualizador que é bem falho. Fiquei numa fila de espera, que tem aquele protocolo de dois anos de acompanhamento, só que esse acompanhamento nunca chega. Aquilo é absurdo. Aí depois eu fui no CRT, que é um Centro de Referência e Treinamento, que é um hospital especializado em DST e AIDS, em encaminhamento, acolhimento, e dentro dele, o José Serra, não sei em que ano, acho que em 2008, o Serra criou um ambulatório trans, que lá tem as equipes multidisciplinares para atendimento desse público. Aí lá eu passei com a clínica geral, acho que no final de 2012, até então eu tomava os hormônios por conta própria. No final de 2012, por aí, eu comecei a passar na clínica geral, eu comecei a tomar os hormônios prescritos e fazer os exames periodicamente, de três em três meses, para passar com endocrinologista, terapia e psicoterapia. (...) Aí consegui em 2013, comecei fazer a terapia com a psicóloga que eu tenho mais tempo. Passei com psiquiatra também. Todos os médicos eles pedem para passar. E eu dei entrada em junho no processo da documentação para mudar nome e gênero, e aí consegui os laudos finais, acho que até o final de 2013. No final de 2015 o meu processo saiu.

Trabalhou em vários lugares antes de acessar a Universidade, mas geralmente em subempregos, alegando que a ausência de aceitação gera todos os tipos de precarização e exploração causados por sua transexualidade.

(...) questão do acesso ao mercado de trabalho, que é muito complicado, é muito fechado. Extremamente fechado, eu trabalhei com telemarketing por oito meses, saí, recebi o seguro, fiz diversas entrevistas para outras empresas de telemarketing, com a minha dicção simpática até, comparada com de outros candidatos. Com a questão da documentação, quando eles tinham acesso, eu era barrada. Nunca passava. Em várias. Aí tive que descer mais ainda, trabalhei no [cinema x] quatro meses, e depois consegui esse emprego.

Realizou um curso técnico em meio ambiente, que estimulou seu retorno aos estudos.

De 2011 até 2014 eu fui me estabelecendo no mercado de trabalho, eu fiquei em subempregos. Não que seja um emprego ótimo, um emprego que dá para me manter, pelo menos, né. Preciso do subsídio, porque meus pais não têm condições de me subsidiar. Em 2014 eu fiz o vestibular da ETEC para um técnico em Meio Ambiente e foi quando eu reingressei no meu estudo (...) foi um processo, eu não tinha retificado meus documentos, não tinha meu nome social. Tinha uns estresses, mas ninguém nunca... como eu não tinha, como eu posso dizer? Porque eu não chego em qualquer lugar e escuto alguém falando alguma besteira, tipo “traveco”, alguma coisa assim, eu já quero comprar briga (...) eu sou uma pessoa muito reservada, eu evito entrar nesse tipo de confusão porque eu sei que eu sou o lado mais fraco, eu sei que eu tenho probabilidade de me dar mal. Então a minha passabilidade

no curso de Meio Ambiente, por mais que tivesse suspeita, como ninguém tinha certeza, porque eu usava nome social, então eu sempre fui tratada sem nenhuma diferenciação pelos meus colegas. Inclusive tenho uma amizade muito forte com as pessoas, que só depois que terminou o curso eu fui falar que eu era transexual. E aí terminei o técnico no meio de 2015, queria fazer um pré-vestibular, mas eu não tinha condições de fazer um pré-vestibular pago, também porque eu tinha medo de como seria a reação, porque quanto o ambiente escolar, o ambiente acadêmico já é excludente, o ambiente escolar é muito pior, porque eu acho que na pré-adolescência ou adolescência, é uma faixa, vamos dizer, de 14 aos 20 anos, dependendo do padrão de vida da pessoa, a probabilidade de ter sensibilidade ou empatia é mínima. Adolescentes não querem saber, eles querem zoar, querem dar risada.

Após esse período, como os seus documentos já retificados, minha interlocutora afirma que conseguiu se estabelecer em um trabalho mais remunerado e sendo aceita em sua singularidade. Além do receio de continuar mantendo seus estudos, conheceu um projeto de cursinho popular para pessoas trans: “Cursinho Popular Transformação”, começou a fazer aulas e prestou o ENEM no final do ano.

E em setembro eu comecei as aulas com eles, e como o cursinho era um projeto piloto, era só uma vez por semana, não tinha muito conteúdo, assim, mas a questão de empoderamento das pessoas trans, que são maravilhosas, me deu mais força para conseguir. Eu prestei o ENEM e passei pelo SISU, na segunda chamada, para o curso de Turismo, que foi a opção que eu coloquei que é uma área que eu acho interessante e que dava para ligar com Meio Ambiente também, em alguma coisa, né. Eu queria definir logo o que eu teria que fazer.

BETHÂNIA

Conheci Bethânia, da mesma maneira que Baby, virtualmente através de postagens no Facebook do grupo do Cursinho PreparaNem da cidade do Rio de Janeiro. No final do ano de 2015, o cursinho apresentou todos e todas transexuais e travestis que tinham estudado lá e haviam conseguido acessar uma vaga em alguma universidade do país, compartilhei as postagens e resolvi enviar um convite de amizade para Bethânia. Trocamos informações, falei sobre minha pesquisa e o meu interesse em conhecê-la e entrevistá-la. Conversamos via Facebook e WhatsApp até que tive oportunidade de ir ao seu encontro no Rio. Também desde o começo, ela foi muito receptiva e carinhosa comigo. Encontramo-nos na hora do almoço de uma segunda-feira após o término da sua aula no local de estudo. Compramos uma marmitex cada e juntos fomos comer no teatro da universidade, local onde acontece a maioria das suas aulas. Após o almoço sentamos numa praça no campus

universitário e iniciamos nossa entrevista. A entrevista acabou e ficamos o resto da tarde conversando. Para me ajudar Bethânia entrou em contato com Gal (que é sua amiga e eu iria entrevistar no mesmo local no dia seguinte) e ficamos sabendo que ela estava indo para universidade á noite. Ás 19 horas foi para sua aula e eu encontrei com Gal. Após a sua aula ainda nos reencontramos, pois estava conversando com sua amiga ainda e nós três resolvemos tomar um lanche juntos, fui embora ás 22 horas. Combinamos de sair no outro dia, mas Bethânia teve um imprevisto. Não vi mais pessoalmente, mas ainda mantemos contato virtual e sempre conversamos.

Bethânia tem 29 anos, nasceu em cidade de grande porte do interior do Rio de Janeiro, mas viveu quase toda sua infância e adolescência em cidade litorânea do mesmo Estado, e atualmente reside na capital. Mulher transexual cursa o segundo semestre de Artes Cênicas em uma universidade confessional no Rio de Janeiro. Sua família é constituída por 5 pessoas, pai, mãe e dois irmãos mais velhos, ela a única filha da família. Declara que passou por várias brigas entre os familiares, o que era relacionado a questões religiosas: seu pai era o pastor da maior Igreja Evangélica de sua cidade, o que foi um grande empecilho para efetivação de uma relação familiar menos conflitante.

Eu já tinha assumido a homossexualidade aos meus pais com 16 anos e com 18 anos eu comecei a transição, comecei a me hormonizar, comecei a trocar o guarda roupa e foi chocante no começo pros meus pais, que são evangélicos, meu pai é pastor. Para eles isso foi no começo foi muito chocante, eu tive muito atrito com ele, no começo disso tudo.

Seu processo de transição aconteceu no período escolar, aos 18 anos, mais especificamente no período de férias finais, o que segundo ela, causou menos desconforto, pois iniciou o ano já como Bethânia. Isso lhe causou mais coragem para lutar por sua aceitação.

*Quando eu fiz a transição e passei a viver como Bethânia, eu impus mais respeito. Uma professora amiga minha chegou a me falar que foram discutir minha existência no conselho de classe, pois eu chegava na sala, botava a minha bolsa na cadeira ao lado, quando eu não botava o pé, para ninguém sentar, e quando me pediam, eu fala que não, eu mostrava outro lugar, eu falava: Senta ali! [apontando para outra cadeira]
Eu não deixava, eu não falava com as outras pessoas, era meio que uma autodefesa mesmo, para não causar nem um tipo de transtorno comigo. Mas mesmo assim, eu escutava muita piada andando nos corredores, isso me fechou um pouco pro mundo, isso meio que ainda me incomoda um pouco ate hoje. Não sei lidar ainda muito bem com esse tipo de situação.*

Trabalhou em vários lugares antes de acessar a Universidade, em diversos empregos: garçoneiro, balconista, chapeira de lanchonete, atendente de loja, mas sempre sem registro, sofrendo todos os tipos de precarização e exploração causados por sua transexualidade.

(...) era muito difícil, eu nunca trabalhei registrada, trabalhava quase sempre temporário, em vários lugares. Em 2007, que foi a primeira vez que eu fiquei aqui no Rio de Janeiro, com 19 anos ainda, eu vim e já sabia mais ou menos e tinha conhecido um pouco do “mundo” da prostituição, e naquela época, eu trabalhava num restaurante em Búzios, onde a minha patroa sabia dessa situação, da dificuldade das pessoas trans terem emprego e tudo mais, então ela me explorava muito, tinha dia que eu trabalhava 12 horas...

Fausto: Você percebia que o motivo dessa exploração era porque você era transexual?

Sim, eu percebia, ela (dona do restaurante) sabia que não teria como conseguir um outro emprego muito rápido, então ela tinha toda uma forçação comigo, isso foi me criando um pouco de revolta e como eu já havia conhecido um ano atrás esse mundo “meio assim” de programa, começou a martelar muito na minha cabeça, eu não preciso passar por isso, o que ela me paga em mês eu posso ganhar em um dia, aí fui sendo mordida por esse “bichinho”, quando acabou a temporada, eu com dificuldade em conseguir outro emprego, foi aumentando mais ainda essa revolta em mim e eu acabei vindo pra o Rio de Janeiro, aqui pra Copacabana, começando essa vida como garota de programa.

Desde dessa época, até a atualidade Bethânia continua se sustentando com a prostituição, que se tornou a única alternativa de renda razoável em sua vida e continua passando por situações de exploração e precarização de trabalho, pois trabalha quatro noites por semana, não mais em Copacabana, mas nas ruas da Lapa, bairro boêmio do Rio de Janeiro. Porém, em 2015, conheceu um professor do cursinho preparatório Prepara Nem que lhe convenceu a voltar aos estudos e hoje, está no segundo semestre de artes cênicas em uma universidade confessional no Rio de Janeiro.

CÁSSIA

Conheci Cássia por indicação de uma professora universitária da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a quem conheci no circuito acadêmico. Consegui o telefone de Cássia e combinamos um encontro na Lapa, sede do Cursinho PreparaNem. Cheguei ao local indicado um pouco antes do combinado, mas a casa que funciona o cursinho também abriga e acolhe pessoas trans sem condições de moradia, que foram expulsas de casa ou que vieram de outras regiões do Brasil. Fui recepcionado na hora que cheguei e fiquei numa sala esperando

Cássia por cerca de 30 minutos (havia avisado quando eu já estava lá que se atrasaria). Seu atraso foi providencial, pois pude conhecer melhor o cursinho, compreender sua organização e fazer contato com outras transexuais e travestis que estavam por lá. Ao chegar, Cássia me levou a uma sala onde poderíamos conversar com mais tranquilidade. Infelizmente, Cássia chegou um pouco apreensiva, sensação minha, mas disse que a entrevista teria que ser rápida, pois teria um compromisso depois. Embora rápida, a entrevista teve conteúdos extremamente relevantes. Quando acabou e fui levado á porta da casa, onde Cássia se despediu e saiu com uma pessoa que estava a sua espera. Não tivemos mais contato, nem virtual.

Cássia não revela a idade, mas aparenta ter uns 35 anos. É nascida em São Paulo, capital, mas atualmente reside no Rio de Janeiro há dez anos com sua mãe e duas amigas. Mulher transexual cursa o segundo semestre de Jornalismo em uma universidade privada. A mãe era dona-de-casa e o pai, policial militar aposentado. Viveu entre a casa e as ruas de São Paulo entre 5 e 12 anos, período esse que se envolveu segundo ela, com o meio LGBT, principalmente com travestis profissionais do sexo, acabando depois de um tempo co-habitando com as mesmas.

Por volta de 10 anos eu morei com umas na Lapa em São Paulo, mas não tive muito essa inclinação, não sei te dizer porque, não sei porque elas eram muito estereótipo, muita caricatura para a travestilidade, não sei, mas com 12 anos eu conheci a Natasha Dummond e fiquei encantada com ela, muito mais do que com a Roberta Close, meu referencial não é a Roberta Close, e foi ai que eu tive meio que uma estalo.(...) “Nossa gente eu posso ser assim!”

Seu processo de transição aconteceu tardiamente, alega minha interlocutora, já faz 15 anos, e segundo ela, não foi com a idade que gostaria, mas sua justificativa era o medo de sofrer mais agressões, pois no período escolar por ser mais “feminina” passou por várias situações que lhe causaram certo pânico de assumir-se enquanto transexual.

Eu retardei muito (transição), só com 16 anos que eu fui tomar minha primeira injeção de hormônio, eu tinha um namorado gay, na época, que me sustentava, me bancava, que tinha saído de casa abrigo e estava sozinha, e retardei, só comecei minha transição mesmo com 18-19 anos. E foi sozinha, com dica delas (travestis), qual hormônio que funciona, qual não funciona, eu fui testando fiz vários testes com hormônios, auto-hormonização mesmo.

Cássia alega que teve muitas dificuldades para ter acesso à universidade, causadas por preconceito além de uma baixa situação econômica, obrigando-a desde cedo a trabalhar como profissional do sexo.

Primeiro não ter terminado o ensino médio. Segundo, não ter podido me dedicar aos estudos como é necessário para você prestar um vestibular, porque eu tive que ir para a prostituição e não tive nem condições, nem tempo para estudar. (...) Falta de dinheiro para poder terminar o ensino médio e conseguir o certificado, depois ir a uma universidade particular ou pagar um cursinho para prestar uma boa universidade, isso tudo é uma soma dos fatores, que me levaram a evasão escolar...

CAZUZA

Conheci Cazuzza de uma maneira inusitada. Diferentemente das mulheres trans e travestis, tive muita dificuldade em estabelecer e manter contatos com homens trans para participação desta pesquisa. Conversei com vários, via Facebook, por indicação de pessoas conhecidas e por encontros com populações trans e LGB em geral, houve resistência de todos, menos de Cazuzza. Nosso primeiro contato foi sem querer num evento sobre militância trans na cidade de Sorocaba, onde ele seria um dos palestrantes. Antes do evento, na coxia, conversamos e por ignorância minha não sabia que ele era quem era, a passabilidade nesta situação tornou-se real. Após o evento, por sorte e por uma ajudinha de umas amigas trans da organização, consegui sair para jantar com todos da organização e os palestrantes, assim consegui conversar melhor com Cazuzza que se sentou ao meu lado na mesa e aceitou conversar comigo só que no outro dia no hotel que estava hospedado, pois já eram 22 horas e seria super incomodo conversar naquele local. Domingo de manhã às 08h30min horas estava eu, debaixo de uma chuva pegando um ônibus intermunicipal sentido Salto de Pirapora-Sorocaba indo ao seu encontro. Apresentei-me na portaria do hotel e Cazuzza me recebeu em seu quarto, conversamos um pouco antes do início da entrevista e após a mesma. Mesmo aceitando conversar, percebi um certo incomodo, causado por uma extrema timidez. Não pudemos conversar mais, pois Cazuzza já estava na espera do carro para levá-lo ao aeroporto. Não vi mais pessoalmente, mas ainda mantemos contato virtual.

Cazuzza tem 26 anos, nasceu em Recife, onde vive até hoje. Homem transexual cursa o segundo semestre de Química em uma universidade pública na mesma cidade. Sua família é constituída por 4 pessoas, pai, mãe e mais um irmão. Declara que passou por várias brigas entre os familiares, porque eram muito violentos, agressivos e hostis. Todas as brigas foram relacionadas com o seu processo de transição, sendo expulso de casa quatro vezes. Com 20 anos assumiu sua transexualidade e saiu definitivamente da casa de origem.

Seu processo de transição aconteceu depois do período escolar, entre 18 e 19 anos e alega que sua inserção nos movimentos sociais contribuiu para sua aceitação e principalmente para busca de inclusão social.

Comecei minha transição de gênero quando eu tinha de 18 para 19 anos, mudei toda a minha vida, como acontece com a maioria das pessoas trans, você transiciona e acaba tendo problemas com a família, problemas de inserção no mercado de trabalho, na instituição de ensino e mudei meu ciclo de amigos. Desde então eu tenho procurado os movimentos sociais como forma de inclusão na sociedade e luta pelos direitos que eu deixei de ter por ser agora uma pessoa trans na sociedade.

Fausto: Foi um processo difícil, como foi?

Foi difícil, mas eu também não conheço quase ninguém que seja trans que vai dizer que sua vida é fácil. É raro, só quando é uma pessoa de classe média alta e que tem uma família que aceita, e para o resto da população brasileira não é assim. Eu saí da casa dos meus parentes com 20 anos, já expulso pela quarta vez na realidade, sou expulso desde os 15 e desde então moro só e tenho minha forma de renda e tal e eu não entrei na universidade, porque naquela época, não tinha políticas de nome social, isso para mim era completamente impensável eu estar numa instituição de ensino que tivesse que usar o meu nome de registro civil. Seria humilhante, constrangedor...

Por conta da militância e ativismo desde que passou pelo processo de transição, Cazusa nunca conseguiu ter exercer um emprego formal, alega:

Por conta das atividades de movimento social que eu achava prioritárias e realmente era muito importante para eu ter um mínimo de cidadania, eu não trabalhava, eu ganhava uma mesadinha e tal, que mandavam pra mim dos meus parentes, depois cortei esse vínculo, já faz mais ou menos um ano e pouco, dois anos mais ou menos.

Mesmo já inserido no contexto universitário, Cazusa ainda se sente vulnerável, tanto pela questão de sua transexualidade, quanto por questões financeiras. Afirma que a assistência estudantil recebida, uma bolsa no valor de R\$380,00 e o auxílio alimentação não dão conta de suprir suas necessidades existenciais, o que obriga às vezes em pensar maneiras de burlar a ausência financeira e buscar outras fontes de renda, incluindo o mercado sexual.

ELZA

Vi Elza pela primeira vez no campus da Universidade que estuda, em um ato contra o governo Dilma, mas depois fui apresentado a ela por meu orientador, pois era aluna do primeiro ano de pedagogia e freqüentava uma disciplina oferecida pelo mesmo. Fizemos

contatos via Facebook e depois começamos a conversar mais frequentemente na universidade. Falei sobre minha pesquisa e meu interesse em entrevistá-la, inicialmente percebi certo receio, mas com o tempo fomos ficando mais íntimos e ela aceitou conversar comigo. Marcamos uma tarde na área de vivência da universidade. Como já tínhamos criado uma amizade Elza se abriu totalmente comigo, sua entrevista durou mais de três horas, fato esse gerado pela nossa intimidade. Atualmente tornou-se minha amiga, nos vemos e conversamos frequentemente.

Elza tem 41 anos, continua vivendo na cidade de seu nascimento – Sorocaba. Sua família é constituída por 6 pessoas, pai, mãe e duas irmãs e um irmão caçula. Declara que passou por várias brigas entre os familiares, geradas principalmente pela ausência de diálogo sobre questões voltadas a sexualidade.

(...) na infância, aos seis anos de idade, eu lembro que meu pai entrou em um quarto... a primeira lembrança que eu tenho em relação a isso é que meu pai entrou em um quarto e me viu, eu ficava na frente do espelho, colocava uma toalha na cabeça, eh, eu coloquei um sapato de salto da minha mãe e, acho que, uma camisola, e aí eu estava na frente do espelho. É uma lembrança bem vaga, mas é... acho que cinco, seis anos de idade, e meu pai entrou, de repente, me viu e eu levei aquele susto, mas eu não tinha consciência se isso era errado ou não, eu não sei. Eu só sei que eu assustei por causa da reação dele. Eu acho que ele deve ter se assustado muito de ver aquilo, né.

Porém, é interessante notar certa contradição na fala de minha interlocutora, pois há momentos que ela alega que havia respeito em relação a sua existência afeminada, no entanto é nitidamente visível em sua fala a homo/transfobia familiar.

Elza: Minha família sempre me respeitou muito. E esse tipo de problema, de sofrer violência transfóbica ou homofóbica, que seja, na minha casa, eu nunca tive. E aí comecei... nessa época meu pai estava em crise com a minha mãe, estavam brigando muito. Eles sempre tiveram um relacionamento muito complicado. E eu já não, eu não tinha um relacionamento, eu já estava irritada com o meu pai. A gente estava brigando, e eu peguei uma discussão entre ele e minha mãe sobre isso uma vez.

Fausto: Sobre você?

Elza: É eu não lembro exatamente o que eles conversaram, mas eu lembro que, parece que deu a impressão que ele queria que... eu não sei se era para me colocar para fora de casa, o que é. Ou se ele já tinha percebido que eu estava me vestindo de mulher, saindo à noite, que talvez algum colega tenha contado...

Seu processo de transição inicial aconteceu no período escolar, com 15 anos mais ou menos, mas relata que sempre sentiu essa vontade de ser feminina.

Desde que eu meu conheço por gente, né, desde criança, eu já tinha essa vontade de usar roupa feminina. Teve uma época da minha vida que isso ficou muito intenso, eu cheguei a pensar em cirurgia, tal. Foi uma fase bem complicada. Aos 15 anos de idade, quando a gente morava lá no Jardim (...) eu conheci um amigo homossexual, e ele pegou e falou assim para mim “Baby, você tem um jeito diferente”, “mas como assim?”, “eu não sei, você tem um jeito de amapô”, de mulher, né. Inclusive, essa pessoa que me ensinou essa linguagem. Eu falei assim “ah, é?”, “é. Por que você não toma...”, eu descoloria a perna, na época. Eu não depilava a perna, mas eu descoloria, porque descolorindo a perna os pelos ficavam meio transparentes, tal. Eu tinha uma perna grossa, uma perna bonita, bumbum já empinado, porque o meu pai já tinha, né. O corpo é parecido... o corpo é do meu pai. Tipo físico dele. E aí esse amigo fez isso e me deu uma cartela de pilula anticoncepcional, aos 15 anos. Eu peguei e falei “como que eu faço?”, né, fiquei interessadíssima. E aí eu peguei, levei essa cartela e comecei a tomar, assim, indiscriminadamente.

Aos 17 anos com a separação dos pais, Elza percebeu a necessidade de ajudar em casa, pois segunda a mesma “(...) minha mãe que teve que assumir o papel de pai na casa”, iniciando um curso de auxiliar de enfermagem, profissão cuja mãe já exercia e ainda exerce. Trabalhou durante 17 anos em hospitais públicos e em certo momento até no mesmo setor com sua mãe. Declara que por cansaço exonerou de um cargo efetivo, mas em sua fala nota-se que também ocorreram casos de transfobia no ambiente de trabalho, justificando assim o abandono de um emprego que supostamente tinha certa estabilidade.

Era uma loucura a minha vida nesse sentido. Até que, em uma determinada altura do campeonato, isso em 1998, eu consegui um emprego terceirizado, tal. Porque em relação à transfobia e à homofobia, eu sentia muito... me incomodava o fato de eu não conseguir trabalhar em hospitais particulares na época, mesmo que a oferta de empregos nessa área, ela era bem maior do que hoje, eu não conseguia. A maioria dos meus colegas sempre trabalhava, eu era um profissional considerado bom, né, trabalhava direitinho, minhas avaliações as notas sempre eram altas, os elogios, muita gente da minha família comentava que “a enfermeira fulana de tal comentou que seu trabalho é excepcional, não-sei-o-quê”, e eu tinha consciência disso. Porque era uma coisa que eu gostava e eu levava a sério mesmo. Mas durante uma época que eu quis ficar com duplo vínculo, queria mais um emprego, queria mais dinheiro, porque a maioria das pessoas da área de saúde na época trabalhava em dois hospitais, tinham serviço público e trabalhavam no particular, e eu queria isso para mim também, eu não consegui. Eu não consegui me estabelecer, porque eu lembro que eu levava o currículo, fazia o teste, passava no teste, e sempre meu currículo ia para o banco. Aí eu falava “mas o que acontece, afinal? O que será? Será que tem alguma coisa a ver com a minha aparência?”. E mesmo eu indo completamente... porque nessa fase de eu procurar um outro emprego, eu chegava a me enrustir, assim, completamente. Cortava o cabelo, colocava roupa masculina, mas mesmo assim eu tinha uma coisa no rosto, uma aparência... sempre as pessoas comentavam comigo “nossa, o formato do

seu rosto parece rosto de mulher; você tem o rosto muito delicado; você tem a mão muito delicada”. Então por mais que eu tentasse...

É possível supor que Elza buscou no ensino superior uma suporta aceitação e legitimação de sua transexualidade, pois primeiramente decidiu a iniciar uma graduação numa universidade particular em enfermagem, porém:

Bom, enfim, e aí eu lembro que eu me desestimulei, pela questão financeira, que na época eu lembro que eu perdi uma bolsa lá, que para mim ia significar muita coisa, porque o curso era muito caro, FIES não se conseguia, era muito difícil conseguir. Todo ano quando saía o FIES, nos dois anos eu não consegui, eu não sei por quê.

Dez anos se passaram desde que minha interlocutora abandonou o curso de enfermagem e durante esse período se preparou, estudou para o ENEM iniciou outro curso, também de enfermagem em outra universidade particular, conseguiu o PROUNI, mas novamente abandonou o curso por alegar incompatibilidade de horários, pois o curso era pela manhã e por sair constantemente à noite, ficou somente três meses no curso. Resolveu sair fazer outro curso, porém agora em EAD, mas de pedagogia, por influencia familiar, pois suas irmãs já estavam no curso.

Aí me deparo com EAD. Falei, gente, é isso mesmo, estou adorando mexer em computador e fiz, fiz dois anos. Concluí os dois anos, já estava quase terminando o curso, você acredita? Quando resolvi prestar o ENEM novamente, passei com uma nota maior. Aí, sempre tive vontade de entrar em uma faculdade federal. Sempre questioneei o porquê que não existiam mais faculdades. Eu falei “ué, mas por que existe tão poucas universidades públicas no Brasil?”. Sempre questioneei.

Após várias idas e vindas, Elza hoje está fazendo o segundo semestre do curso de pedagogia presencial, em uma universidade pública.

GAL

Conheci Bethânia, da mesma maneira que Baby e Gal, virtualmente através de postagens no Facebook do grupo do Cursinho PreparaNem da cidade do Rio de Janeiro. No final do ano de 2015, o cursinho apresentou todos e todas transexuais e travestis que tinham estudado lá e haviam conseguido acessar uma vaga em alguma universidade do país, compartilhei as postagens e resolvi enviar um convite de amizade para Gal. Trocamos informações, falei sobre minha pesquisa e o meu interesse em conhecê-la e entrevistá-la. Conversamos via Facebook e WhatsApp até que tive oportunidade de ir ao seu encontro no

Rio de Janeiro. Da mesma maneira que as outras trans, desde o começo, ela foi muito receptiva e carinhosa comigo. Encontramo-nos ao entardecer de uma segunda-feira numa praça da universidade que estuda. Inicialmente ficamos conversando junto com Bethânia, que depois foi assistir a sua aula e nos deixou a sós. Gal é extremamente extrovertida e após o término da entrevista continuamos nossa conversa até o retorno de Bethânia. Nós três resolvemos tomar um lanche juntos, fui embora às 22 horas. Não a vi mais pessoalmente, mantemos pouco contato virtual, infelizmente.

Gal tem 22 anos e é nascida e criada em uma favela carioca. Mulher transexual cursa o segundo semestre de Serviço Social em uma universidade confessional no Rio de Janeiro. Filha de uma família cristã evangélica constituída por 5 pessoas, pai, mãe e dois irmãos, atualmente mora só com mãe e irmãos. Declara que passou por várias situações de violência física em casa por querer usar roupas femininas e cabelos compridos e por sua sexualidade afrontar preceitos de origem religiosa. Quando questionei sobre as roupas que usava e sobre a religiosidade familiar, ela respondeu:

Me proibiam (de usar as roupas que queria), mas eu sempre bati pé firme com a minha família com essa questão, eu não achava a mesma coisa que eles, eu não concordava com que eles diziam, com as crenças deles, e eu batia o pé e foi assim que eu consegui o que queria. (...) Minha mãe e meu pai já chegaram a me bater para eu cortar o cabelo, para não usar maquiagem, tirar a roupa feminina, para eu parar de andar com as pessoas pelas quais eu andava, mas bateram a primeira vez, bateram a segunda, e falavam, a gente brigava...até hoje a gente tem problemas com isso...

Gal expõe que desde muito pequena, teve muitos problemas por ser muito feminina. Sua transição foi bem cedo, comenta que sempre buscou e quis ser mulher.

Desde os 13 anos eu já me visto de uma maneira feminina, já usava maquiagem e tal, ninguém nunca me via de uma maneira muito masculina, nem eu me via. Depois eu fui chegando numa idade tipo, 16-17 anos, fui ficando um pouco mais masculinizada, por estar na puberdade, estar desenvolvendo meu corpo, percebi que não era aquela aparência que eu queria para mim e comecei a usar hormônios, e comecei com a identidade de Letícia. Nessa época eu escolhi o nome de Letícia e queria ser tratada por essa maneira e não me fazia bem ser chamada pelo nome de registro.

Sobre sua transição, descreve que:

Você vai estar sempre preocupada de querer passar uma figura feminina para que eles sempre respeitem a sua imagem, a sua identidade feminina. Até hoje, acabei passando por um processo, não só com hormonização, mas com readequar o meu corpo... Um processo de aceitação de mim mesma, de

eu não deixar de ser mulher por as pessoas não me “aceitam” como mulher, tenho diferenças no meu físico assim como todas as mulheres também as tem, isso não me torna masculina. No começo era mais difícil, hoje em dia eu trabalhei mais isso em mim, apesar de eu ter desenvolvido um pouco. Me aceito como mulher, independente a opinião das pessoas.

Durante o período escolar Gal passou por diferentes situações, que incluem desde agressões físicas a verbais, gerando desconfortos e, conseqüentemente, sentimentos de não pertencimento àquela realidade onde quase ninguém a compreendia.

Por exemplo, quando eu escovei o cabelo pela primeira vez, eu sempre tive o cabelo cacheado, uma minha amiga, vizinha disse, “seu cabelo está comprido, vamos escovar, vai ficar linda com um cabelo liso”. Escovei noite inteira, porque ela não era profissional. Chegando a escola, eu iria encontrar com as meninas, eu já estava lá dentro, estava me sentindo poderosíssima, com o cabelo voando, quando eu cheguei na porta da escola tinha um sacolão (varejão) lá próximo, estava cheio de lixo na porta, próximo da escola e os garotos pagaram aquilo (lixo) e jogaram tudo no meu cabelo, tomates, restos de frutas, essas coisas; alguns meninos ainda entraram num ônibus que estava saindo e jogaram coisas em cima de mim dentro e me xingando ao mesmo tempo.

Essas situações, entre outras, levaram-na a abandonar a escola algumas vezes, pois sua convivência ali nunca foi tranqüila.

Não foi tranqüilo, eu larguei a escola quando eu estava na oitava série, alias, eu conclui o ensino médio a pouco tempo, com 21 ano s.. Depois eu voltei de novo, consegui concluir a 8ª série numa outra escola, quando eu estava morando com o meu pai, mas também tive alguns problemas nela. Eu estava contando às violências que eu sofri quando era mais nova, até mesmo quando a gente não chega sofrer isso tudo, só de saber o desgaste de ir lá (na escola), escutar piadas, ser olhada, fora aquela apreensão que o ambiente escolar não era nem um pouco confortável para mim. Entrar lá e ver aquele monte de gente, me remetia aquela época em que eu tinha um monte de problemas, então, não era um ambiente agradável aonde eu queria estar, eu sempre tive esses problemas, sempre estava arrumando desculpa para não ir, sempre estava fazendo alguma outra coisa, acabava, que eu sempre repetia por falta, não era o ambiente que eu queria estar.

NARA

Conheci Nara inicialmente pelo universo virtual através de postagens de um blog escrito pela mesma. Porém, conversando com amigos sobre minha pesquisa, acabei descobrindo que Nara antes da transição havia namorado a irmã de uma grande amiga,

situação essa que facilitou mais o nosso contato. Ela demorou a responder minhas mensagens, mas por fim respondeu e combinamos um encontro, que aconteceu num sábado às 15 horas no apartamento de sua atual namorada no bairro da Saúde em São Paulo. Quando cheguei ao local combinado, Nara estava no banho e fui recebido por sua namorada. Após sair do banho, ficamos a sós e conversamos por mais de uma hora. Nara, apesar de parecer uma pessoa extrovertida, por ocasião dos postes do blog e de certa maneira possuir uma visibilidade pela militância trans, se mostrou muito tímida; calma, fala baixo e possui uma risada contida. Tive oportunidade de revê-la no lançamento de seu livro numa livraria em São Paulo dois meses depois da nossa conversa. Atualmente não temos conversado, mas ainda mantemos contatos via Facebook.

Nara tem 31 anos, nasceu em cidade Campinas, interior do Estado de São Paulo, mas hoje em dia reside na capital com sua companheira. Mulher transexual formada em Letras, atualmente está no último ano de doutorado em Estudos Literários em uma universidade pública no interior do estado de São Paulo. Sua família é constituída por 5 pessoas, pai, mãe e uma irmã e um irmão mais novo que ela. Declara que houve rejeição inicial por familiares principalmente no início do processo de transição, mas alega que de certa maneira foi tranqüila, nada comparando com outras/os transexuais que sofrem todo tipo de exclusão.

Para eles [familiares] foi difícil no começo, mas eles nunca deixaram, permitiram transparecer que estava difícil fora de casa, por ex. em casa minha mãe chorava, mas quando a gente ia no supermercado, restaurante, shopping isso não transparecia, eles estavam ali segurando todos os seus medos e lidando com seus fantasmas, muito bonito. Depois de um ano e pouco eles contando um pouco desse processo como foi difícil, sem eu que tivesse a nítida compreensão do quanto estava sendo difícil eu esta ali andando do lado deles.

Seu processo de transição aconteceu mais tardiamente, já estava no doutorado, há 4 anos atrás fez sua primeira tentativa de mudança.

Nara foi um processo. Antes uns 4 anos atrás eu já tinha tentado uma primeira vez, mas foi num momento que ninguém sabia, ninguém desconfiava, eu não sabia que efeitos os hormônios iriam causar no meu corpo, eu sabia que iria crescer o peito, mas não sabia que teria um desequilíbrio emocional tão grande de eu ficar a beira de uma sensação emocional desesperadora. Eu começo a tomar os hormônios meus amigos não sabiam, minha família não sabia, eu não estava próxima da militância, não tinha ninguém com que eu pudesse falar sobre todo processo, era uma coisa muito solitária, comprei algumas roupas femininas e em duas semanas eu quase enlouqueci, peguei tudo, joguei fora, hormônios, roupas, e fui

buscar uma psicóloga para tentar me curar, tentar fazer que isso não voltasse acontecer.

Posteriormente a esse episódio Nara alega que estava explodindo no meio universitário nacional um movimento trans com mais intensidade e engajamento que já havia existido, principalmente discussões iniciais do transfeminismo. Ao entrar em contato maior com militantes foi ficando mais confiante e aceitando mais sua singularidade.

Só que isso foi tudo antes da minha transição, mas foi ver todas essas pessoas na minha frente, reivindicando o direito de existência, se fazendo ser respeitados, eu me aproximo do movimento LGBT, primeiro como bissexual e ninguém sabia ainda que eu estava pensando numa transição, nem eu sabia o quanto eu dava conta, mas aos poucos a questão volta a ganhar força dentro de mim e eu muito mais confiante, começo a usar saia, a testar as reações das pessoas pelo fato de eu usar saia e começo a encontrar boas desculpas para poder usar saia, como combater o sexismo, combater o marxismo, sempre ter desculpas é ótimo, abre brechas e permite que você vai vivendo a coisa e de repente, esta usando esmalte para combater o sexismo, e ai você vai acostumando as pessoas e vai criando um ambiente mais propício, mas ainda existia muito medo, de que mundo existirá para mim neste momento, mas a partir do momento que eu estava dentro do movimento de militância, já esta vendo que tinha pessoas trans ao meu redor, fazendo respeitar no espaço universitário, na medida que eu ia vendo as pessoas trans conseguindo orquestrar nas redes sociais um movimento que começava a despontar de forma muito conseqüente e impactante a opinião pública. O que foi as redes sociais, a menina lá de Aracaju, de São Paulo, do Rio, de Belo Horizonte conseguiram orquestrar as pessoas e através dessa rede que gente foi criando entre as pessoas trans que estavam ali afinando os discursos e construindo essa ideia do transfeminismo. Foi muito bonito participar desse primeiro momento, a principio como uma expectadora, mas eu já sabia que dentro de mim tinha coisas mal resolvidas e mal explicadas e o fascínio que eu fui vendo, sentindo essa coisa se construindo, esse movimento e eu quero esta lá dentro também, preparar o caminho para estar lá dentro também, mas ainda de leve, eu usava saia, a desculpa ia até um limite só, não dava para eu colocar a roupa completamente.

Já militando, mas como bissexual, minha interlocutora mantinha ainda esse desejo de transvestir-se por completo, mas por medo da reação das pessoas mais próximas e principalmente de uma namorada, essa transformação permanecia como empecilho para sua satisfação pessoal. Porém, quando chegou o carnaval:

Veio o carnaval e alguns amigos jogaram essa pulginha dentro de mim, você não vai se montar, fui me montar e quando eu me montei e a leveza que eu me senti em estar me vendo aquela imagem feminina no espelho, as pessoas me vendo nessa maneira e reconhecendo que tinha algo mais do que uma mera brincadeira. Eu quase fui agredida no carnaval porque estava passando dos limites, isso aqui não era só uma fantasia e a partir dali eu

não conseguia tirar da minha cabeça essa necessidade de fazer essa transição e aí minha relação foi degringolando, foi ficando insustentável, a gente terminou e um dia depois eu tomo uma injeção de Perlutan que é um hormônio mensal, eu queria tomar um hormônio de um mês inteiro para não ter a possibilidade de abrir mão, dá ideia. Não queria tomar uma pílula por dia, cansei, joga fora, mas queria tomar a dose de um mês, aí fudeu! Tomo sem avisar ninguém ainda, começo a brincar de drag com amigas, usar sai de forma mais cotidiana e aí no dia 30 de abril de 2014 fui na Mariza e troquei meu guarda-roupa no crediário, parcelado em 10 vezes e vim para SP no dia seguinte, era um 1 de maio, feriado, era quinta feira, no domingo seria a parada LGBT, no dia 4 de maio e passei os quatro dias só com essas roupas em SP, foi a primeira experiência que eu tive de sair na rua assim, numa cidade que não era minha, que as pessoas não me conheciam e poder me apresentar ou pedir para que as pessoas me chamasse de Amara, com uma peruca horrível, com uma roupa horrível, mas era o que tinha. Era um pouco isso, esse processo, eu tinha que sair do lugar de onde eu morava para poder continuar o processo, quando eu ganho mais confiança nesse outro lugar eu consigo trazer e fazer esse processo acontecer na minha própria cidade, por mais que [cidade onde nasceu] ainda fosse um lugar acolhedor. A Universidade era “o lugar” para se fazer isso, eu precisei fazer fora de lá por que já fazia 10 anos que eu estava lá e as pessoas já me conheciam de muito tempo, então eu precisei começar fora, eu fazer me respeitar fora, para criar uma expectativa em campinas com fotos, postava no Facebook, comecei a me vestir como Nara, mas sem para as pessoas me chamarem de Nara, mas pessoas começaram a interagir comigo pelo meu nome antigo e ficavam me perguntando, você tem certeza se quer continuar, quer que te chame por outro nome, olha pra você ver o nível do espaço onde eu estava, transicionar depois de estar na universidade e numa universidade que já conseguiu construir, consolidar um movimento trans foi muito positivo.

Por ter crescido numa família de classe média e ter tido acesso a bons colégios, Nara descreve que sempre teve boas notas, facilitando seu acesso rápido á universidade. Prestou vestibular e começou um curso de Relações Internacionais em uma universidade pública, porém sua vontade de ser escritora era maior, abandonou o curso e tentou novamente até entrar no curso de letras. Ao terminar o curso já ingressou no mestrado e em seguida o doutorado. Declara que não precisou trabalhar para se manter durante sua vida universitária. O apoio familiar financeiro para os estudos tornou-se um facilitador para que ela obtivesse boa qualidade de ensino, inserção e possibilidade de crescimento no contexto acadêmico, diferentemente de outras/os pessoas trans que também fazem parte desta dissertação que, sem algum tipo de política de auxílio, não teriam condições para a manutenção de seus estudos.

Fausto: A partir do momento que você transicionou, sua situação foi a mesma?

Nara: Eu fiquei mais sociável, eu sou uma pessoa mais querida, muito menos amarga, por mais que eu tenha escolhido o nome Nara, que significa amarga. Sou uma pessoa muito menos amarga depois da transição do que

antes, eu era uma pessoa muito amargurada, muito arrogante, quem estava perto de mim era quem me valorizava me e reconhecia como pessoa inteligente, mas era um grupo muito seletivo e parecido, quando eu faço a transição minha vontade é de abraçar o mundo, de conhecer o mundo, volto a ser meio adolescente inclusive, participar de festa na universidade, só participei de festa na universidade no primeiro semestre da minha graduação em 2005, depois disso eu rompi com a universidade porque parecia com um espaço que as pessoas não estava levando a sério aquilo, a inteligência, o conhecimento e fiquei reclusa na biblioteca e só falava com quem eu considerava do mesmo nível, uma coisa meio bizarra (risos). Peitava professor, adorava peitar autoridade, eu precisava me afirmar, peitando a autoridade do outro. Alguém aparecia num espaço com autoridade e alguma coisa eu começava atizar, a cutucar para ver até que ponta a pessoa se bancava. Depois da minha transição não senti mais necessidade disso, parece que eu me tornei uma pessoa mais querida, mas como tinha aquele passado, por mais que as pessoas me odiassem elas me valorizavam enquanto uma figura inteligente. Eu acho que eu consegui acessar mais espaços depois, consegui me fazer mais querida depois da transição.

Atualmente Nara sente um “certo descontentamento” com o universo acadêmico por perceber o que é considerado relevante nesse contexto são os números de publicações e avaliações de programas de financiamentos de pesquisa cujas temáticas não nem sempre procuram dialogar com a realidade social das minorias, principalmente da existência trans, ou seja, segundo ela há uma ausência de pesquisas, de políticas de incentivo e adaptação a tal público. No entanto, afirma o quão é importante a sua presença nesse meio, exercendo a militância pelas causas trans nesse espaço cisheteronormativo que se tornou a universidade.

(...) não sei se foi uma questão de preconceito por eu ser trans, mas foi porque eu escolhi a militância e coloquei ela em primeiro plano e coloquei meu doutorado em segundo e a universidade não sabe lidar com isso, ela quer produtividade, ela quer papers, ela quer CAPES, ela quer currículo lattes.

CENAS DA INFÂNCIA

“Peguei até o que era mais normal de nós
E coube tudo na malinha de mão do meu coração...”

LINIKER

Fausto: Vamos discutir um pouco sobre sua infância e experiências na escola? Como foi o ingresso na escola, foi tranquilo?

Cássia: Sempre foi muito difícil, desde o presinho, já foi muito complicado, sempre tudo dividido, azul-rosa, fila de meninos e meninas, eu fazia normalmente o que tinha que fazer, mas aquilo normalmente me incomodava, eu não entendia porque tinha que ser aquela forma (...). Um dia a professora, do presinho ainda, desenhou na lousa um menino e uma menina, falou o que era ser menino e o que ser era menina, e que os dois tinham que ficar juntos e depois de grandes, fariam outras crianças. (...) Aquilo, me deixou um pouco confusa, cheguei em casa chorando e queria cortar o meu pipio, porque a professora disse que menina não tinha pipio. Minha mãe me pegou no banheiro trancada e foi um “rendebu” e depois disso eu comecei a absorver esse discurso dos outros que eu era gay, viado, boiola, homossexual. (...) E foi um inferno, tanto a infância quanto a adolescência, porque na classe ninguém brincava comigo, ninguém chegava perto, no recreio os meninos me perseguiram, corriam atrás de mim, me tacavam as coisas do lanche, na educação física eu não conseguia fazer porque eu tinha que jogar bola ou fazer coisas de menino, que me incomodava. Eu não podia jogar vôlei, queimada, porque era de menina, então isso me incomodou muito. Até que no ensino médio, no 1º ano eu evadi, porque eu já estava na minha fase de transição, mais nova eu sofri alguns abusos, algumas agressões, mas continuei e na fase de transição não agüentei.

A infância e o período escolar para minhas/meu interlocutoras/r é o período em que a maioria dos conflitos e transformações relacionados à sua expressão de gênero tornam-se mais evidentes e aparentes em suas existências.

Segundo Heloisa Aparecida de Souza (2012), o aparecimento de questões associadas a uma suposta “transexualidade” na infância, ou seja, a presença de atitudes e maneirismos que não são enquadrados na cisheteronormatividade tornam-se alvos de uma constante rotina de castigos e vigilância familiar. Essas punições são bem caracterizadas nas falas de Gal e Elza:

Fausto: Sua família não te proibia de usar as roupas que queria?

Gal: Minha mãe e meu pai já chegaram a me bater para eu cortar o cabelo, não usar maquiagem, tirar a roupa feminina, para eu parar de andar com as pessoas pelas quais eu andava, mas bateram a primeira vez, bateram a segunda, e falavam, a gente brigava ... até hoje a gente tem problemas com isso...

Elza: (...) na infância, aos seis anos de idade, eu lembro que meu pai entrou em um quarto, a primeira lembrança que eu tenho em relação a isso é que meu pai entrou em um quarto e me viu, eu ficava na frente do espelho, colocava uma toalha na cabeça, eh, eu coloquei um sapato de salto da minha mãe e, acho que, uma camisola, e aí eu estava na frente do espelho. É uma lembrança bem vaga, mas é, acho que cinco, seis anos de idade, e meu pai entrou, de repente, me viu e eu levei aquele susto, mas eu não tinha consciência se isso era errado ou não, eu não sei. Eu só sei que eu assustei por causa da reação dele. Eu acho que ele deve ter se assustado muito de ver aquilo, né. Porque meu pai, metalúrgico... não vou dizer que é machista, porque não consegui mensurar isso durante a época (...). E deve ter sido um susto enorme para ele. Eu lembro que ele me deu umas tapas, assim, não chegou a ser uma surra, tal. Mas e eu levei aquele susto.

O pertencimento da família a denominações evangélicas apareceu também como um elemento associado à presença de castigos:

Gal: Me proibiam, mas eu sempre bati o pé firme com a minha família em relação a essa questão, eu não achava a mesma coisa que eles, eu não concordava com que eles diziam, com as crenças deles, e foi assim que eu consegui.

Bethânia: Meus pais são evangélicos, fui criada por aquele fundamento cristão, protestante, até meio rígidos no começo, mas depois que eu cresci eu desapeguei disso tudo, todas essas crenças para mim, acredito que são muito limitadas.

Segundo James Green (2000), os ensinamentos tradicionais cristãos condenando a homossexualidade (outras formas de existências consideradas desviantes como a transexualidade e travestilidade) como pecaminosa e imoral sempre permearam a sociedade brasileira e permaneceram no discurso hegemônico até o momento que alguns sexólogos, psicólogos e militantes do movimento LGBT puseram em questão essa perspectiva no final dos anos 70.

Nos anos recentes, o crescimento dramático das formas de cristianismo evangélico e pentecostal inseriu um novo fator no cenário religioso brasileiro. As crenças fundamentalistas desses grupos protestantes fortaleceram o discurso tradicional anti-homossexual da Igreja Católica. (GREEN, 2000, p. 456).

Os discursos e práticas qualificáveis como homofóbicos, de cunho preconceituoso e discriminatório, assumidos por grupos fundamentalistas contra a diversidade

sexual e de gênero se manifestam, segundo Marcelo Natividade e Leandro Oliveira (2009), por meio de silenciamentos, posicionamentos contrários, abdicação de direitos, julgamentos morais, reprodução de estereótipos, exclusões de vários tipos, diretas e/ou veladas. São difundidos durante os cultos religiosos e depois posteriormente praticados e legitimados nas esferas familiares através de atos de violência e exclusão.

Em diálogo com estas perspectivas, entendemos que discursos religiosos sobre o “pecado do homossexualismo” constituem parte de um complexo de resistência a processos de mudança que evidenciam fissuras na norma da *heterossexualidade compulsória*. Os sujeitos que sustentam tais discursos constroem sua relativa legitimidade representando-se como porta-vozes de valores universais, bastiões da moralidade, conjugando percepções negativas da diversidade sexual a uma atuação em oposição ao seu reconhecimento, compreendido como uma ameaça. Dentre esses atores sociais, encontram-se lideranças religiosas, pastores, coordenadores de “ministérios de ajuda”, escritores evangélicos, teólogos, psicólogos e parlamentares. A cosmologia cristã fornece, para tais porta-vozes de perspectivas conservadoras, um idioma e um repertório de justificativas que são acionados em defesa deste modelo particular de representação do gênero e da sexualidade. (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2009, p. 13).

Baby, diferente das outras interlocutoras, alega que sua infância foi tranqüila, possuindo pais que nunca a rejeitaram. Interessante refletir sobre essa diferença, pois seus pais são criados dentro de uma tradição religiosa católica e hoje são convertidos a religião Daiminista.

Baby: Minha infância foi tranqüila

Fausto: Seus pais aceitaram tranqüilamente a sua maneira de “ser”?

Baby: Meus pais aceitam tranqüilamente, mas na infância não tinha nada... nenhuma menção à transexualidade porque eu era apenas uma criança, eh... sei lá, acho que esses conflitos eu sinalizava de uma forma com hiperatividade. Eu era bem problemática, eu dava sempre trabalho, mas sempre tive uma relação ótima com os meus pais. Acho que a aceitação dos pais é um ponto, é crucial para o desenvolvimento social de qualquer pessoa, independente de ser trans ou ser cis.

Este ponto é fundamental para compreendermos como a aceitação familiar pode contribuir para que a existência transexual seja tranqüila e menos traumatizante. Baby em todo seu relato não expõe em nenhum momento que a família a impossibilitou de ser como queria. A transfobia que sofreu sempre foi fora de casa.

Baby: É lógico que existe um bullying grande nas escolas com várias pessoas LGBT, mas também tive oportunidade de estudar em escolas particulares e tinha o apoio dos meus pais, então nunca tive problema com isso.

O ambiente escolar também reproduz diversas formas de violência contra essas crianças. Andrade (2012) que ganhou status nacional por ser a primeira travesti a defender o doutorado no Brasil, descreve em sua tese que sua vida foi entrelaçada por enfrentamentos contínuos de preconceito em razão dos outros para com a sua condição de ser diferente. Nasceu e cresceu no interior do estado do Ceará, filha de agricultores analfabetos e pobres. Refere que desde criança, apresentou comportamentos femininos, negando brincadeiras masculinas, pois somente se identificava com o feminino. Alega que sempre foi vista como uma “anomalia” que deveria ser corrigida, principalmente no ambiente escolar, para não ser uma influência ruim para os meninos.

Uma criança pode ser biologicamente do sexo masculino, mas quando apresenta este comportamento que convencionamos chamar de feminino, nas brincadeiras e nos gestos, ela passa a ser vítima dos professores, dos gestores, dos funcionários, dos pais de alunos que condenam e tentam, a qualquer custo, corrigir essa inversão. (ANDRADE, 2012, p. 72).

Para Guacira Lopes Louro (1997) a situação escolar efetua em várias situações separações entre gêneros, o que estimula a competição e a posteriormente a perpetuação de preconceitos generificados. Ao separar meninos e meninas, em atividades escolares, em grupos de estudo ou em propostas de competições, provoca-se, por exemplo, brincadeiras que podem ridicularizar um menino, chamando-o de "menininha", ou em perseguições de bandos de meninas por bandos de garotos e vice-versa. Por outro lado, alega a autora, que também podem ser edificadas na escola várias situações que representariam um "cruzamento de fronteiras", ou seja, circunstâncias em que as fronteiras ou as demarcações entre os gêneros são atravessados. “É provável que para algumas crianças — aquelas que desejam participar de uma atividade controlada pelo outro gênero — as situações que enfatizam fronteiras e limites sejam vividas com muita dificuldade.” (LOURO, 1997, p. 79).

Essas fronteiras generificadas na escola, em vários casos, se relacionam a situações de violência e constrangimento, com é descrito na fala de Gal:

Fausto: Você chegou a sofrer violência na escola?

Gal: Sim, violência física eu cheguei a sofrer, mas eu acho que a psicológica e a verbal para mim era muito pior. A física, só dava aquele empurrão de vez na agressão psicológica e verbal que eu sofria lá dentro. Ameaças, depois começou a ficar insuportável, porque um grupo acabou pegando implicância comigo, um grupo de meninos, eu chegava na escola apanhando, saía apanhava novamente. (...)Eu era chamada dentro da escola por conta dessa violência, porque era sempre eu que estava envolvida nas brigas, e cada dia era uma pessoa diferente que me batia e me chamavam na

direção para me questionar porque eu sempre estava brigando na porta da escola todo dia, na verdade eu nem encostava no meninos.

É notório, que antes mesmo do processo de transição de seus corpos, o preconceito por ser mais femininas, causavam transtornos:

Fausto: Na época que você ainda não tinha transicionado você sofria preconceito?

Bethânia: Muito, muito, muito forte, eu era hostilizada pelas pessoas. (...) Eu fazia parte da banda do colégio, e os meninos, zoavam muito, não tinha outro tratamento pior, eu tinha um amigo, o Fernandinho, ele apanhava e tudo, comigo era um “pouco” diferente porque eu sempre fui uma pessoa mais centrada, e também porque a maioria dos meninos que batiam nele eram amigos do meu irmão, então por certo “respeito” a ele, todo mundo pegou um pouco mais leve comigo...

Cássia: A primeira vez que eu fiz o ensino médio, o 2º ano, e eu não tinha transicionado ainda, ia como “menino gay”, mas tinha toda uma questão de perseguição mesmo porque eu era muito feminina, eu usava cabelo chanel, baby look, calça justinha, mesmo para gay eu ainda tinha um estereotipo que era muito além do que “poderia socialmente” ser aceito, porque não era isso esperado de um rapaz. Então eu sofria muita perseguição mesmo, de correram atrás, de bater, me trancar no banheiro, de às vezes me forçar a fazer sexo senão eu iria apanhar e ir falando para todo mundo, iria falar que eu dei em cima, essas coisas todas que acabavam impossibilitando eu de ir...

Gal: Não foi tranqüilo, eu larguei a escola quando eu estava na oitava série, aliás, eu concluí o ensino médio a pouco tempo, com 21 anos, porque eu larguei a escola na 8ª série, foi quando o pessoal na escola não me aceitava muito, eu tinha diversos problemas com os alunos e os professores e diretores da escola me culpavam por conta disso, e quando eu chegava em casa eu também era culpada pelos preconceitos que eu sofria dentro da escola.

Elza: Sempre. Na escola, sempre tem né. Porque toda a raça negra. Sou da cor preta, e por mais que tentasse esconder, sempre ficou clara a minha orientação. Mesmo não conseguindo defini-la, né. Era diferente, não era hetero. Então isso já ocasionava bullying. Os meninos chamavam de bichinha na escola, mas eu sempre fui uma criança brava, eu batia, me defendia, tal. E eu não fugia do universo masculino. Eu lembro que eu gostava de ficar com eles ali, mas eu sabia que eu não fazia parte. Eu tinha uma sensação que “gozado, eu não faço parte”, e não era por atração, por sacanagem. Mas eu ficava ali no meio, eu não ficava com as meninas. Eu gostava de ficar com as meninas, mas se eu ficasse só com elas, também, aquilo me irritava, você entendeu? Eu já queria bater, queria brigar.

Segundo Foucault (2000), essas situações de violência de gênero também podem ser analisadas através da emergência do biopoder atrelado ao aparecimento, distinção,

hierarquização e qualificação de certas raças definidas como melhores e superiores a outras, criando assim uma diferenciação de grupos em relação a outros.

[...] o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar.” A morte do outro é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2000, p. 305).

Porém, em seu depoimento, Cazuzza alega que mesmo tendo um corpo e trejeitos mais masculinos não sofreu perseguições na escola.

Fausto: Vamos discutir um pouco sobre sua infância e experiências na escola? Como foi o ingresso na escola, foi tranquilo?

Cazuzza: Foi tranqüilo, eu tinha o meu jeito, eu era uma pessoa mais masculina, mas a galera da escola, era como uma família, crescemos juntos, estudamos na mesma escola, e eram bem tranqüilos, pelo menos na minha geração de estudantes do(...) [estudou em colégio confessional de natureza religiosa], a galera já tinha uma desconstrução em relação a questões sobre diversidade sexual. O nosso terceiro ano foi o mais gay, e não teve problema, e como eu me colocava como menina hetero, eu não sofri, se eu tivesse me assumido lésbica, eu não sofreria também. Eu só fui descobrir que também gosto de mulher só quando eu saí da escola.

Na visão de Bento (2011), após o nascimento da criança, as tecnologias discursivas preparam os corpos para que estes desempenhem com êxito o gênero definido como norma a fim de tornar esses corpos inteligíveis para uma vida referenciada na cisheteronormatividade. O evocado como um dado natural, o corpo-sexuado, resulta das normas de gênero. Para a autora, não podemos confirmar, deste modo, a essência de um referente naturalizado, original para se vivenciar o gênero, se quando somos colocados no mundo já existem estruturas construídas determinando e comprovando a existência do que o certo e o errado, do normal e o patológico. “O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer o corpo já está inscrito em um campo discursivo. (BENTO, 2011, p. 550).

As experiências de trânsito existente entre os gêneros ressalta a autora, demonstram que nosso destino não é predeterminado a referendar os supostos corpos fisiológicos correspondentes ao masculino e feminino.

Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero e ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. (BENTO, 2011, p. 551).

Essas experiências em trânsito são bem descritas nas narrativas das/do minhas/meu interlocutoras/or quando iniciam o processo de transição de seus corpos, passando de corpos aceitos dentro da norma cisheteronormatividade, mesmo sendo corpos mais femininos e/ou masculinos, para corpos abjetos, sofrendo sanções por exteriorizarem, inicialmente em casa e depois na escola, suas performances de gênero dissidentes em relação à cisheteronormatividade.

Bethânia: Eu já tinha assumido a homossexualidade aos meus pais com 16 anos, com 18 anos eu comecei a transição, comecei a me hormonizar, comecei a trocar o guarda roupa e foi chocante no começo pros meus pais, que são evangélicos, meu pai é pastor. Então assim no começo foi muito chocante, eu tive muito atrito com ele, no começo disso tudo (...). Olha, quando eu fiz a transição, eu ainda estudava, tinha um problema sério com a frequência, eu repeti o segundo ano.

Cássia: Já na transição eu sofri uma agressão física muito violenta na escola, e os meninos passaram a me seguir, e o lugar que eu passava na saída da escola para ir embora era um lugar muito ermo, nessa época eu estava morando em SP, eu passava por um matagal, por um beco, desisti de continuar a escola porque eu tinha medo do que os meninos poderiam fazer, dentro da escola já me agrediam.

Fausto: Você foi espancada?

Sim, dentro da escola, na fase de transição.

Fausto: E estuprada também?

Sim, quando eu digo que sofri abuso, foi abuso sexual. [por alunos da escola]. Foi um período muito ruim, é uma lembrança bem triste...

Cazuza: Comecei minha transição de gênero quando eu tinha de 18 para 19 anos, mudei toda a minha vida, como acontece com a maioria das pessoas trans, você transiciona e acaba tendo problemas com a família, problemas de inserção no mercado de trabalho, na instituição de ensino e mudei meu ciclo de amigos.

Elza: Eu colocar para fora essa coisa, né, ao ponto de se modificar corporalmente, deixa eu ver, aos 15 anos de idade, quando a gente morava lá no [bairro periférico de Sorocaba], eu conheci um amigo homossexual, e ele pegou e falou assim para mim “Elza, você tem um jeito diferente”, “mas como assim?”, “eu não sei, você tem um jeito de amapô”, de mulher, né. Inclusive, essa pessoa que me ensinou essa linguagem. Eu falei assim “ah, é?”, “Por que você não toma hormônios”, eu descoloria a perna, na época. Eu não depilava a perna, mas eu descoloria, porque descolorindo a perna os pêlos ficavam meio transparentes, tal. Eu tinha uma perna grossa, uma perna bonita, bumbum já empinado, porque o meu pai já tinha, né. O corpo é parecido com o corpo é do meu pai. Tipo físico dele. E aí esse amigo fez

isso e me deu uma cartela de pílula anticoncepcional, aos 15 anos. Eu peguei e falei “como que eu faço?”, né, fiquei interessadíssima. E aí eu peguei, levei essa cartela e comecei a tomar, assim, indiscriminadamente.

Fausto: Já tinha completado 15 anos?

Elza: É. “Toma uma antes do almoço, tal, uma pílula por dia”. Comecei a tomar aquilo e minha mãe pegou. E descobriu, foi um bafo, minha mãe fez um escândalo em casa, chorou, foi aquele ferve né. Eu fiquei péssima, porque eu tinha uma vergonha de comentar esses assuntos. Esses dias eu assisti uma entrevista dizendo que as pessoas do interior, elas não têm o hábito de conversar a respeito de sexualidade com os filhos, aí eu fiquei pensando nisso, falei “caramba, será que é isso mesmo, né?”. É, parece que na minha família, a gente não conversava muito não. Não tinha uma abertura grande para se falar de sexualidade. E aí minha mãe fez essa descoberta do uso da pílula, né, e chorou, tal, mas parou por aí. Nunca mais ela comentou, no dia seguinte ela já não comentou mais, não tocou no assunto, eu continuei agindo normalmente

Baby: Quando eu era criança eu já sabia que... sei lá, que eu não era um menino. Mas eu não era tipo, aquelas crianças que a gente vê na Europa, que tem a aceitação dos pais e real confiança de poder dizer que não é menino, não é menina, não. Eu achava que isso poderia ser possível, mas não de uma forma, não a ponto de eu poder exteriorizar isso. Aí, deixa eu ver... acho que com 14 anos eu conversei com os meus pais a primeira vez, falei que eu queria fazer a resignação, transexualização, e depois com 17, entre 17 e 18, eu comecei a terapia hormonal por conta própria. Aí...

Fausto: Sem receita médica?

Baby: Eu tomava. Sem receita, isso. Quando eu comecei. Aí depois, em 2011, eu fui no Hospital das Clínicas atrás do processo transexualizador que é bem falho. Fui atrás, aí fiquei numa fila de espera, que tem aquele protocolo de dois anos de acompanhamento, só que esse acompanhamento nunca chega. Aquilo é absurdo. Aí depois eu fui no CRT, que é um Centro de Referência e Treinamento, que é um hospital especializado em DST e AIDS, em encaminhamento, acolhimento, e dentro dele, o José Serra, não sei em que ano, acho que em 2008, o Serra criou um ambulatório trans, que lá tem as equipes multidisciplinares para atendimento desse público. Aí lá eu passei com o clínico geral, acho que no final de 2012, até então eu tomava os hormônios por conta própria. No final de 2012, por aí, eu comecei a passar na clínica geral, eu comecei a tomar os hormônios prescritos e fazer os exames periodicamente, de três em três meses, para passar com endocrinologista, terapia, psicoterapia. E, deixa eu ver, aí consegui em 2013 fazer a terapia com a psicóloga que eu tenho mais tempo. Passei com psiquiatra também. Todos os médicos eles pedem para passar. E eu dei entrada em junho no processo de documentação para mudar nome e gênero, e aí consegui os laudos finais, acho que até o final de 2013. No final de 2015 o meu processo saiu. É isso. Acho que na minha transição é mais ou menos isso.

Diferentemente de todas as pessoas trans participantes dessa dissertação, que transicionaram seus corpos de forma a expressar seu gênero em conformidade com características mais definidas dentro de modelos cisheteronormativos e de certa maneira seguindo uma linealidade dentro desse modelo (ou seja, não retornando ao seu gênero imposto ao nascimento), a narrativa de Elza mostra certa fluidez nesse percurso, pelo fato de

que passeia constantemente entre os gêneros. Poderemos refletir como a própria narra: “(...) talvez fosse até uma forma inconsciente de eu lidar com opressão.” A experiência de Elza é um exemplo de que o processo de transexualidade é constituído por um vasto repertório de composições corporais possíveis.

Elza: Mas tinha época que eu arrasava, que eu investia mesmo na aparência, colocava cabelo, se posicionava mesmo como trans, mas tinha fases da minha vida que isso ia se diluindo, ia se perdendo, eu perdia essa vontade e cortava o cabelo, aí usava uma roupa mais discreta. Tanto é que até hoje eles falam “você sempre oscilou, né? Você nunca se estabeleceu, você nunca decidiu o que você queria para si, né?”. Falei “ai, não sei, né, por que”, talvez isso seja uma característica, né. Mas eu sempre tive muita ligação, talvez fosse até uma forma inconsciente de eu lidar com opressão, né. Pode ser, eu nunca conversei com um psicólogo, nunca fiz análise, mas pode ser que ele interprete dessa maneira. Porque tinha épocas que realmente eu pegava e resolvia cortar o cabelo, e a turma “nossa, seu cabelo estava comprido e agora você está assim”, e usava roupas masculinas. Então o meu guarda-roupa sempre teve os dois, tinha as duas coisas. (...) Não sei se você reparou, mas tem hora que eu uso pronome feminino também, né. E masculino Sempre tive isso, viu. Muito estranho.

A abjeção das pessoas que muitas vezes fogem à norma de gênero, como é o caso das/os transexuais e travestis, corresponde a um dos pilares para a manutenção da cisheteronormatividade. A escola acaba sendo uma das instituições centrais para o desenvolvimento deste projeto.

Ao incorporar-se a um espaço majoritariamente heterossexual, as diversas sexualidades “minoritárias” mencionadas promovem “choques culturais” e, conseqüentemente, estabelecem táticas de sobrevivência e sociabilidade [...] Essa categoria, que é uma construção social, pode, em alguns momentos, ser usada para se contrapor a outras; é assim que acontece na escola, a heteronormatividade é usada como referencial para explicar as outras afetividades aglutinadas em torno de um prefixo (homo) que, dependendo do sufixo (ismo), pode se transformar em preconceito clínico (homossexualismo), que pode “transformar os diferentes em iguais” (entre si) e os supostos iguais em desiguais (quando comparados com os outros). (ANDRADE, 2012, p. 119).

Em suas narrativas, as pessoas trans apresentam que não há total aceitação de suas expressões de gênero, nem tampouco respeito as suas singularidades. No entanto, em várias situações dentro da escola pelas quais minhas/meu interlocutoras/or narraram momentos que conseguiram burlar o constrangimento em relação a sua expressão de gênero, resistindo à transfobia:

Bethânia: Quando eu fiz a transição e passei a viver como Bethânia, eu impus mais respeito. Uma professora amiga minha chegou a me falar que foram discutir minha existência no conselho de classe, pois eu chegava na sala, eu botava a minha bolsa na cadeira ao lado, quando eu não botava o pé, para ninguém sentar e quando me pediam, eu fala que não, eu mostrava outro lugar, eu falava: 'Senta ali!'. Eu não deixava, eu não falava com as outras pessoas, meio que me defendendo mesmo, para não causar nem um tipo de transtorno comigo. Mas mesmo assim, eu escutava muita piada andando nos corredores, isso me fechou um pouco pro mundo, isso meio que ainda me incomoda um pouco ate hoje. Não sei lidar muito bem com isso de coisa.

A transição, quando explicitada publicamente, torna-se uma possibilidade política desde que envolva a estratégia de desnaturalizar a construção dos gêneros. Para Marco Antonio Torres (2012), o simples fato de assumir a orientação sexual não garante a superação da inferioridade internalizada e a efetivação do reconhecimento, podendo tornar um evento extravagante na escola. Nessa dinâmica, os mais afeminados, as travestis e a pessoas transexuais, tornam-se alvos mais visíveis de homo/transfobia. “A capacidade de recepção na comunidade escolar é fundamental no modo de significação da saída do armário, situação em que educadores e educadoras possuem um papel fundamental.” (TORRES, 2012, p. 66-67).

Essa situação, de omissão de debates e materiais pedagógicos sobre gênero e diversidade sexual na escola, aparece de modo contundente na fala de todos interlocutores.

Cazuza: Não, nenhuma, tivemos uma professora de biologia que, deu uma aula sobre prevenção, gravidez e DST e com o maior sigilo, pedindo para não contar que ela tinha falado sobre isso aqui na escola. Eu estudava num colégio católico, então não era nem para a coordenação saber, mas foi só isso. Ela foi super leve, como a gente era criança, adolescente, não usou termos pesados.

Bethânia: Não, não falavam nem de homossexualidade, quem dirá transexualidade.

Fausto: Nem em sociologia, biologia, filosofia? Era como essa realidade não estava presente ali, como não existisse?

Bethânia: Não se discutiam, era como só existisse mesmo a heterossexualidade.

Cássia: Ela não é vista. A questão trans não é vista na escola até hoje, eu quando costumo falar sobre educação, costumo dizer que a violência é contra LGBTs em geral, não só contra trans, é uma violência que apoiada institucionalmente. O racismo por ex., quando a crianças sofre racismo, a diretora é enfática e pune a criança que produziu o racismo, a professora fala sobre isso em sala de aula e puni, geralmente, quando não são racistas também, de regra a criança que sofreu racismo tem apoio e principalmente em casa, quando ela chega em casa e reclama que foi chamada de macaco, que falaram que o cabelo é ruim, o pai e a mãe conversam, vão na escola e

tem todo um acolhimento. Tem também a questão do apagamento histórico, né! Você não aprende na escola sobre a luta de Stonewall, você não aprende na escola sobre o dia 17 de maio (Dia internacional contra a homofobia, bifobia e transfobia), você não aprende sobre o dia 29 de janeiro (Dia da Visibilidade Trans), sobre o dia 23 de novembro (?), não te falam que Cabral quando chegou no Brasil teve um estranhamento porque ele viu índios que visivelmente eram homens, mas que estavam vestidos e maquiados como se fosse índias, e ele não entendia aquilo, você não aprende sobre Chica da Silva, que foi uma escrava que se negava a ficar numa senzala masculina, que pedia para ser chamada de Francisca, não de Francisco. Tudo isso são documentos que tem daquela época que simplesmente a história tenta apagar, então a questão trans ela não existe, a não ser quando você é uma pessoa trans e entra na escola e pede o nome social e tem que ensinar a todo mundo que você tem esse direito, isso eu estou falando nos dias de hoje, tirando isso, passa batido, nem na medicina, na faculdade fala-se sobre transexualidade. (...) O único curso que eu tenho notícia que fala sobre transexualidade é psicologia, porque a gente ainda é tratada como transtorno de gênero, como transtorno de identidade de gênero, ou disforia de gênero e o direito, quando você tem algum professor que fala ou trabalha nessa área, ele cita um pouco, fala da questão LGBT e fala sobre trans, mas tirando isso, pelo contrario, eles querem tirar gênero dos planos municipais, estaduais e federais de educação e alguns lugares eles conseguiram tirar.

Gal: Não, nunca se discutiu. Não, de nenhuma maneira.

A única interlocutora que alega ter ouvido algo sobre transexualidade no seu período escolar foi Baby, num período que estava estudando numa escola particular na cidade de São Paulo, fato contribuinte para compreensão de sua existência trans.

Baby: Eu me lembro que quando eu estava na sétima série, eu tinha 13 para 14 anos, uma professora minha de História falou sobre transexualidade, e foi aí que eu falei “é isso”.

Luma Andrade (2012) em sua tese, ao expor sua história de vida, também questiona essa ausência de debates no ambiente escolar.

Sempre apresentei os difíceis momentos para mostrar aos meus alunos a diversidade humana e o multiculturalismo atrelados à minha história de vida. Percebi que a escola não está trabalhando o assunto, às vezes porque professores e/ou gestores não possuem conhecimentos sobre o assunto, noutras pela vergonha e ainda por medo e reação dos familiares dos alunos ou por, infelizmente, concordarem com a discriminação. (ANDRADE, 2012, p. 85).

A filósofa Hannah Arendt (2011), ao refletir sobre a crise na educação, apresenta reflexões de extrema relevância na atualidade, pois quando se fala de crise no sistema educacional no mundo contemporâneo, nunca atentamos ao fato, de como ela é manifestada, assumindo diversas formas, em conexão com o mundo. Segundo a autora,

primeiramente, necessitamos refletir sobre o papel que a educação desempenha em toda civilização. A educação encontra-se como uma das atividades mais elementares e necessárias da sociedade, porém nunca deve permanecer imóvel, é necessário um constante movimento de renovação, que só acontece ininterruptamente através do nascimento, do advento de novos seres humanos. Ou seja, esses recém chegados, encontram-se num estado de vir a ser, em constituição com o mundo, desta forma, é necessária uma educação que acompanhe esses processos humanos e não uma educação que tem como foco primordial pedagogias reduzidas a modelos que não condizem com a realidade existenciada.

Embora historicamente a escola tenha cumprido o papel principal de reprodutora e mantenedora de uma visão cisheteronormativa e binária das relações sociais, ela também continua sendo um espaço importante para se construir e fortalecer ou desconstruir debates e questões que contribuem em desmistificar e transformar a vida das pessoas, como os processos históricos e sociais de marginalização, invisibilidade e discriminação da população LGBT em geral. Desta maneira é essencial que essas discussões sejam colocadas em pauta nesse espaço, superando o incômodo de educadoras/es e gestoras/es de políticas públicas em promover no cotidiano escolar as reflexões sobre direitos humanos em perspectivas mais amplas.

Ao analisar a implantação do Programa Brasil sem Homofobia (2004) na cidade de Fortaleza, Ricardo Pimentel Mello *et al.*, (2013) realizaram uma leitura crítica e cautelosa do documento, questionam a universalidade das terminologias e conceitos usados na definição dos agentes beneficiados pelos Programas, ausência de visibilidade e deficiência das questões relativas à população trans dentro dessa iniciativa governamental.

As pessoas “trans” têm pouca visibilidade ao longo do Programa “Brasil sem homofobia” se comparadas com os outros blocos “identitários” do movimento LGBT. Isso pode ser notado quando observamos que os termos “travesti” ou “travestismo” aparecem 28 vezes no texto a partir de sua apresentação, sendo: 13 (46%) na abertura feita em homenagem a Janaína (militante travesti); 03 (10,7%) na introdução; 08 vezes (28,5%) na justificativa (quando se enfatiza a necessidade do Programa em função das inúmeras violências cometidas contra a população “trans”); 03 vezes (10,7%) quando se refere ao programa de ações (todas referentes à discriminação no ambiente de trabalho); 01 vez (12,5%) quando da classificação da homossexualidade (no caso as travestis são incluídas como transgêneros associadas às transexuais). (MELLO *et al.*, 2013, p. 174-175).

Além das deficiências do Programa apresentadas acima, há uma questão que merece ser destacada nessa análise. Mello *et al.*, (2013) observam que há avaliações previstas anualmente do Programa que nunca aconteceram, e constataram “que nem a definição de indicadores para verificar o impacto do Programa, nem as avaliações anuais, foram realizadas.” (MELLO *et al.*, 2013, p. 171).

Por meio do Programa Brasil sem Homofobia de 2004, organizado em articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil organizada, também se prevê como um dos objetivos centrais a busca de transformações nos processos educacionais e mudanças comportamentais na incorporação de políticas sociais na gestão pública. Os objetivos deste Programa foram ampliados em 2011 com o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cujas diretrizes, preveem inserir a temática LGBT no sistema de educação básica e superior, por meio de abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero, e formar e capacitar continuamente os atores públicos e sociais (educadoras/es) na temática da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

Em sua tese, ao pesquisar a emergência de professoras transexuais e/ou travestis nas escolas públicas, Torres (2012), apesar de reconhecer a importância desses planos de inclusão de direitos LGBT na contemporaneidade, fruto da ascensão dos direitos à população LGBT, considera que, no geral, as orientações encontram impedimentos de diversas ordens na escola. “Esses obstáculos estão desde a sala de aula, passando pela gestão escolar e chegando até em intervenções políticas nacionais.” (TORRES, 2012, p. 85).

Essa ausência de conhecimentos e formação profissional de educadores (as) em relação às questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, podem ser observadas no diálogo que Bethânia narra acerca de qual banheiro deveria frequentar:

Bethânia: Aí eu tive a ideia de usar o banheiro do refeitório, só as cozinheiras usavam aquele banheiro. Fui pedir a diretora e já cheguei para ela falando o que acontecia comigo no banheiro masculino, e antes dela falar, eu já fui falado de o que poderia acontecer se eu usasse o fosse feminino (...). Olha, no feminino, se eu for usar, algumas garotas vão se incomodar com a minha presença também, eu fui jogando, posso usar o banheiro do refeitório, aí ela me autorizou a usar o banheiro do refeitório, das cozinheiras...

Fausto: É uma situação bem complicada para vocês, né?

Bethânia: Sim, se tivesse um banheiro químico, melhor. Eu já fui na má intenção, porque era um banheiro limpo, cheiroso, tranquilo...

Fausto: Você usou esse “problema” em seu benefício!

Bethânia: Sim, foi muito ao meu favor, quando eu fui falar para V. (diretora do colégio), eu já fui com tudo pensado na minha cabeça, porque eu queria usar aquele banheiro, porque a primeira hipótese, quando eu estava conversando com o F. (amigo), de usar o banheiro feminino. Ai eu pensei, eu poderia usar aquele banheiro (do refeitório), fui pensando e quando cheguei para ela (diretora) eu já fui falando, tem meninas que não gostam, vão criar caso. (...) Quando eu joguei para ela, já aceitou na hora! Boa ideia, pode usar! (...) Porque também, ela também queria resolver, porque assim, eu acho que fui a primeira trans a crescer na cidade, de se transformar ali, então ela não tinham essa experiência, de como lidar com uma aluna trans, não tinham, ela falou isso para mim.

As dificuldades, portanto, não estão somente relacionadas a homo/transfobia, mas envolvem também falta de formação adequada para se lidar com essas questões, que faz com que esse aprendizado acabe ocorrendo “na prática”:

Diretora: É um caso novo, eu não sei como reagir na sua situação, isso nunca aconteceu com a gente!

Bethânia: Eu ensinei até como elas lidarem com isso, porque depois vieram outras aulas trans que elas já me falaram, e que queriam que todas fossem como eu (risos), porque elas faziam muita zona na escola.

Andrade (2012) também alega que o nunca utilizou o banheiro no seu período escolar, não por ter medo de possíveis abusos sexuais, mas por ser rejeitada no banheiro feminino e violentada verbalmente ou fisicamente no masculino, por ser muito afeminada.

Sofri por não poder freqüentar nenhum banheiro da escola. Realizava as necessidades fisiológicas antes de sair para a aula e quando chegava. Às vezes, retendo a urina e as fezes, chegava a perder a concentração em sala na tentativa de resistir até chegar em casa. Não tive coragem de reivindicar o uso do banheiro. (ANDRADE, 2012, p. 150).

Assim como no caso de Bethânia, que reclamou, reivindicou e conseguiu utilizar o banheiro desejado no período escolar, temos situações como de Luma Andrade, que muitas vezes por medo e/ou insegurança, continha suas necessidades fisiológicas e nunca freqüentava o banheiro. Isso mostra a necessidade da importância de um reconhecimento e discussões sobre a transexualidade e travestilidade no âmbito escolar, ações político-educativas humanitárias que buscam melhorar a qualidade de vida dessa população. A utilização e acesso a um banheiro, reconhecido e aceito por sua expressão de gênero corresponde a um mínimo de dignidade que essas pessoas precisam para ser tratadas como humanas e com igualdade de diretos.

Quando pergunto a Gal e Cássia, sobre como sua transexualidade era referida na escola, elas respondem que essa negação muitas vezes articula-se com a já existente na instituição familiar:

Gal: Era discutida assim, “o que a gente vai fazer com essa criatura, arrumando problema todo dia porque quer vir maquiada para escola!” (...) Chama a mãe dela pra obrigá-la a não deixar ela vir maquiada pra escola. Diz pra ela que aqui não é lugar para ela vir maquiada desse jeito, fala pra ela que esse cabelo comprido dela está chamando a atenção. Era discutido dessa forma, como a gente vai fazer para ela entender que ela tem que se encaixar dentro dos padrões, e eu não me encaixava, então não adiantava eles discutir nada disso (...). Eu não tinha apoio na escola, não tinha apoio em casa.

Cássia: Quando é com a criança LGBT, a professora fala que a culpa é sua, porque mandou você ter esse jeito, a diretora fala que não pode fazer nada, o pai e a mãe também entram nesse mesmo discurso, “quem mandou você ser desse jeito, vira homem”, então você não tem o apoio nem da família, nem do corpo docente, é muito complicado.

Nara alega que até o final de seu período escolar a invisibilidade da população LGBT era geral.

Até no ensino médio, ou eu era uma pessoa muito desligada, que é bem possível, eu tinha um comportamento muito recluso, não era muito sociável, mas eu tenho certeza absoluta que ninguém era assumidamente LGBT na minha sala. Poderia até ser LGBT, mas ninguém sabia, a violência, o bullying era muito grande.

Outra questão importante, necessária e deficiente no meio escolar é a aceitação do nome social como forma de identificação e legitimação das existências trans na escola. Minhas interlocutoras declaram que a aceitação e o respeito não acontecem em sua totalidade pelos profissionais da educação.

Gal: Alguns professores respeitavam, dava para ver que alguns achavam que era uma palhaçada eu querer ser chamada por Gal, então eles me ignoravam completamente, ou não me chamavam. Teve um que até quando eu saí da escola ele disse que não ria me chamar, ele me chamava pelo sobrenome. (...) eu falei para ele que ele não me chamar meu nome de registro, ele disse que não iria me chamar por um nome “falso” então ele iria me chamar pelo sobrenome.

Bethânia: Uns apóiam, e outras não sei se acham estranho, acho que queriam não ter esse tipo de “situação”, ou seja, a presença de alunas transexuais nas escolas (...) Alguns professores aderiram ao meu nome social, e muitos não! Mais, nenhum professor chegou, me tratou com dureza, me tratar com indiferença. Uns adotavam o meu nome social, e outros

diziam que não podiam, por causa das normas da escola, davam uma explicação assim. Na época, realmente não podia, mas hoje pode exigir ser tratada pelo nome social. (...) É o mínimo né! Está vendo que tem uma mulher na sua frente e chama pelo nome de menino?

Toneli *et al.*, (2015) constata, em recente artigo sobre experiências em relação às várias formas de violência sofridas por travestis e transexuais no contexto brasileiro, que as políticas que mencionam o uso do nome social ainda são muito recentes e não são plenamente absorvidas no cotidiano escolar. Observa também que essas conquistas estão ameaçadas, pois, no último Plano Nacional de Educação (PNE), as menções pela promoção da igualdade racial, regional, de orientação sexual e de gênero foram retiradas do texto, apresentando-se desta maneira um retrocesso em relação às políticas de inserção e ampliação de direitos a população LGBT em geral.

A retirada do termo gênero dos Planos de Educação, nos níveis federal, estadual e municipal tem sido recorrente em 2015, a partir dos grupos de parlamentares associados a fundamentalismos religiosos que se utilizam de conhecidos argumentos de base essencialista biológica: o homem é homem e mulher é mulher, conforme assignado pelo seu sexo biológico. (TONELI *et al.*, 2015, p. 94).

A educação é um direito de todos e todas, porém na prática as populações transexuais não são compreendidas em seu gênero nem tampouco respeitadas em sua singularidade, principalmente na atualidade, em que discussões sobre diversidade sexual e de gênero estão sendo retiradas dos programas educacionais, o que contribui inclusive para sua expulsão da escola:

A escola, que se apresenta como instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos de “evasão” (...) Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não freqüentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 555).

Essa expulsão do ambiente escolar, pela ausência de compreensão das “diferenças”, pluralidades e singularidades de minhas interlocutoras está presente em quase todas narrativas.

Bethânia: Eu ia, mas no meio do caminho eu me desviava. A escola em que estudei a gente tinha uma liberdade muito grande, o portão era aberto e a

gente tinha uma liberdade de entrar e sair na hora que quisesse. Isso me atrapalhou um pouco, no segundo ano, porque a gente matava muita aula, meus amigos e eu. Eu perdi anos por frequência, eu passava por notas, mas repetia por frequência. Isso na época que eu era gay, aí eu fiz a transição e fui estudar a noite.

Fausto: Após a transição houve manifestações de repulsa, ouvia piadas?

Bethânia: Muitas, enfim, muitas manifestações, isso ainda me incomoda de uma maneira estranha, não faço como muita gente que começa a gritar, eu simplesmente tento ignorar, mais isso me causa um mal estar muito grande. Muito grande...

Gal: Após a minha transição, eu conheci um grupo que me aceitou, era de fora da escola, aí eu acabei saindo da escola, me juntei com esse grupo que me aceitava (...) Não tinha apoio nenhum. Essas pessoas com quem eu me juntei que depois me apoiavam. Aliás, essas pessoas também estudavam lá e também faltavam bastante a escola. Duas pessoas eram dessa escola e o resto era de fora, mas eu sempre ficava com esse grupo de fora. Uma das vezes que eu fui apanhar e uma dessas meninas me defenderam, eu saí da escola junto com elas, elas foram me consolando e acabou que eu me juntei com elas e não queriam ir mais a escola e eu comecei a andar com elas.

Fausto: Sofreu abusos na escola? Você estudou até que série?

Cássia: Na escola também. Estudei até o 1º do ensino médio, eu cheguei a fazer o 2º duas vezes, mas eu repeti, reprovei por falta...

A maioria das minhas interlocutoras terminou o Ensino Médio em um tempo acima do padrão relativo à sua faixa etária, o que foi atribuído por elas à vivência de um estilo de vida incompatível com a rotina escolar, como a associada à prostituição. Para Toneli *et al.*(2015), quando a escola falha no acolhimento e no oferecimento de condições para a permanência às pessoas trans, por meio do uso do nome social, acesso ao banheiro adequado a sua expressão de gênero, e o combate da violência cotidiana por outros alunos, docentes e funcionários do espaço escola, dentre outras ações, “ratifica-se a prostituição como saída para a sobrevivência, uma vez que restam poucas chances de qualificação para o trabalho e outras formas de sustento”. (TONELI *et al.*, 2015, p. 94).

Fausto: Você formou com quantos anos?

Bethânia: Eu repeti várias vezes, eu me formei em 2008, com 21 anos, se eu nunca tivesse repetido eu teria terminado em 2003 com 17 anos (...). Eu repeti, a terceira série do ensino fundamental, depois eu levei e 2003 a 2006 para conseguir sair do segundo ano, porque eu comecei a matar muita aula.

Fausto: Você estudava a noite nessa época?

Bethânia: Não, em 2003 eu estudava a tarde, em 2004 e 2005 eu fui tentar estudar de manhã, que piorou mais ainda, eu faltava mais das aulas ainda, e aí em 2006 eu fui fazer a noite(...) eu estudei meio ano, eu botei na minha cabeça que se eu estudasse 6 meses eu conseguiria terminar e se estudasse 1 ano não consigo. Fiz, passei do segundo para o terceiro. Fiz até uma dependência, enrolei porque era uma dependência do primeiro ano, mas

fiz... Só que, passei para o terceiro ano, só que foi quando eu comecei a descobrir a prostituição, então no ano de 2006/2007 foi meio conturbado porque eu fiquei nessa de começar a prostituição.

Gal: Não tenho nenhuma vergonha de ter terminado o ensino médio com 21 anos, eu acho que me ajudou a ser muito mais forte, andar com essas pessoas na rua, você quando eu comecei a sair, eu me sentia mais forte, eu bebia muito, comecei a usar drogas, conheci putas...

Fausto: Qual o motivo dessas faltas, reprovações?

Cássia: Ou pela prostituição, ou porque não conseguir ir para escola pela perseguição escolar, que hoje eu chamo de bullying, mas na minha época era perseguição.

Baby: Eu estudei em escola privada até a oitava série. Aí o primeiro ano do Ensino Médio eu fui para a escola pública e reprovei, no primeiro ano. Ai, ao invés de eu voltar e fazer o primeiro ano de novo, eu fiz o EJA, particular também, meu pais pagaram, em um ano. O que me prejudicou, porque eu sou um pouco burra (...). Mas, aí eu fiz em um ano, esse particular, em 2010. Terminei, prestei vestibular na Universidade Federal de Sergipe, que eu morava lá, para Artes Visuais. Não consegui ingressar. Depois eu, quando voltei para São Paulo, procurei emprego. Já que eu não consegui emprego, não pensei nessa de voltar a estudar. Estava em um processo mais decisivo de autoafirmação, de conseguir o respeito das pessoas, de aceitar minha identidade.

Elza: Porque, assim, quando eu fiz o EJA, que foi o supletivo, depois de já estar trabalhando na área da saúde. então agora eu vou voltar para a escola. (...) Eu parei no primeiro colegial.

Fausto: Por quê?

Elza: Parei por parar. Parei louca assim. Uma fase, minha família não cobrou...

Quando pergunto a Gal se ela acredita que foi expulsa realmente da escola e porque, ela responde:

Fausto: Posso concluir que você foi expulsa da escola?

Gal: Sim, por conta da ignorância das pessoas sobre o assunto, e por conta da não aceitação das escolas, de não debater isso dentro das escolas, você não conversa sobre isso em casa e não conversa sobre isso na escola, então acaba que eu chego lá e tenho que lidar com pessoas desinformadas, preconceituosas, e educadas para serem transfóbicas. Por conta disso eu fui expulsa da escola.

Fausto: Você me disse que voltou a estudar depois, saiu na 8ª série e volto mais tarde, quando voltou já estava transformada e ai, como foi esse retorno?

Gal: Eu voltei algumas vezes e sai algumas vezes, fiquei um ano morando em outro bairro no Rio mesmo, onde eu tentei voltar para escola, mas por conta de não conhecer ninguém lá, e aqueles olhares todos, eu sempre me senti acuada na escola, parecia que eu sentia que não estava pronta para encarar aquilo, e pensava em tudo que podia acontecer de novo e eu larguei de novo a escola (...). Depois eu voltei de novo, consegui concluir a 8ª série

numa escola, quando eu estava morando com o meu pai, tive alguns problemas nela. Eu estava contando ás violências que eu sofri quando era mais nova, até mesmo quando a gente não chega sofrer isso tudo, só de saber o desgaste de ir lá, escutar a piada, ser olhada, fora aquela apreensão que o ambiente escolar não era nem um pouco confortável para mim. Entrar lá (escola) e ver aquele monte de gente, me remetia aquela época em que eu tinha um monte de problemas, então, não era um ambiente agradável aonde eu queria estar, eu sempre tive esse problema, sempre estava arrumando desculpa para não ir, sempre estava fazendo alguma outra coisa, acabava que eu sempre repetia por falta, não era o ambiente que eu queria estar.

No caso de Bethânia, além da prostituição, o uso exagerado de cocaína, frequentemente junto com clientes, contribuiu para que demorasse a terminar o Ensino Médio:

Fausto: Você acha que uso de drogas, também contribuíram para seu abandono da escola?

Bethânia: Em 2007 eu vim para o Rio de Janeiro e passei um ano em Copacabana praticamente foi ai conheci as drogas, eu usava muita cocaína, ganhava muito dinheiro com isso, usando cocaína com os clientes, era uma maluquice isso...

Fausto: Como assim, ganhava dinheiros usando cocaína com os clientes?

Bethânia: É porque os clientes levavam a gente realmente como acompanhante, não como garota de programa, para ficar cheirando, eu ficava de 8 a 12 horas dentro de um quarto de motel, cheirando...

Fausto: Conversando, é isso?

Bethânia: Sim, conversando, sem tocar, sem fazer nada, ela lá sentada cheirando, cheirando, cheirando...

Fausto: E eles bancando tudo?

Bethânia: Sim, o motel, o programa e a cocaína. Só que é um fluxo muito louco, esse negócio de prostituta drogada, eu comecei a entrar numa linha que eu estava vendo que a minha vida esta sendo em função de drogas. Todos os meus clientes eram drogados, as minhas amigas eram drogadas, e eu era uma drogada! Minha vida era só cocaína, cocaína. (...) Eu comecei a cair em mim, me olhava no espelho... Teve um dia que eu vi o meu nariz sangrar de tanta cocaína que eu comecei a cair em mim, comecei a melhorar e pensar: "Porra, puta drogada! Uma viciada, sua vida é agora só drogas! (...) Comecei a me achar um lixo humano, aquela coisa toda e voltei para casa dos meus pais, e passei a me recuperar.

Nas falas de Elza, o entanto, fica explícito o receio da violência transfóbica como causa de seu abandono por um período da escola:

Fausto: Você não parou porque você não se sentia bem na escola?

Elza: Não se preocupava com essa questão da escola. Não, não parei. Eu parei porque eu conheci um cara gay, bem mais velho que eu na escola, comecei a andar com ele (...). Conheci ele. E eu lembro que... ah, não sei, de repente eu falei assim, fiz o primeiro colegial, fui acho que uns dias no segundo, não gostei da sala, achei uma turma muito estranha. Era uma escola muito esquisita, sabe? Tinha uma fama agressiva, mas eu não tinha medo. Eu lembro que, deixa eu tentar buscar isso na memória, meu sentimento. Eu lembro que eu tinha um receio ali, eu me mantinha, mas

como na época eu ainda não estava com essa coisa de querer me vestir de mulher mesma. (...) Eu ouvia um zunzum, eu percebia “estão falando de mim”, mas quando eu me aproximava ninguém tinha coragem de chegar e falar na minha cara. Já no Ensino Fundamental tinha um menino que me perseguia. Ele me perseguia, a gente brigava. Mas como era uma época que parece que naquela sala ali todo mundo batia em todo mundo, era uma coisa tão estranha, uma fase da vida da criança... é uma coisa muito esquisita no sentido de... é uma agressividade. E parece que a escola também não se preocupa em trabalhar isso. No sentido de todo dia tinha uma briguinha. (...) Esse menino falou uma vez “seu veadinho, não-sei-o-quê. Você é veadinho, você vai dar para mim no mato, não-sei-o-quê”, sabe umas coisas assim? Eu lembro que eu senti um ódio muito grande dele, mas eu tinha medo dele, porque um outro menino, quando ele fez isso na classe, fez uma piadinha, que não era nem em relação à sexualidade, era em relação à cor, eu quebrei ele na porrada na sala. A diretora veio, tal, me tirou, foi uma loucura. Mas eu bati nele, acabei virando amiguinho dele depois. Eu lembro disso. Porque eu forte, eu não era uma pessoa fraca. Eu batia nos meninos. Mas esse não, esse rapaz eu tinha medo. Eu lembro que eu cheguei a faltar na escola porque eu tinha muito medo, eu fiquei com medo dele, porque eu tentei, eu falei “vou enfrentar ele”, mas quando eu percebi que eu não consegui vencer ele, que eu ia apanhar dele, eu corri. Eu não cheguei a apanhar, mas eu corri. Daí eu faltei, faltei um dia, dois. Inventei uma doença lá na época, mas eu não fui na escola. Eu tinha pavor, até hoje eu lembro perfeitamente do rosto desse rapaz, e às vezes eu me pego com ódio dele, você entendeu? Que ódio. Se eu pudesse encontrar, dar o troco nele hoje em dia eu daria, porque que raiva que esse cara fazia gratuitamente. Sem nada. Mas tirando isso nada muito gritante, não, no período escolar. Nada muito absurdo.

Além da transfobia havia questões relacionadas à discriminação racial durante o período escolar de Elza. Segundo Foucault (2000) o racismo, dentro de uma sociedade normatizadora, se fortalece pela condição biológica (lê-se biopoder) de exclusão de uma “raça” em detrimento de outra superior. “A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normatização”. (FOUCAULT, 2000, p. 306).

Fausto: Você tinha apelidos, era xingada de algo?

Elza: Tinha apelido, “macaco”, “pau-de-fumo”, eu ouvia mais em relação à questão racial do que a questão sexual.

Andrade (2012), evidência essa inclusão precária ao pesquisar o acesso, a sociabilidade e a resistência das travestis no ambiente escolar, familiar e social no meio urbano e rural, em cidades do interior e na capital do Ceará. Conclui que “dos 184 municípios do Ceará, apenas 25 apresentam jovens transgêneros matriculados em escolas estaduais; assim, 86% dos municípios do Estado não contém jovens nestas condições.” (ANDRADE, 2012, p. 245). O processo de exclusão de suas existências das travestis e transexuais resulta na invisibilidade dentro do contexto escolar, como pode ser notado nos dados analisados por

Andrade (2012), sendo expulsas principalmente do meio escolar, de casa e da maioria dos espaços de convivência social. Grande parte das travestis acaba sendo obrigada a se prostituir para sobreviver.

Segundo o estudo coordenado por Toneli (2012-2017) do Núcleo Margens/UFSC, já citado anteriormente, os índices de abandono e frequência escolar das/dos pesquisadas são elevados:²⁶ 99,0% das entrevistadas frequentou a escola, sendo que destes/as, somente 10% concluíram o ensino fundamental, 34% o médio, 6% o superior, 15% permanecem estudando e 7% não concluíram o superior. As/os que pararam de estudar, 63% o fizeram entre 14 e 24 anos de idade.

Dentre os motivos para pararem de estudar, sobressaem-se a conclusão do curso (23%), a falta de recursos financeiros (6%), o trabalho (12%) e a mudança de cidade (7%). Chamam a atenção, também, aqueles/as que declararam terem sofrido preconceito e violência, bem como pressão familiar (12 deles/as). Cinco pessoas também justificaram pelo isolamento social. Ou seja, as questões relacionadas provavelmente às diversas formas de discriminação podem estar influenciando a saída da escola. A própria mudança (7 delas/es) de cidade utilizada como justificativa também pode estar relacionada à busca por outros contextos sociais mais protetivos. Ainda sobre o acesso à educação 55% fizeram algum curso técnico ou capacitação para o trabalho. Aqui a dispersão de áreas é grande, sobressaindo-se alguns cursos como os de cabelereiro, culinária, administração, informática e técnico em enfermagem. Em relação ao trabalho 86% dos/as respondentes trabalham, sendo que 63% são profissionais do sexo. As ocupações são extremamente variadas encontrando-se estudantes, cuidadoras, vendedores/as, tele atendentes, cozinheira (4%), segurança, garçom, dentre outras possibilidades. (TONELI, 2012-2017, p. 25-26).

Uma das características relevantes relativas ao contexto familiar de quase todas minhas interlocutoras é a de que, mesmo alegando que são de classes baixas e periféricas, nenhuma delas foi expulsa de casa. O único expulso de casa no período de transição foi Cazusa, também o único que alega que a família é de classe média alta.

Fausto: Sua família chegaram a aceitar sua “existência” trans de certa forma?

Bethânia: Não, não até hoje não “aceitam” bem! Temos uma convivência boa hoje em dia, mas não é aceita a minha condição para eles, mas eu decidi vim pra cá (cidade diferente da que os pais moram), eu lembro que eu havia brigado em casa e vivia muito desiludida e comecei a viver a vida, eu sempre sonhei em ser atriz, mas no começo, até nessa época também, eu

²⁶ Segundo Toneli (2012-2017) Participaram da pesquisa 100 pessoas auto identificadas como Travestis, Transexuais e Transgêneros. O grupo era formado por grupo, 48 % de brancos, 34 % pardos, 11 % negros, 3% indígenas, 2 % amarelo e 2 % não sabem. Em relação à faixa etária foi identificada uma grande dispersão variada entre 18 a 50 anos, com média de idade de 25 anos. Relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero, 51% declararam-se como travestis, 43% como transexuais e 6% como mulheres.

havia muita resistência, eu escutava muito, você até e uma boa atriz, mas é trans, então, não tem muito espaço

Cássia: Hoje eu estou desempregada, minha mãe, continua desempregada, porém mora comigo aqui no Rio, inclusive depende de mim, meu pai, mas atualmente aposentado (mas não habita com ela). Eu me considero classe baixa, porque, eu tenho que morar com duas amigas para poder dividir as contas e manter o apartamento, é bem perrengue, eu só consigo morar nesse apartamento porque a gente divide em três e fica muito barato. Eu gasto pra viver por mês 1000 reais, tem mês que eu gasto esses 1000 reais e fico o mês inteiro sem dinheiro para lazer, por exemplo.

Fausto: Você mora com eles ainda?

Gal: Com a minha mãe e dois irmãos...

Fausto: Você percebe que hoje tem uma aceitação maior na sua casa?

Gal: Eu não sou mais aquela garota confusa de antes, eles diziam, é uma fase, ela é adolescente, uma hora isso vai passar, não é mais assim, ela vai voltar ao normal (...). Me olham mais de um jeito assim “uma hora vai demorar, vai mudar...” (...) Apesar de eu ver que eles ainda tem essa intenção sim, mas eu vejo que mais uma vontade deles do que uma esperança que eles tem que um dia eu mude(...) Das pessoas mais novas da minha família eu tenho um pouco mais de aceitação, apesar de que, quando elas conversam comigo elas entendem o meu lado, depois elas conversam com outra pessoa da família, enchem a cabeça deles dizendo ou usando a religião para distorcer tudo que eu tinha dito pra eles, então acaba que a grande parte da minha família, ainda é evangélica, até mesmo os que aceitam (...) Aceitam, mas de vez em quando ainda falam algumas coisas que eu considero ruim e constrangedor para mim de alguma forma.

Segundo Marília Pontes Spósito (1997), uma questão que deve ser refletida atualmente em estudos sobre educação onde se focalizam pesquisas sobre juventude²⁷ é observar a transição em relação à passagem para vida adulta - ou seja, através do prolongamento da transição juvenil - das transformações que podem ser observadas no sistema escolar ao longo dos anos traduzidas por uma maior permanência e ampliação no interior escolar, gerando desta maneira uma alteração nos modelos de existência dos/das jovens. Da mesma forma, Melissa de Matos Pimenta (2007) pontua que, além das questões apresentadas relacionadas acima por Spósito, a transição para a vida adulta também é cercada por profundas disparidades sociais que imprimem padrões diferentes de transição, não se baseando apenas em disposições de classe e de cor, obedecendo a variações de gênero, origens habitacionais e diferenças regionais. Porém ao relacionar a existência de minhas/meu interlocutoras/r e:

[...] para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em

²⁷ Segundo a lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 do “Estatuto da Juventude”, no parágrafo 1º são considerados jovens pessoas entre 15 a 29 anos de idade.

que certas características de autonomia e inserção em atividade no mundo do trabalho – típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto – tornando-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos. (SPOSITO, 1997, p. 39).

Ao pesquisar o universo juvenil, Maria Carla Corrochano (2013) alega que um dos elementos mobilizadores do pensamento sociológico marcantes na saída da juventude para o ingresso na vida adulta seria com toda razão o término de escolarização, a inserção no mercado, a saída da casa dos pais e o nascimento do/da primeira criança. Para a autora, na esfera dos estudos sociológicos sobre juventude, as discussões sobre o tema ganham força no contexto da massificação das escolas e das transformações e crise do mundo do trabalho assalariado ocorridos no final dos anos 1970.

Neste contexto, o cenário predominante nas décadas anteriores, de quase imediata aquisição de uma ocupação regular ao final da escolarização obrigatória, dá lugar a um processo de inserção profissional cada vez mais difícil, longo e aleatório. Ainda que diferentes estudos sobre juventude contestem a centralidade que a questão do emprego (e do desemprego) ganha neste momento, é inegável o lugar da crise do trabalho na menor previsibilidade e nas reversibilidades dos percursos para a vida adulta, levando hoje a se falar em “percursos não-lineares” (ou “trajetórias ioiô”). (CORROCHANO, 2013, p. 27).

Em nosso país, segundo Corrochano (2013), as trajetórias não-lineares sempre foram características dos percursos profissionais existentes em todos os tipos de idades, não apenas entre as/os jovens, pois diferente de outros países, aqui o formato institucional de proteção e o apoio aos desempregados ainda são bastante instáveis, e os empregos resguardados do setor formal se ajustam em atividades informalizadas, chamadas de “bicos”.

Nesse sentido, a realidade da grande maioria de jovens e adultos no mercado de trabalho brasileiro sempre esteve muito mais próxima da instabilidade, das idas e vindas e de um constante “se virar” para conseguir “ganhar a vida”. Aqui não se constituiu como predominante uma transição para o trabalho depois de finalizada a escolaridade básica. Diferentes autores acentuam duas características importantes que marcam a relação escola e trabalho no país: o ingresso precoce no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo-trabalho. Aqui, boa parte dos jovens envolve com o trabalho, e especialmente com os bicos, desde muito cedo, mobilizando múltiplas estratégias para ganhar a vida. Ainda que nos últimos anos a presença dos jovens na escola básica e na universidade tenha se ampliado de maneira significativa, o trabalho é intensamente presente em seus trajetos. (CORROCHANO, 2013, p. 27).

Segundo a ANTRA ²⁸ (Associação Nacional de Travestis e Transexuais - entidade que abriga mais de 178 ONGs de travestis e transexuais em todo o país) cerca de 90% das travestis e pessoas transexuais do país atua na prostituição. Constantemente enfrentam dificuldades para sair à luz do dia, pois frequentemente sofrem todos os tipos de agressões, desde as verbais até físicas. Além de serem praticamente impedidas de recorrer a equipamentos públicos em geral, de certa forma são “impedidas” de transitar pela cidade, ou seja, de serem vistas, percebidas, visíveis. Como respostas constroem redes de socialização específicas que fornecem, ao mesmo tempo, cuidado e proteção dentro do próprio grupo.

Evidentemente que além de terem a cidadania sistematicamente interdita, as travestis e transexuais normalmente deparam-se com problemas de desigualdade de classe, uma vez que uma grande parte vem de famílias da base da pirâmide social e, pelo preconceito e exclusão sofrida, ficam sem possibilidades de ascensão social, permanecendo assim, sem acesso à educação formal e universitária, exploradas pela necessidade de se prostituir ou em subempregos e, conseqüentemente, empobrecidas.

A experiência transexual põe em destaque aqueles atos discursivos e corporais considerados socialmente importantes para dar vida aos corpos-sexuais, ao mesmo tempo em que desloca. Se experiência nega a origem biológica para a explicação dos comportamentos, contraditoriamente, é a pressuposição dessa origem natural que gerará as expectativas e as suposições sobre as condutas apropriadas para os gêneros. Os corpos dos transexuais e dos não transexuais são fabricados por tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados, nas subjetividades, as crenças de que a determinação das identidades está inscrita em alguma parte dos corpos. (BENTO, 2014, p.284).

Se a permanência (e supostamente o sentimento de pertencimento) ao ambiente escolar é, para a maioria das travestis ou transexuais, algo sujeito a muitos conflitos, a evasão contribui ainda mais para a dificuldade de inserção no mercado “formal” de trabalho. Isso se intersecciona com a discriminação e violência sofrida em outros espaços, como pode ser observado nos dados da pesquisa *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade*, realizada durante a 10ª Parada do Orgulho GLBT em São Paulo de 2006.

Confirmando dados de pesquisas anteriores, as pessoas trans são as mais vitimizadas em todas as categorias, com índices muito maiores que os relacionados a homossexuais e bissexuais. Os relatos de violência sexual são

²⁸ A Articulação Nacional de Travestis e Transexuais é uma entidade que abriga mais de 178 ONGs de travestis e transexuais em todo o país.

os mais discrepantes entre trans e outras categorias: nesse caso, o percentual de trans que relatam ter sofrido violência sexual (30%) é 5 vezes maior do que o dos homens homossexuais (6%), o maior entre as outras categorias. (Regina FACCHINI *et al.*, 2007, p. 66).

Elza relata várias situações de transfobia durante toda sua história, mas foi quando tinha 15 anos que sofreu seu primeiro ataque:

Fausto: Nessa idade você já saía montada?

Elza: Não, eu levava a roupa para fora, no quintal, em uma sacolinha e deixava lá escondidinha perto do tanque. Aí na hora de sair, eu ia no fundo do quintal, me arrumava, me produzia ali, no escuro mesmo. E saía montadinha. Colocava meia-calça, aí colocava o shorts de cotton, e ia sozinha. Atravessava, para poder encontrar com esses amigos, para poder sair. Eu era a mais ousada, nesse sentido, do grupo. Porque eles não, eles usavam umas roupas mais justas, mas, assim, sem perder a característica masculina. Ninguém usava uma blusinha feminina mesmo. Eu que quebrei isso daí. Inclusive nessa mesma época eu sofri um ataque transfóbico de um grupo lá, e depois, se você quiser, eu posso até contar para você com mais detalhes. E foi o meu primeiro ataque transfóbico.

Fausto: Pode contar se quiser agora!

Elza: Foi. Porque eu lembro que estava tudo indo bem nesse baile [era um baile no bairro ao lado do seu] a gente dançava, e os meninos respeitavam, apesar de ser periferia. Mas eu lembro que em um determinado momento... Nós ficamos freqüentando durante sete meses, mais ou menos, que eu me lembre né. E aí em um determinado ponto alguém chegou e avisou para gente, falou “olha, vão embora que eles tão armando, querem pegar vocês, bater. Tem gente armada, com revólver, e tal”. Eu lembro que foi uma noite tenebrosa, foi aterrorizante. E alguns colegas fugiram antes, sumiram do baile, e eu tentava pegar minha bolsa, porque eu tirava, né, a roupa quando estava chegando[em sua casa]. Então eu sempre andava com mochilinha, né. Ainda tinha um colga que brincava “ah, as mochileiras”, tal, porque sabia que eu andava com roupa de mulher na mochila, chegava em casa, se trocava para poder entrar em casa sem problemas. E aí eu não conseguia pegar essa bolsa, precisava pegar a bolsa lá no balcão, não conseguia porque um desses rapazes impedia a gente. A gente estava, acho que, em um grupo de seis, cinco pessoas, se não me engano, e eles já tinham ido embora. Ficou eu e mais uma amiga, que também era bem afeminada. E a gente não conseguia. Eu brigava com ela: “vai lá e tente pegar essa bolsa de qualquer maneira, que a gente tem que sair fora daqui”, né. E a gente não conseguia. E quando conseguimos sair, eu tive que armar uma estratégia, assim, porque estava um clima tão pesado. Mas não deu certo, acabaram pegando a gente lá na rua saindo do baile, correram atrás da gente, acabaram pegando a gente na esquina.

Fausto: Mas você foi espancada?

Elza: Olha, por incrível que pareça, eu saí sem um arranhão, mas eu saí com a roupa muito suja, porque eu lembro que eu caí em uma poça, e levei vários chutes. Mas eu acho que eu me encolhi tanto nesse momento que nada de grave aconteceu com o meu rosto, nada. Só que a roupa muito suja, descabelada e tal.

Fausto: Você foi roubada?

Elza: E roubaram minha bolsa, levaram eu para um canto de um muro, teve um cara que sacou um revólver, colocou na minha cabeça. E foi bem tenso.

Fausto: Mas eles falaram alguma coisa?

Elza: Que iriam assaltar. Eu lembro que chamavam de viado, de bicha, mas foi muito rápido. Muito rápido, que eu tentava me desvencilhar dele, mesmo ele estando armado, eu estava tão desesperada que eu não tinha essa consciência...

Fausto: Consciência de que?

Elza: De que eu podia levar um tiro. Eu só sei que eu não podia, mas o revólver estava ali. E também eu não tinha medo do revólver. Eu estava com medo da situação em si, não estava focada na questão do tiro. E eu tentava desvencilhar, eram três caras, um deles tentava apaziguar a situação, tentava controlar, “ô, vai devagar aí”. Porque eu lembro que um segurava no braço, no meu braço, contra o muro, eu lembro que tinha alguém segurando no meu pescoço, que quando eu tentava gritar para alguém na rua, para a vizinhança ouvir, ele apertava e minha voz sumia, e o revólver na cabeça. E aí, ele deu, acho que em uma dessas tentativas de eu tentar me desvencilhar, ele bateu com a ponta do revólver na minha cabeça. Uma coronhada? Não sei se é isso, né. Eu lembro, ficou um galo, eu lembro que durante uma semana eu fiquei com esse galo, com esse inchaço. Mais nada. E caiu uma peça, eu ouvi cair uma pecinha.

Fausto: Do revólver?

Elza: É. No momento que ele deu, que ele bateu forte mesmo com a ponta do revólver. E eu vi que caiu uma peça, daí eu lembro que eu pensei, falei “bom, caiu uma peça do revólver, então não deve ser arma verdadeira”, não sei, né. (...) Bom, enfim, eles me liberaram e eu fiquei ali perambulando, falei “como que eu vou embora agora?”, sem a minha chave...

Fausto: Sem a sua roupa masculina, porque você ainda estava montada?

Elza: Sem a bolsa. Tinha alguns objetos da minha irmã dentro da bolsa, maquiagem, brinco, que eu pegava escondido.

Após o ocorrido, é interessante perceber na fala de Elza, a necessidade de tentar justificar o seu ataque transfóbico e que os seus agressores foram “bons”, tiveram dó dela:

A minha preocupação era como que eu ia explicar isso, eu estava completamente desorientada. E além de tudo, já estava clareando. E o medo, né, o medo de você, na próxima esquina. Acontecer coisa pior. Por sorte, acho que eu tinha um passe de ônibus no bolso da calça, eu falei “bom, pelo menos ir embora vou conseguir”. E quando eu estava me dirigindo para o ponto de ônibus, eles estavam em um ônibus. Um deles acredito que os três estavam no ônibus, que não moravam ali naquela região do baile, jogaram, um jogou a chave pela janela do ônibus. Eu fiquei... falei “gente!”. Acho que teve do né, ficou com pena e jogou a chave. Mas a bolsa foi, tudo que tinha na bolsa foi, só jogaram a chave da casa. Então esse foi o meu primeiro ataque transfóbico, né. Foi uma coisa que me marcou muito e falavam que eles eram skinheads, na época, mas pelo que eu me lembro eles não tinham aparência de skinhead. Daí eu acabei encontrando com eles mais para frente, e eu lembro que chorava muito... nunca comentei essas coisas com a minha família.

Fausto: Mas você entrou e ninguém viu? Quando chegou em casa?

Elza: Em casa? Porque eu fui para a casa de um outro amigo, me restaurei, lavei a calça, lavei a blusa, coloquei para a secar. E aí entrei em casa, assim, acho que cheguei na tarde de domingo, acho que era um sábado, cheguei na tarde do domingo, no final de tarde, como se nada tivesse

acontecido. Não tinha marca, não tinha nada. As marcas eram internas. As cicatrizes. (...) E depois disso muita coisa aconteceu muita coisa. Se eu for contar para você tudo dá um... eu não sei nem se você vai ter tempo para ouvir tudo. Foram muitos ataques.

Segundo Alexandre de P. Carrieri, Eloisio M. de Souza e Ana Rosa C. Aguiar (2014) é pela naturalização e incorporação o modelo binário de gênero que a violência simbólica²⁹ atua entre a população transexual. Sobre esse aspecto, Elza argumenta que a feminilização de seu corpo contribuiria para que a transfobia não acontecesse, ou seja, pelo menos poderia ser evitada.

Eu acho o transporte público uma coisa maravilhosa, só que eu tinha esse problema com transporte. Falei “ah, o dia que eu puder comprar uma moto ou um carro, vou ter que comprar, porque não tem condições”. Você entrar dentro de um ônibus de periferia, e dependendo do horário, você sofrer algum tipo de assédio ali dentro do ônibus, assédio transfóbico, né, é uma coisa para mim que era assim insustentável. Então eu investia muito, e era uma coisa que me cansava. Eu acho que por isso, talvez seja esse cansaço que me fazia retroceder. Porque como eu não atingia a perfeição que eu gostaria de ter, eu acabava desistindo, né, e aí recuava. E o hormônio é assim, para mim funciona assim, parava de tomar...

É importante, porém, considerar que as/o transexuais participantes dessa dissertação, mesmo passando por situações de expulsão escolar, desrespeito a aceitação de seu nome social escolhido, discriminação e acesso até do uso de um simples banheiro adequado ao seu gênero, conseguem - por meio da inserção muitas vezes informal no mercado de trabalho e/ ou por trabalhos precários desde sua adolescências e até a atualidade, e/ou também pela militância nos movimentos sociais buscando a igualdade de seus direitos – burlar essa abjeção de seus corpos e conquistar uma vaga em universidades públicas, ou privadas no país.

²⁹ Pierre Bourdieu (2012) afirma que a violência simbólica corresponde a um tipo de coerção, que por ser invisível, é exercida, em partes consentidas de quem sofre, a partir de um reconhecimento oculto da autoridade exercida por certas pessoas e grupos sociais, muitas vezes não chegando a ser reconhecida como violência. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto”. (BOURDIEU, 2012, p. 47).

TRABALHOS E O SONHO DA UNIVERSIDADE

“Abusaram o desejo do corpo e teu sonho trajou de tragédia...”

AS BAHIAS E A COZINHA MINEIRA

Bethânia: Uma pessoa da saúde coletiva lá da minha cidade, ela me conhece desde que eu tinha uns 15 anos, ela falou assim:

Amiga: “Olha, eu acompanhei tudo o que aconteceu com você, você tinha tudo para morrer [Bethânia passou por problemas gastrointestinais, desencadeando numa úlcera e depois problemas depressivos, gerando uma anorexia nervosa] e está aqui, então se está aqui é porque você ainda tem alguma coisa para fazer nessa vida, então faz!”

Bethânia: “Aí eu comecei a ficar naquela, gente! Eu vou fazer 30 anos, se eu não for correr atrás dos meus sonhos agora, eu não vou ter mais tempo e comecei a pensar de tudo o que passei, hoje a gente esta bem, amanhã você pode estar mal, ou você pode até estar morta, então falei, quer saber! Eu não tenho mais nada a perder!!! Aí eu decidi! Vim para o Rio de Janeiro, simplesmente foi isso, eu saí com a passagem de vinda, eu sabia aonde ir na Lapa, eu tinha aonde eu podia ficar, perto ali do ponto, aonde as meninas trabalham, e pensei só naquele hipótese, eu vou pra Rio de Janeiro, eu começo a trabalhar na rua, me sustento assim, e vou atrás do meu sonho, vou ser atriz, nem que seja a última coisa que eu faça!”

São freqüentes nos discursos das/o interlocutoras/r a descrição dos sonhos de acesso, aceitação e permanência dentro de uma universidade, que correspondem ao reconhecimento do direito de serem consideradas/o iguais e respeitadas/o enquanto futuras/o profissionais. Neste momento da minha dissertação, abordaremos os processos pelo quais seus sonhos vão tornando-se realidade.

Bethânia: Aí, começou a acontecer tudo, vim para Rio de Janeiro, primeiro me estabilizei no lugar aonde eu iria morar, foi passando o ano de 2015, foi chegando por volta de maio, junho, eu fui ficando meio triste, porque eu já tava muito tempo no Rio de Janeiro e ainda não tinha começado nada, foi passando um tempo eu fui procurando algumas coisas, e eu não conseguia me encontrar direito, no que fazer, como começar, até que, quando eu voltei para minha cidade no meu aniversário, fiquei até 7 de setembro, um pouco antes, quer dizer e entrei naquela ideia: “Bom, quando eu voltar para o Rio de Janeiro, eu vou me preparar e fazer algum vestibular de alguma faculdade, que mesmo que eu não comece a estudar, porque a minha intenção na realidade não era começar fazendo Artes Cênicas, ou era fazer Letras ou Marketing, e fazer um curso de teatro profissionalizante por fora.

Segundo Richard Parker (2002) a opressão e a repressão associada a não aceitação a expressões de gênero não condizentes aos padrões heteronormativos de sociedade, causam com frequência deslocamentos, ou seja, a migração de populações LGBTs do interior para o meio urbano nas grandes cidades e capitais no Brasil, aparecendo como uma oportunidade maior de empregos, ampliação e aceitação da liberdade de sua sexualidade.

Na medida em que a vida urbana é construída dentro do imaginário social como local de relativa liberdade e oportunidade, como alternativa à característica opressiva da vida no interior ou nas pequenas cidades, talvez deva-se esperar que essas imagens se traduzam em liberdade sexual. Assim como a mídia, e a televisão em particular, retrata as cidades como centros de oportunidade econômica, elas também destacam sua variedade e liberdades sexuais. (PARKER, 2002, p. 274).

Além de passar por situações de opressão e preconceito, causadas pela religiosidade familiar na casa de seus pais no interior do Rio, fazendo com que sua ida para a capital lhe possibilitasse melhor aceitação, Bethânia alega que também era explorada em empregos provisórios e sem registro em carteira, por conta da sua transexualidade.

Bethânia: Era muito difícil, eu nunca trabalhei registrada, trabalhava quase sempre em empregos temporários, em vários lugares, mas mais no verão, mais na temporada de verão. (...) Em 2006, que foi a primeira vez que eu fiquei aqui no Rio de Janeiro, com 19 anos ainda, eu vim e já sabia mais ou menos e tinha conhecido um pouco do mundo da prostituição, e naquela época, eu trabalhava num restaurante onde a minha patroa sabia dessa situação da dificuldade das pessoas trans terem emprego e tudo mais, então ela me explorava muito, tinha dia que eu trabalhava 12 horas diretas.

Fausto: Você percebia que o motivo dessa exploração era porque você era transexual?

Bethânia: Sim, eu percebia, ela sabia que não conseguiria buscar outro emprego muito rápido, então ela tinha toda uma “forção” comigo, isso foi me criando um pouco de revolta, e como eu já havia conhecido um ano atrás esse mundo “meio assim” de programa, começo a martelar muito na minha cabeça, eu não preciso passar por isso, o que ela me paga em mês eu posso ganhar em um dia, fui sendo mordida por esse “bichinho”. (...) quando acabou a temporada, eu com a dificuldade em conseguir outro emprego, foi aumentando mais ainda essa revolta em mim e eu acabei vindo em 2007 para o Rio de Janeiro, aqui para Copacabana, começando essa vida como garota de programa.

No caso de Bethânia e Cássia, fica claro que seus empregos precários eram associados ao fato de serem transexuais, fazendo com que a prostituição fosse praticamente à única alternativa de renda razoável sem uma qualificação. Para Parker (2002), o trabalho sexual entre travestis e transexuais também está ligado aos padrões migratórios, pois não haveria espaço para populações trans em cidades pequenas afirma o autor. “O trabalho sexual,

seja entre michês ou travestis, tornam-se parte de um padrão de migração sexual em que os mercados sexuais urbanos estão entre as principais atrações.” (PARKER, 2002, p. 256).

Bethânia: Eu achava que eu só vou servir pra ser prostituta, sou bonita, ganho dinheiro, tenho corpo, e fui, embarquei nessa e foram uns anos assim, de 2007 a 2011, eu ficava nessa ponte Rio-Interior, ficava uns meses aqui, voltava para o interior. (...) Em 2011 eu parei, foi o último ano que vim para o Rio de Janeiro fazer isso, dessa vez eu fiquei na Lapa, foi a primeira vez que eu fiquei direto na Lapa, eu já conhecia, mas não assim, morando lá. Morei um pouco com uma amiga minha, fiz duas temporadas em 2011, e a última eu fui embora, também desiludida com essa vida a prostituição, voltei para o interior novamente, arrumei um empreguinho qualquer, numa cooperativa de vans, trabalhava dentro da cooperativa sozinha, isolada de tudo, só que foi um período que eu me via muito depressiva, sem expectativa de vida, vou arrumar um empreguinho, viver essa vidinha do interior e esperar o tempo passar.

Cássia: Primeiro não ter terminado o ensino médio, segundo, não ter podido me dedicar aos estudos como é necessário para você prestar um vestibular, porque eu tive que ir para a prostituição e não tive nem condições, nem tempo para estudar.

A falta de oportunidades e a rotina de exclusão no mercado de trabalho por pessoas trans tornam-se elementos geradores de sofrimento psíquico, descreve Souza (2012). Para a autora a precariedade social e do trabalho apresenta-se como possível causadora de sucessivos processos de sofrimento, adoecimento e desgaste mental dos trabalhadores.

[...] as experiências de sofrimento social – que são aqueles sofrimentos provocados pelas injustiças, exclusões, conflitos, preconceitos, desigualdades sociais e desrespeito aos direitos humanos e à cidadania – afetam diretamente a identidade e as perspectivas de vida dos indivíduos. (SELIGMANN-SILVA apud SOUZA, 2012, p 41-42).

Gal, que sempre morou na capital, diferente de Bethânia, alega que não foi fácil fugir da prostituição como único caminho, mas conseguiu através de projetos sociais específicos para populações trans, o acesso a um emprego formal:

Fausto: Arrumar esse emprego foi fácil?

Gal: Olha eu tive ajuda de um projeto da prefeitura para pessoas trans. Não, eu fiquei dois anos procurando antes de conseguir, esse projeto é voltado para pessoa trans, eles dão aulas teóricas e depois espalham essas pessoas nos órgãos públicos. (...) É um projeto do município do Rio de Janeiro. Projeto Damas, eles dão alguns meses de aula teórica e depois eles fazem uma coisa que eles chamam de “vivência”, eles colocam você para ter uma vivência dentro de um emprego formal, então, no caso a vivência que eu fiz, foi diferente das outras turmas, dos outros anos, a gente fez seis horas diárias de segunda a sexta em algum órgão que geralmente é da

prefeitura, porque o projeto é da prefeitura e esses espaços que abrem espaços. (...) Eles dão uma ajuda de custo durante o curso, é um período de 9 meses, 6 de aulas teórica e 3 de prática. (...) Tem um órgão da defensoria que é voltado para os direitos da população LGBT e essa defensora responsável por esse órgão ela tem contato com esse pessoal desse projeto e ela conseguiu quatro vagas pra dentro da defensoria. Eu fui uma dessas quatro pessoas e eu fiz essa vivência de três meses dentro da defensoria e quando passou esse prazo, ela e minha chefe conseguiram que eu fosse contratada lá.

Fausto: Mas é um contrato de quanto tempo?

Gal: Não tem prazo de contrato, nem carteira assinada, tipo “ou você faz o que eu mando ou um pé na sua bunda”. Sou registrada pelo Estado, é outra forma de registro, não em carteira.

Elza, com a separação dos pais, necessitou contribuir nas despesas familiares. Como foi apoiada pela mãe, porém, continuou estudando, realizando o curso técnico de enfermagem e conseguindo se fixar no emprego através de um concurso público. Nota-se que estabilidade de trabalho em instituições públicas contribui para uma suposta aceitação de sua transexualidade.

Elza: Aí com 17 anos eu comecei a fazer o curso de enfermagem, porque a vida estava muito difícil, minha mãe que teve que assumir o papel de pai na casa. E eu tive que começar...

Fausto: Sua mãe era enfermeira também?

Elza: Era atendente de enfermagem na época, depois passou para auxiliar. E aí nós conseguimos uma casa, uma casa do programa de financiamento do governo. E a vida da gente começou a melhorar a partir daquilo (...). Trabalhei, durante 17 anos na profissão dela. Cheguei a trabalhar no mesmo setor que a minha mãe. Mas aí acabei cansando daquilo lá, e pensei muito, durante uns cinco anos, o que eu ia fazer caso eu pedisse exoneração, né. Porque mesmo sofrendo uma avalanche de críticas, porque é um serviço público aí tem estabilidade, “ah, como que você vai fazer isso?”, tal. E também tinha a questão que nesse período do hospital, por eu ter a estabilidade do serviço público, isso me conferia uma certa liberdade no sentido de eu colocar um cabelo comprido, de eu usar um peito, de eu usar uma roupa. Cheguei a usar roupas femininas para trabalhar mesmo. Foi uma loucura na época, mas como a minha família é uma família tradicional da enfermagem, e tinham muitas enfermeiras na família, algumas eram professoras ali na Faculdade de Medicina, então eu acho que eu não sofri nenhum tipo de sanção muito forte em relação a isso pelo fato de a minha família ser conhecida e eu trabalhar nesse meio, né, na área da saúde, na área da enfermagem. E minha mãe também trabalhar ali.

Já quando Elza quis buscar um emprego privado, mesmo sendo na mesma área de atuação, a situação não foi à mesma:

Mas durante uma época que eu quis ficar com duplo vínculo, queria mais um emprego, queria mais dinheiro, porque a maioria das pessoas da área de saúde na época trabalhava em dois hospitais, tinham serviço público e

trabalhavam no particular, e eu queria isso para mim também, eu não consegui. Eu não consegui me estabelecer. Eu já estava muito feminina, não conseguia me masculinizar. Então ficava uma coisa meio andrógina. Aí eu falei “será que é isso que está me atrapalhando?”. E na época não havia essa discussão, essa militância tão forte, existia mas não tão intensa como existe hoje em dia. Então você não tinha aonde recorrer, porque se fosse hoje em dia, eu ia buscar essa alternativa, ia levar adiante. Ia falar “nossa, mas espera aí, tem alguma coisa errada. Se eu tenho todas as qualificações, me enquadro no que vocês estão solicitando para a vaga de emprego, o que é que está acontecendo que eu não consigo entrar? Não consigo ser contratada?”. Eu ia buscar saber, mas na época não. E eu já tinha um vínculo fixo, né, um emprego fixo, estável, em um serviço público e tal. E aí eu investi nos concursos, para mim, era tudo. E até hoje eu carrego isso comigo que, nossa, concurso... brigo pelo serviço público porque eu falava “caramba, se não fosse o serviço público na época, como que eu ia fazer? Eu acho que eu não ia conseguir nada”. Porque a Lu era transexual, mas era funcionária pública. Eu não conhecia mais ninguém que fosse transexual na cidade, que fosse travesti ou transexual, ou mesmo um gay afeminado, que trabalhasse em um serviço particular, em um hospital particular ou alguma outra empresa privada, para eu poder ter como referência. Não tinha. Parecia que isso não existia. Então, assim, abria concurso, o povo corria, fazia concurso para poder se garantir. Que se não fossem os concursos, ou você ia trabalhar de cabeleireira, era uma coisa que na época... hoje em dia eu até fiz curso, eu até consigo sobreviver. Consegui sobreviver, depois que eu pedi exoneração, durante quatro anos como cabeleireira. Mas na época não, eu falava “cabeleireira não é para mim, eu não tenho paciência de ficar em salão”. Eu queria uma profissão como qualquer um. Eu queria ser auxiliar de enfermagem, pensava em fazer uma faculdade de enfermagem, mas eu tinha consciência que alguma coisa, sabe? Eu não tinha certeza, mas eu desconfiava que era alguma coisa em relação à minha sexualidade que não permitia que eu entrasse em um serviço... o único serviço terceirizado particular que eu consegui entrar foi dentro do serviço público, porque já me conheciam e alguém indicou. Surgiu uma vaga e aí foram me buscar na porta de casa.

Hélio Arthur R. Irigaray (2010), ao pesquisar travestis e transexuais que conseguem ter acesso ao mercado formal de trabalho, alega que, para ocorrer à manutenção de seus empregos, geralmente, no limite, as empresas admitem que suas/seus empregadas/os necessariamente separem suas características trans e interesses pessoais dos profissionais, reprimindo sua dimensão individual ao “bem comum” organizacional da empresa que as/os contrata.

Esta visão é limitada, uma vez que pode-se identificar a presença de racionalidades concorrentes na organização, e que, portanto, os indivíduos

não apresentam qualquer tipo de clivagem entre quem são, como homens e mulheres, dos papéis e exigências de suas profissões. No caso das travestis, sua identificação com o que foi construído como socialmente feminino tende a ser rejeitada fora das indústrias da moda, entretenimento e artes, nas quais, pelo contrário, chega a ser valorizada. Estes foram os casos dos maquiadores, cabeleireiros e costureiros entrevistados. (IRIGARAY, 2010, p. 10-11)

Acredita-se que a não ruptura dos laços familiares visíveis em quase todas as falas contribuíram para que minhas interlocutoras conseguissem concluir o ensino médio mesmo que tardiamente. Baby também alega uma grande dificuldade em se estabelecer no mercado de trabalho formal e conseqüentemente voltar aos estudos.

Baby: De 2011 até 2014 eu fui me estabelecendo no mercado de trabalho, eu fiquei em subempregos. Não que seja um emprego ótimo, um emprego que dá para me manter, pelo menos, né. Precisava do subsídio, porque meus pais não têm condições de me subsidiar. Em 2014 eu fiz o vestibular da ETEC para um técnico em Meio Ambiente e fiz um técnico e passei, foi quando eu reingressei no meu estudo. Com a pausa de 2010 para 2014. Aí eu fiz Meio Ambiente, foi um ano e meio, e foi um processo, eu não tinha retificado meus documentos, não tinha meu nome social. Tinha uns estresses, mas ninguém nunca, como eu posso dizer? Porque eu não chego em qualquer lugar e escuto alguém falando alguma besteira, tipo “traveco”, alguma coisa assim, eu já quero comprar briga. Não, porque eu sou uma pessoa muito reservada, eu evito entrar nesse tipo de confusão porque eu sei que eu sou o lado mais fraco, eu sei que eu tenho probabilidade de me dar mal. Então a minha passabilidade no curso de Meio Ambiente, por mais que tivesse suspeita, como ninguém tinha certeza, porque eu usava nome social, então eu sempre fui tratada sem nenhuma diferenciação pelos meus colegas. Inclusive tenho uma amizade muito forte com as pessoas, que só depois que terminou o curso eu fui falar que eu era transexual, e as pessoas falavam, tipo, “nossa”, mas depois acostuma.

Segundo Tiago Clemente Amaral (2013) ao refletir os fatores que geram discriminação da população travesti e transexual em suas existências cotidianas podemos encontrá-la na quebra do binarismo de gênero, ocorrendo com as pessoas que iniciam o processo de transição não apenas uma mera opressão referente à orientação sexual, mas também uma opressão de gênero.

A discriminação contra transexuais e travestis femininas é mais marcada do que a dos homens gays, uma vez que a realidade que se impõe em nossa sociedade é não só heterocentrada, mas também machocentrada. Assim sendo, o processo de feminilização destas pessoas é encarado, muitas vezes, como uma afronta dupla: ao binarismo de gênero e à supremacia do sexo masculino, cuja negação acaba por ser bastante execrada. (AMARAL, 2013, p.4).

A legalização e obrigatoriedade do uso do nome social em diversos contextos tornaram-se um dos elementos contribuintes para a ampliação e principalmente ao acesso dessa população a diversas instituições. A possibilidade de ingresso nas instituições ensino superior, com a utilização do nome social no exame do ENEM, caminha neste mesmo sentido. Na análise de Carrara e Carvalho (2013) a noção de travestis e transexuais como população alvo de políticas públicas, mesmo implementadas por meio de ONGs, já indica sua consideração enquanto cidadãos/ãs.

Além do projeto Transcidadania, realizado pela prefeitura de São Paulo desde 2015 descrito anteriormente, existem ao menos sete cursinhos preparatórios, com pouco ou nenhum apoio por parte do poder público em outras capitais, organizados por ONGs voltadas à escolarização nos vários níveis desta mesma população. São eles o *Educa Trans* - que oferece curso de alfabetização no município de São Paulo; - *Coletivo Transformação* (São Paulo), *Trans Enem* (Belo Horizonte e Porto Alegre), *Transviando o Enem* (Salvador), e *Prepara Trans Goiás* (Goiânia) - todos oferecendo cursinhos preparatórios específicos para travestis e transexuais para a realização do ENEM; - *Prepara, Nem!* (Rio de Janeiro) - que além do cursinho preparatório ainda acolhe na sua casa sede, travestis e transexuais que se encontram em situação de rua ou que não possuem condições para pagar um aluguel. (Cristina BOECKEL, 2016).

Gal, Cássia e Bethânia foram alunas no *Prepara, Nem!* no Rio de Janeiro:

Bethânia: Aí, começou a acontecer tudo, voltei para Rio de Janeiro, primeiro me estabilizei no lugar aonde eu ia morar, foi passando o ano de 2015, foi chegando por volta de maio, junho, eu fui ficando meio triste, porque eu já tava muito tempo no Rio de Janeiro e ainda não tinha começado nada, foi passando um tempo eu fui procurando algumas coisas, e eu não conseguia me encontrar direito, no que fazer, como começar, até que, quando eu fui a para casa dos meus pais no interior, pro meu aniversário, fiquei até 7 de setembro, e entrei naquela ideia: “Bom, quando eu voltar para o Rio de Janeiro, eu vou me preparar e fazer algum vestibular de alguma faculdade, que mesmo que eu não comece a estudar, porque a minha intenção na realidade não era começar fazendo Artes Cênicas, ou era fazer Letras ou Marketing, e fazer um curso de teatro profissionalizante por fora.” (...) Porém, antes de eu viajar para casa dos meus pais, eu conheci o professor de Sociologia, do Prepara Nem, e ele me apresentou o cursinho, conversou, me explicou, tal e tudo mais. Isso na rua, na Lapa, passou, eu já conhecia algumas das meninas que estudavam lá, eu tinha uma vaga ideia do que era, e viajei com isso na cabeça, e quando voltei, eu já voltei com essa ideia: “Eu vou entrar pra esse cursinho e vou entrar pra uma faculdade.” (...) E fiz, menos de um mês de Prepara Nem, e vim fazer o vestibular, dia 10 de outubro, com a cara e a coragem.

E Baby do Cursinho Popular Transformação, em São Paulo:

Baby: E aí terminei o técnico no meio de 2015, eu queria fazer um pré-vestibular, mas eu não tinha condições de fazer um pré-vestibular pago, também porque eu tinha medo da transfobia, de como seria a redação porque o ambiente acadêmico já é excludente, o ambiente escolar é muito pior, porque eu acho que na pré-adolescência ou adolescência, é uma faixa, vamos dizer, de 14 aos 20 anos, dependendo do padrão de vida da pessoa, a probabilidade de ter sensibilidade ou empatia é mínima. Adolescentes não querem saber, eles querem zoar, querem dar risada. E eu tinha receio de voltar a estudar por causa disso, então eu conheci o Cursinho Popular Transformação, que é um cursinho voltado para pessoas trans aqui de São Paulo, entrei em contato com eles acho que em setembro, é foi em setembro. Comecei a fazer aulas. Eu prestei o ENEM e passei pelo SISU, na segunda chamada, para o curso de Turismo, que foi a opção que eu coloquei, que é uma área que eu acho interessante e que dava para ligar com Meio Ambiente também, em alguma coisa, né. Eu queria definir logo o que eu teria que fazer. E aí quando eu passei, no momento que eu passei eu já tinha emitido minha documentação retificada, só faltavam alguns documentos que faltavam alterar, que eu teria que entregar na faculdade. Eu fui, entreguei a documentação, expliquei a documentação que estava divergente. Ainda tive um pouquinho de estresse com isso. Comecei a ter as aulas, conheci as pessoas, fui me soltando gradativamente. Tenho amigos na faculdade, tenho amigos que sabem, tenho amigos que não tocam no assunto, a maioria das pessoas não toca nesse assunto. Porque eu realmente não dou liberdade.

Para Bethânia e Baby, além de ajudar com os estudos, o contato com outras/os transexuais e travestis contribuíram para a desconstrução de seus preconceitos.

Bethânia: Foi muito boa essa experiência, eu me afastei um pouco do Prepara Nem por umas questões de opiniões diferentes, mas sou muito grata pelo que eles fizeram por mim. Muito mesmo, tem pessoas ali que mudaram a minha vida completamente, não só a minha vida acadêmica, como a minha vida em si, porque até eu conhecer o grupo eu tinha também muitos preconceitos que eu fui desconstruindo ao longo da minha jornada junto com aquele grupo todo, foi muito bom pra mim, foi muito válido em tudo participar daquele projeto.

Baby: E comecei as aulas com eles, e como o cursinho era um projeto piloto, era só uma vez por semana, não tinha muito conteúdo, assim, mas a questão de empoderamento das pessoas trans que são maravilhosas, me deu mais força para conseguir.

No caso de Cazuzza, que estudou por conta própria, o que contribuiu para que ambicionasse uma continuidade nos estudos e acessasse a universidade foi o contato mais intenso com os movimentos sociais e a conquista do uso do nome social nos processos seletivos.

Os movimentos sociais me ajudaram a ter uma certa blindagem, como qualquer pessoas trans eu vivo numa certa bolha, e dentro dessa bolha só entra as pessoas trans e as pessoas cis que tenham muita sensibilidade, que tenham conceitos desconstruídos, aí eu consigo me relacionar direito, mas é uma bolha bem reduzida, não é só porque eu estou numa posição de ativismos e protagonismo que eu estou isento de transfobia, não é, eu vivo também num contexto bem vulnerável. (...) A inexistência de políticas de nome social, o Enem, não tinha nome social, só existe a três ou quatro anos só. O nome social, na própria universidade que hoje tem uma portaria, tem uma norma, assinada pelo reitor. E, a questão da militância, para mim era uma coisa impensável, eu parar para estudar, não, eu preciso militar, que precisamos conquistar alguns direitos, para depois conseguir fazer outras coisas.

Fausto: A questão financeira não te dificultou? Como você disse, havia sido expulso de casa?

Não, porque quando eu fui expulso de casa, eu estava morando numa casa de aluguel da minha avó, era longe de toda família, mas estava lá, sem precisar pagar aluguel. Quando eu cortei o vínculo com todos os meus familiares e até com a minha avó, eu precisei trabalhar, pagar o aluguel, comprar comida, essas coisas.

Nara, diferente de todas minhas interlocutoras, transicionou mais tardiamente e já está realizando seu doutorado. O que torna relevante sua transição, porém, é o fato que a militância trans, o contato com outras e outros transexuais dentro do ambiente universitário estimularam sua transição, dando coragem para se libertar do medo de se expressar:

Nara: tinha cinco pessoas ali na Universidade, era meio que único, tem tantas pessoas trans militantes em um espaço universitário. Só que isso foi tudo antes da minha transição, mas foi ver todas essas pessoas na minha frente, reivindicando o direito de existência, se fazendo ser respeitados, eu me aproximo do movimento LGBT, primeiro como bissexual e ninguém sabia ainda que eu estava pensando numa transição, nem eu sabia o quanto eu dava conta, mas aos poucos a questão volta a ganhar força dentro de mim. (...) Olha pra você ver o nível do espaço onde eu estava, transicionar depois de estar na universidade e numa universidade que já conseguiu construir, consolidar um movimento trans foi muito positivo. (...) Eu me lembro que nas primeiras vezes de assumi e fui com minhas roupas femininas e chegou uma menina na universidade disse: O que é isso agora, vai ser puta! Porque as pessoas só conseguem ver as travestis como puta, mesmo quando eu esteja fazendo doutorado com bolsa de estudos, naquele momento eu não era prostituta, então isso foi, uauuu! Na hora não consegui dar uma resposta para ela, só desconversei e fiz um textão na internet, sem expor a pessoa e a repercussão foi gigantesca (risos). Talvez eu não conseguisse responde na hora um comentário imbecil desse, uma provocação gratuita, um ataque, mas depois eu bolava dentro de mim uma resposta. Mas coisas desse tipo que eu sofri dentro da universidade.

É possível considerar também que, para além das políticas afirmativas advindas dos planos nacionais voltados a populações LGBTs (e em particular as incluídas para as populações trans já elencadas nessa dissertação), uma parcela dessa população tenha se

beneficiado das políticas de ampliação ao acesso à universidade para a população de baixa renda, criadas pelo Governo Federal a partir de 2007.

DENTRO DOS TEMPLOS DO SABER

“Já andei por vias tortas

Me bateram portas

Já penei demais...”

JALOO

Não posso negar que houve uma evolução no trato com as travestis; antes elas não podiam ter acesso à escola e conseqüentemente, às universidades, mas no presente momento a travesti vem sendo, na maioria das vezes, tolerada na escola e/ou universidades. (ANDRADE, 2012, p.87).

Permanecer, conquistar novos espaços, serem aceitas/o e/ou reconhecidas/o em suas subjetividades, é algo que se faz necessário na vida de pessoas transexuais, como em qualquer outra, principalmente num país onde a democracia é um princípio básico do direito constitucional. O direito à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário na construção de uma sociedade inclusiva e, por isso, assegurar adequadamente esse direito é um dever indeclinável do Estado.

O conhecimento é indispensável para a realização pessoal, para o exercício profissional, o fortalecimento econômico e o desenvolvimento da nação. Equidade é um valor cuja aplicação tende a diminuir as desigualdades sociais. Todo Estado democrático haveria de promover esforços, juntamente com a sociedade, para interromper o círculo vicioso da desigualdade socioeducativa. No horizonte ético da equidade estão a ampla e qualificada escolarização geral e a consolidação de uma sociedade mais justa. (José Dias SOBRINHO, 2010, p. 1229).

Segundo Wilson Mesquita de Almeida (2010), foi no período posterior à Segunda Guerra Mundial que o Brasil passou por um período de ampliação do Ensino Superior. Destaca que os fatores que geraram essa expansão tinham relações com ações políticas e sociais de âmbito mundial para a transformação do mundo e realça que alguns fatores institucionais responsáveis pela expansão foram, “a liberação e expansão dos direitos humanos, o crescimento da ciência, a ascensão de doutrinas e ideários de desenvolvimento nacional e a estruturação de organizações no mundo político que promoveram discursos em prol da educação.” (ALMEIDA, 2010, p. 27).

Para Silvio Duarte Bock (2008) em meados dos anos 40-50 ocorreu a expansão da escolaridade nos Estados que compartilhavam ideologicamente características de bem-

estar-social, sobretudo a educação secundária. Uma vez que a educação básica já havia atingido sua universalidade em períodos anteriores, a década de 60 testemunha o desenvolvimento do ensino universitário. Segundo ao autor, essa expansão universitária pode ter uma relação muito forte com o aumento de necessidade de capacitação do trabalhador, pois:

No modo taylorista/fordista de produção, as habilidades e conhecimentos para o exercício do trabalho eram denominados de “qualificação”. A grosso modo, entendia-se a busca de qualificação como o aprendizado de conteúdos e técnicas para o desempenho de uma função. Na produção flexível, passa-se a utilizar o conceito de “competência”, que seria o preparo para o desenvolvimento de atividades distintas, com predisposição, em termos atitudinais, para a resolução dos problemas que podem surgir na nova forma de produção, exigindo a capacidade de aprender a todo o momento e a capacidade de interseção com os outros trabalhadores. (BOCK, 2008, p.25).

Desta maneira, para Bock (2008) a capacitação profissional através do sistema educacional torna-se um regulador do mercado de trabalho, ao obrigar uma parcela de trabalhadoras/res para a devida requalificação ou para a disposição de adquirir novas competências. A mudança social sempre foi atrelada, no sistema liberal, à educação, ou seja, só conseguem ascender socialmente aqueles/as que fossem mais escolarizados. “A ascensão nos degraus da escala social estariam condicionalmente determinados pela quantidade de tempo passado na escola e, por consequência, de diplomas conquistados.” (BOCK, 2008, p.26).

Ainda, na visão de Bock (2008), é problemático o repetitivo discurso que as altas taxas de desemprego quase sempre são causadas pela baixa qualificação dos trabalhadores e nunca pelo modelo descartável de mão de obra, que por meio do avanço tecnológico substitui o trabalho humano.

As populações pobres do Brasil, que estão ampliando sua participação nos degraus escolares em função de políticas públicas que ampliam a oferta de vagas no ensino básico público e no ensino universitário privado e de um discurso que reputa a escolarização como escada para a ascensão social, ainda não têm assegurada a discussão a respeito de suas escolhas profissionais. A idéia de que o encaminhar profissional é natural e espontâneo ainda prevalece, acrescido daquela de que, para populações empobrecidas, a escolha profissional não teria o menor sentido em função das necessidades econômicas prementes dessa população. (BOCK, 2008, p.27).

A educação superior encontra-se em processo de reorganização e de ajustamento do atual sistema para corrigir desvios da reforma universitária de 1968 (Lei nº

5.540/68). Para Almeida (2012) a reforma tinha como alvo responder as demandas de acesso e crescimento das universidades federais, mas não foi o que aconteceu. Na realidade, houve uma pequena “expansão com contenção”, cuja alegação era por falta de recursos financeiros.

Durante as duas décadas de ditadura (1964/1985), as afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares abriram caminho para sua representação majoritária (quando não exclusiva) nos conselhos de educação, inclusive no federal. Tornando-se maioria, eles passaram a legislar em causa própria. Os resultados foram expressos em cifras estatísticas e financeiras. Impulsionados pela demanda de vagas, pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino e, especialmente, pelas normas facilitadoras, as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em número e cresceram em tamanho. (Luiz Antônio CUNHA, 2004, p. 802).

A partir do final da ditadura, segundo Cunha (2004), nas capitais e nas cidades de médio porte os pequenos ginásios e cursinhos pré-vestibular começaram seu acúmulo de capital, com a maior demanda de alunos pagantes e ampliação dos níveis de ensino. Posteriormente essas pequenas instituições privadas foram ganhando *status* de universidade, ingressando no lucrativo esquema de multiplicação espacial – as universidades “multicampi” desta maneira foram sendo instituídas dentro das áreas metropolitanas em vários estados e depois foram ampliando para as regiões do interior. “Se o capital privado foi atraído para o ensino superior, por razões políticas e econômicas, durante os governos militares, sua rápida acumulação e os vínculos que criou na sociedade política permitiu-lhe uma autonomização daquela base inicial.” (CUNHA, 2004, p. 803).

Para se compreender como as instituições privadas de ensino conseguiram ampliar sua capitalização e poder lucrativo até os dias atuais, com títulos de ações negociadas até na Bolsa de Valores, Almeida (2012) argumenta que:

Basicamente, podemos traçar quatro períodos: um que vai dos finais de 1960 até 1975 anos, marcado pelo domínio das *faculdades isoladas* de pequeno porte (...); um segundo, iniciado a partir de 1975 e perdurou até meados dos anos de 1980, no qual se realizou um agrupamento de tais estabelecimentos isolados em torno de *federações de escolas (faculdades integradas)*; um terceiro, tipificando nas *universidades*, surgidas a partir dos anos 1980, percorrendo a década de 1990 e desembocando no período que atualmente vivenciamos, no qual há a ascensão de *fundos de investimentos* – nacionais e internacionais – atuando no campo educacional mediante aquisições e fusões de várias instituições de médio e grande porte. (MARTINS, DURHAN apud ALMEIDA, 2012, p. 47).

Almeida (2012) alega que a Constituição de 1988 permitiu que o setor privado de ensino criasse e extinguisse cursos sem se submeter e ser controlado pelo Conselho Federal de Educação, o que deu base para uma maior autonomia na busca do *status* de Universidade,

pois na década de 80, para o autor, houve um declínio da expansão do ensino superior quando comparados a períodos anteriores. “A política educacional para o ensino superior do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) partia do pressuposto de que era preciso, impreterivelmente, expandir o sistema.” (ALMEIDA, 2012, p. 47).

Os favorecimentos financeiros por meio de medidas constitucionais geraram lucro e ampliaram o crescimento desenfreado das instituições universitárias particulares - decorrentes de mecanismos como isenção fiscal e o antigo “crédito educativo”³⁰, denominado desde 1999 como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), cujo financiamento ampliou-se para até 100% das mensalidades em 2007. A saturação desse modelo, porém, resultou posteriormente no aumento da inadimplência, e, conseqüentemente, na ociosidade de vagas. “Em outras palavras, os estabelecimentos privados gozavam do privilégio, desde sua criação, de imunidade fiscal, não recolhendo aos cofres públicos a receita tributária devida.” (ALMEIDA, 2010, p. 3). Para Almeida (2010) essas condições justificaram a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O Programa Universidade para Todos (Prouni), foi implementado em 2005 pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais (25 a 50%) a estudantes de baixa renda em cursos de graduação de instituições particulares, as quais seriam beneficiadas com isenções fiscais. A seleção é feita por meio de nota obtida no ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio, exige-se que o aluno tenha estudado o ensino meio em escola pública (ou com bolsa integral na particular) e esteja situado em determinada faixa de renda – renda família *per capita* de até três salários mínimos para bolsas parciais e até um salário mínimo e meio para bolsas integrais. A posição do governo pode ser compreendida nos argumentos sustentados pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, um dos idealizadores do programa. Sua tese central é que o Prouni nada mais é do que uma regulamentação de um dispositivo constitucional, feita pelo Executivo Federal, não provocando efeitos no tocante aos recursos de esfera pública educacional. (ALMEIDA, 2010, p. 2-3).

Simultaneamente, visando oferecer garantias de ampliação do acesso e permanência na educação superior pública, aumentar e ampliar a qualidade dos seus cursos em níveis de graduação e pós-graduação e melhorar a infraestrutura arquitetônica das instituições, em 2007, o governo federal instituiu segundo Martins (2009), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) -

³⁰ O crédito educativo foi criado pela Presidência da República em 23 de agosto de 1975. Implantado no primeiro semestre de 1976, sendo os seus recursos extraídos do orçamento do MEC e de percentuais da loteria federal. Dados pesquisados 27/09/2012 < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/mcredud.pdf> > publicado em 25 de junho de 1992.

procurando tornar concreto determinadas propostas do Plano Nacional de Educação (PNE), cujas metas eram de oferecer educação superior a pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18-24 anos até 2010.

Para Sobrinho (2013), questões relacionadas à “democratização” da educação superior nas últimas décadas entraram fortemente na agenda das políticas públicas, levando ao ingresso nas universidades de um número maior de pessoas de segmentos de renda mais baixa:

A crescente demanda por educação superior tem resultado num grande incremento de matrículas e, obviamente, de tipos diversificados de instituições. De um lado, esse fenômeno da expansão dos sistemas superiores, especialmente no que se refere ao acolhimento de importantes segmentos da população tradicionalmente excluída, corresponde a um legítimo projeto que busca diminuir, ainda que de forma muito restrita, as desigualdades sociais. Com isso ganham os indivíduos incluídos, que se beneficiam da educação para seu crescimento pessoal e uma inserção mais favorável no mundo do trabalho; e ganha à sociedade, que passa a incorporar mais gente com maior capacidade de participar construtivamente nas esferas públicas da vida social e política e nos âmbitos profissionais e econômicos da produção e do consumo. (SOBRINHO, 2013, p. 116).

Segundo Corrochano (2013), na atualidade há uma diversidade de sujeitos tornando-se cada vez mais evidenciados e visibilizados em nossas universidades, pois o processo de expansão universitário público e privado tem incorporado jovens e também adultos.

Se for certo que este processo ainda apresenta limitações e tem sido alvo de relevantes críticas, não é possível negar o fato de a universidade contemplar uma maior parcela da população brasileira e uma maior heterogeneidade social no contexto contemporâneo (CORROCHANO, 2013, p. 24).

É possível considerar, ainda dentro dessa discussão acerca da inclusão nas universidades de segmentos anteriormente delas excluídos, que tal processo facilitou também o acesso de transgêneros/as oriundos/as de famílias de baixa renda.

Ressalta-se ainda dentro dos elementos facilitadores do acesso de grupos antes excluídos da universidade a disseminação dos cursinhos preparatórios, que se apresentam também como “políticas de democratização” para o Ensino Superior, o que foi claramente identificado como algo importante pelas participantes da presente dissertação.

Quando indagadas sobre a escolha dos cursos em específico, é interessante notar que é frequente a busca de carreiras onde possam contribuir para uma sociedade mais

inclusiva e fornecer também maior visibilidade social a questões relacionadas à transexualidade:

Fausto: porque escolheu fazer esse curso?

Bethânia: Sonho de criança, eu falava desde criança que eu iria fazer artes cênicas, o primeiro teste vocacional que eu fiz, eu deveria ter uns anos, eu já sabia que eu queria ser atriz e tava lá no meu teste vocacional. Eu sempre fui fascinada por esse mundo das artes, nunca consegui ser feliz fazendo nada, nada, fora artes. Mesmo de graça me deixava mais feliz do que ganhar dinheiro fazendo outra coisa. É tão eu, não tem como eu me ver sendo feliz fazendo outra coisa.

Cássia: Eu em 2011 fui na platéia de um programa de televisão, falar da diferença de travestis e transexuais e devido a minha participação o pessoal da produção entrou em contato comigo, e me convidaram para entrar na produção, em janeiro de 2012 eles me contrataram e eu fiquei 2012-2013 na produção do programa, mas o meu chefe que era quem me segurava lá dentro, bancava a minha contratação acabou saindo do programa, foi para a área do jornalismo, não me chamaram mais. Pra ser produtora de TV você tem que ser jornalista formada, e é uma área que eu gostei muito. Daí eu escolhi o jornalismo.

Gal: Eu sempre gostei de política, eu acho que o serviço social inclui bastante questões política, sempre gostei de saber sobre a sociedade e serviço social esta dentro de tudo isso, o estudo da sociedade. O serviço social buscar intervir no meio social, intervir nas questões relacionadas a sociedade, e eu já participo da militância a algum tempo. Eu sempre gostei de estar no meio disso.

Fausto: Você acha que o que passou, suas experiências te levaram a escolha desse curso?

Gal: Acho que sim também, acho que o que passei me trouxe a tona as questões sociais, e o que acontece, as discriminações, as separações que são feitas dentro da sociedade, esses ensinamentos preconceituosos que a gente tem que é racista, machista, lgbtfóbico que gente tem e enxergar que isso é passado pra gente e se não abrimos os olhos agente vai continuar reproduzindo isso adiante, sem cortar esse mal. (...) De uma certa forma sim, o que eu sou me fez pensar sobre as questões sociais, eu acho, que alguém que se encaixa totalmente dentro dessa caixinha da qual a gente é obrigado a ta dentro, ela não vai conseguir ver de uma maneira tão aberta essas questões sociais, porque ela não vai querer sair de dentro dessa caixa. A partir do momento que agente não se encaixa nela, é jogada pra fora, a gente é joga a margem a sociedade e a gente já começa a enxergar essa separação e as pessoas que também estão jogadas a margem da sociedade.

As políticas de democratização do ensino, no olhar de Dias Sobrinho (2010), não devem apenas criar condições onde todos e todas possam estudar, mas principalmente deve assegurar a igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo. No caso das/o transexuais por mim pesquisados, as dificuldades vão desde pagar a matrícula da universidade, moradia, alimentação, ou seja, de assistência estudantil em geral, à relação de

docentes e funcionárias/os que não são capacitadas/os. Ressaltamos que não adianta oferecer o acesso sem assegurar a permanência, pois são pessoas, que geralmente carregam profundamente as marcas da abjeção intrínsecas em seus corpos e em suas histórias, como pode ser descrito na fala de Gal, sobre o medo de estar no meio universitário:

Como eu disse para você, o ambiente escolar não era algo agradável pra mim, então a universidade também é um ambiente escolar, então vir para cá pode remeter esses tempos de estudos, que geralmente é ruim e no meu caso foi bem ruim pra mim. Os transtornos que gente pode passar aqui dentro como não ser respeitada, nesses ambientes formais a gente sempre vai ter problema, porque vão fazer a gente passar por alguma vexatória, em algum momento vão me chamar no masculino, em algum momento, vão me chamar pelo nome de registro. (...) Então eu acabo evitando um pouco esses espaços em que eu vou ter problemas assim, fora por ter essa evasão de pessoas trans no ambiente no fundamental ainda, também conta para que o acesso a faculdade ser mais difícil para as pessoas trans. As pessoas trans não estão nem concluindo o ensino fundamental, agente não está falando nem de pessoas trans dentro do ensino médio, a gente quer falar de pessoas trans dentro da faculdade. É bem complicado!

É importante ressaltar que, em relação às questões de acesso e permanência no ambiente universitário, são diversas as adversidades descritas por cada um das/do minhas/meu interlocutoras/r, o que requer uma descrição mais detalhada.

Elza, atualmente estudante de Pedagogia em uma Universidade Federal, já realizou o curso técnico em enfermagem, iniciou a graduação em enfermagem, uma graduação em pedagogia particular e não concluiu por questões financeiras (não acesso a tecnologias), ausência de financiamento universitário e posteriormente por ter iniciado um relacionamento afetivo:

Fausto: Mas terminou o curso de Enfermagem de graduação?

Elza: De graduação.

Fausto: Você já tem o técnico?

R: Tenho. Comecei a fazer essa graduação, fiz dois anos.

Fausto: Aonde realizou?

Elza: Na [universidade particular]. Fiz dois anos lá de Enfermagem, estava tudo ok. Só que nessa época eu comecei a tomar muito hormônio, e foi nessa época aí, que logo em seguida eu casei. Acho que foi em 2003 que eu comecei a fazer o curso. (...) Bom, enfim, e aí eu lembro que eu me desestimulei, pela questão financeira, que na época eu lembro que eu perdi uma bolsa lá, que para mim ia significar muita coisa, porque o curso era muito caro, FIES não se conseguia, era muito difícil conseguir o FIES. Todo ano quando saía o FIES, e nos dois anos eu não consegui, eu não sei por quê. Todo mundo corria para o laboratório, televisão não falava de FIES, não tinha essa propaganda que tem hoje em dia. Internet, na época, ai, será que eu tinha internet? Tinha, mas era tão rudimentar, sabe, era discada, era uma coisa muito, estava começando, né. Parece que as pessoas estavam começando. (...) Isso em 2003, eu acho, se existia eu não tinha. A gente não

tinha, eu não tinha acesso a isso, a essa coisa da informática. Aí, não consegui o FIES, teve uma promoção lá, que a faculdade criou uma bolsa lá. Ah não, era uma bolsa que era voltada para os funcionários públicos, e eu era funcionária pública. Só que eu não lembro que documentação que foi que eu falhei na época, se foi uma data que eu perdi, eu perdi esse desconto. Parece que ia dar 70%. Isso para mim foi a morte, porque daí eu lembro que eu estava muito apertado, porque esses dois anos para mim foi muito pesado. Eu não ganhava aquela coisa, e tinha que ajudar em casa também, e eu tinha uma moto, tinha que manter a moto. Eu lembro que a moto chegou a queimar o farol e ficou um tempo sem o farol porque eu não tinha dinheiro, porque era um curso caro. Era um curso que custeava, na época, 700 e lá vai cacetada por mês, com desconto ainda. E fora o custo, né, de vida universitária, que era livros, então isso foi me desestimulando, eu acabei desistindo do curso por causa disso. As pessoas “não, continue porque você vai até o fim, a gente assina a lista, os professores dão um jeito, depois você renegocia a dívida”. Tem uma prima minha, que ela concluiu, mas naquelas, né. Atingiu, eu não sei, 20 mil reais, 30, na época. E depois teve que dar não sei quantos cheques. Eu lembro que eu comecei a brigar com a universidade na época, eu comecei a criar um clima muito pesado na universidade, porque eu não aceitava esse tipo de coisa. E justo na época, quando eu comecei lá não tinha catraca. Justo nessa época da bolsa, que eu perdi a bolsa e eu também não estava conseguindo o FIES, inventaram de colocar essa maldita dessa catraca. Encheram de catraca. Eu falei “caramba, agora ferrou tudo. Como é que a gente vai fazer para entrar?”. A questão da lista, sem problema você assina. Mas aí começaram a surgir os barramentos na catraca. Isso para a mim era a morte, era muita humilhação. Eu falei “ai, eu não vou continuar. Eu vou parar agora, eu tranco, eu abandono, eu cancelo, sei lá, porque tem dívida”, que eu acho que eu já tinha atrasado dois boletos. Ah, foi isso. Por causa disso que eu não consegui a bolsa. Porque no momento que a bolsa surgiu, naquela semana, você tinha que apresentar documentação e você não podia ter nenhuma dívida, nenhum débito. E eu tinha dois boletos atrasados, “mas eu justamente preciso da bolsa porque a situação apertou, e não faz sentido eu não ser beneficiado pela bolsa, sendo que tudo já indica que eu já estou tendo problema financeiro e eu estou precisando disso”. Mas não houve interesse, não houve renegociação. Eu lembro que eu mandei carta para o reitor, fui, procurei o vereador na câmara dos vereadores. Cheguei, tentei montar uma comissão lá na faculdade, não consegui. Sabe, era uma coisa que não tinha Centro Acadêmico, não tinha nada, não tinha a quem você recorresse. Fiz uma carta para o reitor, não houve resposta. Busquei esse vereador, o vereador fez uma carta para a tesouraria, para a tesouraria flexibilizar a dívida, mas não era isso que eu queria. Eu falei “não é essa flexibilização dessas duas dívidas que eu tenho que chegava a R\$1500 reais. Eu tenho que pensar como que eu vou fazer daqui em diante, porque a situação financeira apertou”. E isso ocasionou minha desistência. E aí eu não consegui voltar mais. Eu falava “eu vou voltar ano que vem, eu vou voltar”, mas como eu estava no serviço público, trabalhando e ganhando e nessa estabilidade, a gente se estaciona. Falam que servidor público, ele se acaba de estacionando um pouco.

Elza nunca desistiu de voltar a estudar, mas seu sentimento de menos-valia pela evasão da graduação é expresso em sua fala. Teve também que lidar com o ciúmes do

companheiro que a “segurava” em casa, o que era contraditório ao prazer por estar casada, ter uma casa e um companheiro:

Eu falava “ai caramba, talvez seja isso que tenha acontecido comigo, né”. Eu estacionei e aí não consegui mais retornar para a faculdade. Fui retornar agora, há três anos atrás, quando eu resolvi fazer o primeiro ENEM, depois que eu separei. Porque nessa época que, dois anos depois que eu cancelei a faculdade, eu falei “Bom, já que eu parei a faculdade mesmo, eu vou continuar trabalhando normalmente, e vou organizar minha vida, para ver como que eu vou fazer com isso”. Porque eu ficava com aquela frustração. Você parar uma graduação é muito frustrante. Você leva para a vida inteira. É incompleto o superior, né, não fui, parei na metade do caminho. Não tinha capacidade, não consegui. Você fica com isso na cabeça. E aí, dois anos depois eu me hormonizei no máximo, depois que casei. E aí durante o nosso casamento eu tentava voltar. Que eu falei “ah, que gostoso, né, parece que agora minha vida está gostosa, eu consegui realizar um sonho, já estou morando junto”, três meses de namoro a gente já estava morando junto. E aí eu conversava com ele, e eu estava extremamente apaixonada, e eu falava “eu trabalho, você também trabalha”, eu juntava o meu dinheiro com o dele, fazia um monte de planos. Cheguei a comprar um terreno, construir uma casa. E aí eu falava assim “só está faltando uma coisa para mim, para ficar completo”, que era os estudos. Falava “preciso dar um jeitinho”. Aí conversei com ele, falei “viu, então, estou pensando em voltar a fazer faculdade, eu fiz dois anos lá na [...] de Enfermagem”, ele virou para mim e falou assim “ou eu a faculdade”. Aquilo para mim foi um choque violento. Porque era o momento que dava. Eu falei “mas caramba, como assim ou eu ou a faculdade?”. Daí ele me contou uma história aquele que namorou uma pessoa, que a pessoa pegou o dinheiro dele e investiu tudo na faculdade e depois deu um pé na bunda dele, ele era apaixonado por essa pessoa

Após o termino de seu relacionamento afetivo, com dificuldade Elza conseguiu concluir o curso técnico:

Voltei para a casa da minha mãe e falei “ah, vou estudar”. Voltei para o técnico de novo, como tinha dinheiro da venda da casa, paguei o curso à vista, fiz o técnico, concluí, fiz o estágio, consegui fazer tudo. O outro tinha abandonado, porque a pressão era tão grande, né, chegou na época do estágio eu não aguentei fazer. E aí briga atrás de briga, e aquele cara, eu não sei o que que ele tinha. E na época eu achava bonitinho, “ai que bonitinho, me ama como ninguém”, né. Mas depois eu vi que não era isso, tinha alguma coisa de errado ali, e eu ficava dando confiança. E aí o erro foi dos dois. Voltei, falei “não, agora eu vou estudar”. Fiz o técnico, terminei.

Com o curso técnico terminado, Elza, investe na graduação, consegue entrar no curso de graduação em Enfermagem, mas por incompatibilidade de horários com a vida noturna que levava, desiste novamente:

(...) Ah, fiquei um ano estudando para passar no ENEM. Comecei a pegar nos módulos que eu tinha do Anglo em casa e estudar. Um colega me deu os

livros, eu comecei a estudar por conta própria. Comprei um notebook, nunca tinha tido um notebook. Surgiu o dinheiro ali, falei “agora vou investir nessas coisas”. Comprei o computador e comecei a estudar, com vídeo-aula, e fiz inscrição para o ENEM e passei no primeiro ENEM. Passei, consegui bolsa, PROUNI, para fazer Enfermagem lá na [universidade particular], só que entrei no período da manhã e eu saía muito à noite, estava solteira, não tinha casamento mais, com a cabeça a mil, uma frustração sem fim. Parece que agora isso já está acabando, agora depois de cinco anos, hein, de separado. E aí, saía, comecei a sair à noite, sair para a gandaia mesmo, sair à noite e fazia faculdade de manhã. Não aguentei, desisti novamente, com três meses.

Com essa desistência, Elza resolve continuar no próximo semestre, só que mudando para o curso de pedagogia em EAD na mesma universidade. Desiste novamente e no outro ano realiza o ENEM e consegue ter acesso ao curso de pedagogia presencial em uma universidade federal. Os motivos de sua última desistência não ficam claros em sua narrativa:

No semestre seguinte, fiz de novo a inscrição no PROUNI.

Fausto: Fez o ENEM novamente?

Elza: Não, o mesmo ENEM. Fiz o PROUNI e comecei a fazer o EAD, só que aí falei “bom, a Enfermagem eu não vou fazer mais, cansei, já me irritei”, já tinha saído do hospital, já tinha pedido exoneração. “Vou fazer uma coisa diferente”, e minhas irmãs estavam fazendo Pedagogia, elas já estavam cursando Pedagogia, já estavam no segundo ano (...). Aí me deparo com EAD. Falei, gente é isso mesmo, estou adorando mexer em computador e fiz, fiz dois anos. Concluí os dois anos, já estava quase terminando o curso, você acredita? Quando resolvi prestar o ENEM novamente, passei com uma nota maior. Aí, sempre tive vontade de entrar em uma faculdade federal. Sempre questioneei o porquê que não existiam mais faculdades. Eu falei “ué, mas por que existe tão poucas universidades públicas no Brasil?”.

Quando questionada sobre outras dificuldades pelas quais ela passou ou passa, principalmente por estar estudando e ser uma mulher trans dentro de uma universidade, e se deve haver investimentos públicos específicos para esse grupo, Elza é categórica:

Elza: Ser Negra, a negritude, a transexualidade, a pobreza, porque se você já nasce negra transexual em uma família pobre, a coisa já muda de figura. Tudo isso conspira para que a sociedade automaticamente já coloque você à margem da margem, entendeu? Não vai dar, não vai dar emprego. Não vai dar. Você veja bem, tem 20 vagas ali, tem uma vaga, vamos por assim, aparece uma moça branca e não trans, ah, não vão dar para a transexual negra, não vão (...) Pus a questão racial, a pobreza e a questão da transexualidade. Agora, se você desvincular isso e pegar uma transexual branca, de uma família de classe média, a dinâmica da aceitação social, é a pergunta que você fez? É isso?

Fausto: Eu perguntei se você acha que deve ter investimentos públicos para a população trans?

Elza: Ah, tá. Então é isso, é dentro dessa ideia que eu estou falando. A dinâmica vai ser diferente, não é? Vai ser diferente. Então não dá para desvincular essas questões aí e ter um olhar simplista, eu não sei se é essa a palavra, ou reducionista, no sentido de olhar só o que tem que colocar essas questões aí, tem que ver se é preta, se é pobre, de onde veio, para ver como que é. Porque tudo muda, tudo contribui, é uma somatória de fatores que vai determinar o desenvolvimento social pleno adequado ou não. Eu penso assim.

Elza em sua fala coloca em pauta uma questão relevante que vem sendo discutido e questionado dentro do transfeminismo³¹ ou feminismo transgênero, acerca da discriminação interseccional. Jesus (2015) identifica a fundamentação do transfeminismo no processo de consciência política e de resistência das pessoas trans, que se baseia teoricamente no feminismo negro, particularmente no que dizer respeito aos conceitos de “(...) interseccionalidade de opressões, de não-hierarquia de opressões, de denúncia de vinculação de gênero a modelos supraracistas de quem seja homens ou mulheres.” (JESUS, 2015, p. 20).

Para Amana Rocha Mattos e Maria Luiza Rovaris Cidade (2016), o transfeminismo sustenta a necessidade de ressignificar e reelaborar do feminismo uma de suas marcas fundamentais: a necessidade de refletir a condição da opressão estrutural de gênero em interseccionalidade com outros marcadores políticos, tais como classe, raça, orientação sexual, regionalidade, entre outros.

Essa articulação se dá desde uma perspectiva desnaturalizante e não essencialista, em que marcadores estão em constante processo de (re) construção e disputa nos cenários social e político. A interseccionalidade permite a problematização de categorias naturalizadas e a discussão de privilégios e silenciamentos que estão presentes no conhecimento científico, bem como nas práticas feministas. (MATTOS e CIDADE, 2016, p. 145).

Baby, estudante de Turismo em uma Universidade Federal, trabalhou e continua trabalhando para se manter. Conseguiu ter acesso à universidade pelo ENEM, principalmente por ter sido bem colocada na redação:

³¹ Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2015) o transfeminismo que vem sendo proliferado pela internet em vários sites e redes sociais (...) pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psico-social) ao sexo (como biologia, condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conforme à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgêneros; mulheres cisgênero histeroatomizados e /ou “emaculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos atribuídos, entre outras pessoas. (JESUS, 2015, p. 19).

Fausto: O que te motivou a fazer esse curso?

Baby: Foi o SISU. A questão dos pontos (risos). Os pontos que eu consegui no ENEM, porque eu fui muito mal eu não me preparei o suficiente para fazer a prova bem. Eu detesto meritocracia no sistema de ensino, acho uma bosta. A questão da forma que é cobrado para que você consiga entrar, eu acho muito mecanizado. É muito complicado para um ser humano conseguir fazer, conseguir entrar, ingressar em um curso que a pessoa realmente goste. Mas como o tema da redação do ENEM foi “A persistência da violência contra a mulher no Brasil”, e eu já tinha muito contato com o feminismo, transativismo, então eu soube o que falar. Eu falei sobre transexualidade no meu texto, falei sobre políticas públicas que são ineficazes, sobre cultura do estupro, sobre sentenças judiciais que são tendenciosas quando as mulheres são negras ou pobres ou transexuais e outros inúmeros fatores. Eu falei, consegui tirar 800 na redação e foi o que me deixou assim até bem colocada, eu tentei fazer Ciências Sociais na USP Leste e Turismo no Instituto Federal. Só que Ciências Sociais acho que tinha seis vagas, Turismo tinha 20. Eu não estava em uma colocação muito lá, não lembro em qual colocação que eu estava. Eu falei “eu vou colocar Turismo na primeira chamada porque é a única que vai ter as chamadas consecutivas”.

O medo do preconceito e os trabalhos precários que pessoas trans acabam sendo levadas a exercer dificultaram a decisão de Baby de voltar aos estudos.

Fausto: O que dificultou o seu acesso à universidade?

Baby: Acho que a questão mesmo do meu medo de enfrentar o preconceito, acho que a questão da ansiedade é um problema muito grande. De sofrer por antecipação, de ter medo do que pode acontecer sem isso ter acontecido ainda. Também a questão de que agora eu não tenho essa noção do que vai acontecer, são vários fatores. Trabalhar tem que se manter no emprego, se dedicar para conseguir passar.

Fausto: Entendi. Acha que preconceito prejudicou? Questões financeiras, dificuldade de acesso.

Baby: Dificuldade de acesso, preconceito, mas eu sinto mais em questão, na questão do acesso ao mercado de trabalho, que é muito complicado, é muito fechado. Extremamente fechado. Eu trabalhei com telemarketing por oito meses, saí, recebi o seguro, fiz diversas entrevistas para outras empresas de telemarketing, com a minha dicção simpática até, comparada como ótima comparada com de outros candidatos. Com a questão da documentação, quando eles tinham acesso, eu era barrada. Nunca passava. Em várias. Aí tive que descer mais ainda, trabalhei no [cinema x] quatro meses, e depois consegui esse emprego numa loja de cosméticos.

Fausto: Trabalho em que no cinema?

Baby: Trabalhei na bilheteria do [cinema x], lá como atendimento ao cliente. [Cinema x] foi um serviço, assim, pesado. Eu acredito assim, se a empresa não tem capacidade de entender o que acontece, de respeitar a situação das pessoas, ela não devia nem contratar. Eu penso assim, ou ter um mínimo de profissionalismo mesmo, porque é um pouco pesado. Mas eu fiquei muito tempo procurando sem conseguir, e quando eu consegui me estabilizar financeiramente, foi quando eu consegui pensar em voltar a estudar. Antes disso eu não teria como, porque eu não tinha como morar com os meus pais.

Como já foi discutido anteriormente, os trabalhos precários já fazem parte das existências de quase a totalidade das pessoas trans. Lincoln de Oliveira Rondas e Lucília Regina de Souza Machado (2015) ao analisarem as condições sociais que envolvem a inserção profissional de travestis no mundo do trabalho, mostram que a maioria delas desempenha ocupações consideradas “femininas” pela sociedade. A discriminação no mercado de trabalho formal em relação à Baby aparece de forma contundente, na sua fala descrita acima.

Suas chances de conseguirem emprego junto a empresas que priorizam o contato com o público são menores exceto no caso de empresas de *telemarketing* em que o contato não é visual. A história de vida das travestis é cheia de episódios de rejeição, o que gera obstáculos muitas vezes intransponíveis. Ainda é minoria entre as entrevistadas aquelas que, apesar dos obstáculos, procuram crescimento pessoal e profissional, conhecendo e exigindo seus direitos, e enfrentando as fortes reações da sociedade. (RONDAS e MACHADO, 2015, p.204).

Baby também alega, que mesmo sendo difícil e moroso todo processo de reconhecimento do nome social, sua utilização também foi um passo importante para se manter inserida no curso técnico e depois na universidade.

Fausto: Como você vê a situação em relação ao nome social?

Baby: Nome social? Eu acho que nome social é uma medida paliativa que é importante, no caso, na situação atual, que não existem leis de identidade de gênero, então o processo de retificação civil é muito complexo e você fica sempre à mercê do juiz, porque se você pegar um juiz ruim, você não vai conseguir. Se pegar um juiz bom, um juiz mais ou menos (...). Eu já usei, foi o que garantiu a minha permanência porque se eu não tivesse, eu não teria ficado, não teria terminado o técnico que eu fiz, mas não existe lei, inclusive para o nome social. Se você não tem, na ponta da língua, todas as leis que te garantem esse direito na questão, em âmbito público porque em âmbito privado ninguém te garante, você não consegue. Porque quando eu solicitei, eu tive que fazer, eu fui esperta de fazer uma carta de próprio punho, de levar as leis, decreto de lei, tudo que garantia esse direito para mim. A resolução, depois que foi emitida a resolução, em janeiro de 2015, para garantir que eles mantivessem o nome, e fica a critério do profissional que vai cadastrar, se vai fazer, se vai colocar um nome do lado do outro, se vai colocar dois nomes, se vai colocar um nome só, se vai permitir ou não. É tudo muito complicado. Como, geralmente, pessoas trans estão em situação de vulnerabilidade social, ninguém vai ter condições de entrar com uma ação, ou de ter respaldo jurídico, de saber o que vai ter que apresentar. É muito complexo. Eu acho que a lei de gênero facilitaria mesmo a questão, para facilitar a mudança logo, para as pessoas não terem que passar por isso.

O Projeto de Lei de identidade de Gênero, proposto pelo Deputado Jean Wyllys e a Deputada Érika Kokay (PL 5002/2013), citado por Baby, tem como base oferecer direitos legais e sociais que beneficiem a população travesti e transexual em relação a questões que incluem a legalização da identidade de gênero com base na identificação pessoal, o reconhecimento do nome social, o acesso a medicamento no processo de transição corporal, a hormonização e a cirurgia de transgenitalização, dentre outras questões.

Leis como as que são propostas pelo PL mencionado são extremamente importantes para que as pessoas trans sejam minimamente respeitadas enquanto inseridas numa sociedade democrática de direito. Nota-se o quão é relevante o reconhecimento do nome social na constituição e concretização de suas existências. Mesmo já existindo um decreto que possibilita o uso do nome social no ENEM, Baby relata que esse isso é insuficiente, correspondendo a uma humilhação:

Baby: As situações que eu tive de desconforto logo quando eu entrei, para você ver como existe uma hipocrisia, vieram da parte de homens gays cis. Um colega da minha sala, depois que ele tem um caso de esquizofrenia e tratar, mas no primeiro dia de aula, teve uma palestra, no primeiro dia de aula eu entrei em uma sala errada, me apresentei na sala errada depois voltei para a minha sala, e no metrô, depois que a maioria dos meus amigos desceram, ele me perguntou “você é mulher? Não sei, porque eu ouvi sua voz, eu olhei seu nariz...”, eu falei “sim, eu sou mulher”, ele falou “ah tá”. Ele e um...como eu tive um problema com a lista, que a primeira lista que eles emitiram foi uma lista errada, uma lista sem meu nome certo, porque eles puxaram os dados do SISU e no SISU não estava com meu documento retificado ainda...

Fausto: Você não pediu retificação de nome?

Baby: O que, no SISU?

Fausto: No ENEM? Na prova?

Baby: No ENEM? Ah não, o nome social no ENEM é outra ilusão, amigo. Eles colocam o seu nome social e o seu nome de registro em baixo, e você tem que assinar com o seu nome de registro, e na hora vai ser nome de registro. Não tem... não tem essa de nome social...

Fausto: Como?

Baby: A única coisa que muda é que você não vai ficar em uma sala com homens com o seu nome de registro, você vai ficar em uma sala com mulheres com o seu nome social, no caso.

Fausto: Só isso?

Baby: Só isso.

Fausto: Ah, eu não sabia que era assim.

Baby: Não, é assim. É uma piada o nome social do ENEM. Fora a burocracia que é para você conseguir pedir.

Fausto: É, eu sei, isso eu sei. Mas eu não sabia que para mim já com seu nome na prova, Baby.

Baby: Nunca! Não, não é assim. Aí, quando saiu essa lista, o primeiro professor que puxou essa lista, homossexual, aqueles gays homofóbicos. Eu acho que a transfobia dentro do meio homossexual é muito grande. Demais, demais. Eu não entendo por que. Não consigo entender, mas é muito grande. Então, aí eu tive um ataque de raiva “ai, fala seu nome. Seu nome não está

na lista. Tem que ir na secretaria”. E eu fiquei muito nervosa, porque eu tinha acabado de entrar, tinha conhecido os meus amigos, não queria passar por isso. Porque eu já tinha retificado a documentação, foi um erro muito grande da secretaria. Até cogitei processar, mas a minha coordenadora do curso foi extremamente solícita. E aí eu fui, reclamei. Vazaram duas listas com o nome errado. E aí eu fui, eles retificaram, porque eu falei, conversei inclusive com o diretor, falei que eles não tinham justificativa porque eu já tinha apresentado documentação retificada no momento da matrícula, eles não tinham justificativa de ter puxado lista do SISU, nem de nada, porque se era um protocolo. Existe uma cláusula nos documentos para você entregar na matrícula que era a seguinte, em caso de mudança de nome, apresentar a certidão de nascimento atualizada ou a sentença judicial. E eu apresentei os dois. Eu apresentei a sentença judicial, a certidão de nascimento, o protocolo do meu RG que não tinha sido emitido ainda, mas eu tinha um número e o protocolo de solicitação, porque ia sair, eu acho que, dias depois. Meu CPF, tudo atualizado eu apresentei, eles...

Cazuza trabalhou e militou durante algum tempo e conseguiu ter acesso à licenciatura em Química em uma Universidade Federal por poder usar o seu nome social na prova do ENEM. Posteriormente, se manteve por conta de bolsas destinadas ao auxílio universitário e trabalhos paralelos:

Agora eu entrei na universidade por que, a gente conseguiu no ano passado aprovar uma resolução para garantir o uso nome social na universidade inteira da Universidade Federal, e aí foi possível, eu consegui fazer a prova do ENEM, usando o meu nome social, porque senão eu não teria feito, e consegui. Hoje em dia, eu não tenho nenhum constrangimento e não preciso explicar, porque dentro da burocracia, dos papéis de documentos dentro da universidade, todos tem o meu nome social. (...) a questão financeira também, eu fiz um estratégia, eu estava trabalhando, de 44 horas semanais no Hospital das Clínicas, e aí pensei, vou colocar num curso a noite, que poderei fazer a transição melhor, do trabalho para o estudo. Eu saía do trabalho e ia para a aula, na aula eu consegui um estágio e obter uma bolsa, como eu tenho uma amizade, de construções políticas juntas com vários professores de lá, consegui a bolsa de estágio e poderei sair do trabalho e me dedicar só aos estudos, e é isso que estou fazendo hoje em dia. Tenho isenção no R.U. [restaurante universitário], só que isenção é da PROACE – Pró Reitoria de Assuntos Estudantis, alguns alunos em situação de vulnerabilidade financeira, ou que são do interior precisam. Eu fui, tentei e consegui, e a bolsa de estágio, foi dada pelos professores que são meus amigos e orientadores. A bolsa é no valor de R\$380, 00.

Outra dificuldade localizada na vida de Cazuza está na ausência de acesso a “bolsa moradia”: por ser nascido na Capital, esse tipo de auxílio só é ofertado para pessoas que migram do interior. Ressalta que devido à baixa remuneração oferecida pela instituição, e não possuindo outro tipo de ajuda familiar, busca no mercado sexual uma alternativa financeira para se manter.

Fausto: Você não teria acesso a moradinho estudantil?

Cazuza: (...) eu também não queria morar numa moradia estudantil, é um apartamento com 8 pessoas morando, você divide quarto e eu queria ter privacidade, e assim prefiro pagar o meu aluguel. Saí dessa casa que estava morando porque tive problema com os vizinhos e agora estou nessa outra casa, as pessoas são super legais, queridas, são todxs LGBT, só que a galera é “banda voou”, deixam a casa aberta, não jogam lixo fora, louça suja o tempo todo, estou querendo mudar para um kitnet, e é por isso que estou agora querendo desenvolver uma nova atividade funcional que é a prostituição, que eu vou poder ter mais grana para pagar meu aluguel inteiro e minhas contas, ter mais privacidade e poder fazer as coisas de uma forma legal, da maneira que gosto, de organização em casa. Também estou esperando o resultado do edital da bolsa de assistência estudantil, porque a bolsa que eu tenho é de estágio, além de não ter certeza que vou continuar com essa bolsa, pois pode dar uma “doída” na minha orientadora e ela me cortar, além de eu ter medo disso. (...) Se eu conseguir a bolsa da assistência estudantil, já vai dar para eu pagar com meu dinheiro, aí eu teria as duas bolsas de R\$ 380,00 cada uma, mas não tenho certeza ainda. É um dinheiro que consigo pagar meu aluguel e minhas contas sem precisar me prostituir, mas esse resultado só vai sair dia 30 desse mês, eu não tenho certeza que vou conseguir, é um recurso muito limitado, a gente sabe que a universidade não tem dinheiro para pagar bolsa para todo mundo que precisa, então tenho medo de não conseguir. (...) Fiz um programa no mês passado, fiz um anúncio num site da internet, apareceu três caras e acabei saindo com um, eu cobrando R\$100, 00, o cara tem que pagar também o motel e saí mais caro, por isso até se eu morar só, numa kitnet, é mais econômico e aparece mais clientes, é isso, estou nesse processo e espero que dê certo.

Bethânia, estudante de Artes Cênicas em uma universidade confessional, trabalha como profissional do sexo e tem o auxílio de uma bolsa integral oferecida pela reitoria da universidade:

Quando eu terminei o segundo grau, eu ganhei uma bolsa [em uma universidade privada] pra fazer educação física, só que eu iria pagar 200 reais e não sei quanto de mensalidade, e disso eu briguei com o meu pai, por causa disso, ele não tinha com me ajudar na época, tinha que fazer essa matrícula, tinha que ser rápido senão eu iria perder, eu achei descaso da parte dele, então a gente brigou. (...) Quando saiu o resultado [da universidade que está cursando agora] eu quase perdi o dia da matrícula, porque não tinha como pagar dois mil e pouco para fazer a matrícula e tive que conseguir chegar até a vice reitor e ele me isentou da matrícula. Depois foi um problema na minha cidade para eu pegar o meu certificado, porque não está pronto até hoje o meu certificado de conclusão do Ensino Médio, e para pegar a declaração que eu tinha concluído precisava da assinatura da secretária que estava de férias e só voltava em janeiro [risos] e graças a deus que a diretora era minha amiga, amiga da minha família há muito tempo e tipo um trambiquezinho, alguém pegou a declaração, foram lá na casa dela para ela assinar e trazer pra mim de novo, eu fui tipo, 1 hora da tarde e falaram pra eu voltar as 5 horas que iriam tentar resolver, ou seja, cada processo que eu tive aqui na Universidade parecia que não ia, e foi,

foi. Mas pelo menos depois de começaram as aulas eu não tive nenhum contratempo.

Fausto: Você tem bolsa?

Bethânia: Eu ganhei uma bolsa de 100%, integral, filantrópica aqui da Universidade.

Fausto: Então, não conseguiu entrar pelo Prouni? Não vai pagar a Universidade?

Bethânia: Não, não, eu ganhei bolsa mesmo porque eu não fiz nem o ENEM, eu só fiz o vestibular dessa universidade, nem outra faculdade, ou era essa ou não era nenhuma! E sinceramente pelo pouco tempo de estudo que eu fiz no preparatório, eu fiz a prova sem pretensão nenhuma de passar, só fiz para eu saber com eu tava, eu achava que eu teria que estudar esse ano todo para enfim, entrar em algum curso. E me surpreendi, porque eu tirei a nota maior de todas as meninas do preparatório!

Cássia, estudante de Jornalismo em uma universidade privada, só conseguiu o certificado de conclusão do ensino médio após ser avaliada no ENEM. Permanece na universidade ajudada por bolsa de auxílio universitário (que a isenta de pagar mensalidade) e trabalhos paralelos que envolvem desde o mercado sexual até “bicos” como atriz.

Nós temos uma professora trans na universidade, que dá aula de direito, ela é advogada, inclusive foi ela que conseguiu as bolsas do Prepara Nem, foi onde eu acessei a universidade, através do Prepara Nem. O que ela me contou foi o seguinte, ela numa conversa comigo, sabendo a minha vontade muito grande de fazer faculdade de jornalismo, mas impossibilitada pelas questões financeiras e por falta do certificado (de conclusão do EM), foi na faculdade pedir um bolsa pra mim, aí conversando com a faculdade perguntaram que eu era e como que funcionava (no caso o cursinho), nisso o Prepara já estava funcionando como cursinho, então eles conseguiram 5 bolsas, uma dessas bolsas entrou eu, entrou [amiga], que também é do Prepara, que esta fazendo publicidade a noite.

Fausto: Você conseguiu o certificado junto com o ENEM?

Cássia: Sim, junto com o ENEM em 2015, quando eu me inscrevi no ENEM eu marquei a opção de valer como certificado do ensino médio.

Já Gal é estudante de Serviço Social em uma universidade confessional e faz estágio em um órgão governamental, estágio este também obtido, conforme exposto anteriormente, por meio de políticas de inclusão para o segmento trans. Tem auxílio de uma bolsa integral oferecida pela reitoria da universidade e sobrevive por seus ganhos como estagiária:

Eu acho que tem todo um processo até você chegar à faculdade, até uma pessoa trans chegar à faculdade ela já passou por diversas etapas dentro da educação que tirou totalmente a vontade delas de querer continuar estudando, e ate mesmo impediu ela chegar a uma faculdade por ela no conseguiu concluir o ensino anterior. (...) Tem diversas coisas para pensar, uma pessoa trans que conclui o ensino médio ela começa a pensar na faculdade, porque antes disso, a gente tem sonho de querer aprender

alguma coisa, a gente tem vontade, mas a gente sabe os problemas que podem acontecer por a gente estar dentro desse ambiente.

Para Almeida (2010), o simples acesso à universidade, sem qualquer política que vise à permanência, é insuficiente, pois:

Você consegue a bolsa, mas depois fica jogado – dificuldades de transporte, apostilas, Xerox, livros, cursos, alimentação. Se você consegue uma bolsa integral, está implícito que é de renda baixa. A pessoa tem que trabalhar para se manter e não tem a vivência ampla da universidade, ter tempo para estudar, se ambientar no meio acadêmico. Trabalhando e estudando não atende a demanda de desenvolvimento do aluno e, no caso, ele só consegue um certificado de conclusão de curso. (ALMEIDA, 2010, p. 8).

São frequentemente narrados pelas/o minhas/meus interlocutoras/r o medo que na universidade se reproduzam os mesmos preconceitos e exclusões que sentiram na escola e a necessidade de sobrevivência dentro de um universo que ainda não as/o compreende, além do sentimento de isolamento no contexto universitário frente à transexualidade. Quando indago se há outras pessoas trans no meio acadêmico, seja de alunas/os, funcionárias/os ou docentes, elas/eles dizem

Bethânia: Funcionários não, mas eu conheço as algumas alunas, a Gal, a [outra amiga], foi até ela que acostumou a presença de todo mundo aqui, com a presença de uma trans.

Fausto: Homens trans?

Bethânia: Não. Se tiver algum, está escondido.

Fausto: Você ainda se sente um sentimento de exclusão das populações trans dentro do contexto universitário?

Gal: Funcionários eu não vi ainda, olha eu to vendo que tem mais pessoa trans o que eu imaginava aqui dentro, a Bethânia, a [amiga], tem mais duas meninas que eu conheci numa festa que eu fui aqui na faculdade e vi também que tem uma menino trans.(...) Somos minorias, somos 6 pessoas trans dentro de uma faculdade, olha quantas pessoas tem aqui. A gente é bem excluída ainda, por conta de tudo o que eu já falei sobre educação, mas eu acho que agora pelo menos a gente está chegando e prefiro ver com bons olhos, tentar ver com esperança que as pessoas trans agora estão entrando na faculdade, que é um passo adiante.

Cássia: Lá dentro da faculdade eu descobri que tem mais dois homens trans, o [amigo] que é da noite, veio até no Prepara para saber questões sobre o nome social e [amigo] que é um menino do terceiro período que também veio me pedir ajuda em relação ao nome social. (...) a gente vê pela minoria (trans) ainda dentro das universidades.

Elza: Na [universidade particular] eu não percebi. Talvez eu não tenha percebido, porque, talvez até existam lá, mas invisibilizadas pela heteropadronização você entendeu? Não sei se esse termo existe, no sentido de que é tão feminina que você não perceba que a trans esteja ali estudando,

e também não queira falar sobre o assunto, e não queria militar em prol de nada. Eu sei que tem isso, viu. Ah, sim. Tinha a Malu. A Malu era uma transexual branca, de um bairro de classe, acho que média-baixa.

Após recordar dessa transexual que exercia certa passabilidade por ser muito feminina, Elza descreve uma situação de transfobia exercida por uma professora durante uma aula de anatomia na universidade no curso de enfermagem:

(...) Eu conheci essa pessoa, a Malu, que eu fiquei fascinada, porque era uma moça muito linda, muito bonita, educada. Era uma mulher perfeita, assim. Se não me contasse que era transexual, eu não ia nem perceber, porque não tinha trejeitos exagerados, não tinha nada, assim, que indicasse que ela era trans mesmo. Trabalhava em um hospital particular, numa cidade vizinha, tempos depois, começou a fazer faculdade... acho que na mesma época. Ela se formou, acho que é enfermeira já. Alias, ela é enfermeira, né (...). E aí uma professora de Anatomia para mim, chegou na faculdade e falou assim “você conhece a Malu?”, eu fiquei tentando lembrar, falei “Malu...”, “é, Malu”. Daí o olhar dela, eu percebi que ela deixou transparecer que a Malu era uma pessoa diferente, que tinha a ver comigo. Eu falei “ah, sei quem é”, daí “ah, então”, eu falei “é uma pessoa maravilhosa”, mas ela não falou mais nada, essa professora. Ela falou “ah, então, muito boa aluna”. Eu acho que ela estava impressionada com a Malu, porque eu lembro que na aula essa professora tinha uma postura meio estranha, porque quando nós fomos na aula inicial de laboratório de Anatomia, eu lembro de que quando ela estava falando das peças anatômicas, surgiu uma pergunta lá “como que eu posso doar meu corpo após morte para servir, para ir para a faculdade, para ser estudado?”, “ai, você tem atender um série de critérios”, eu falei “nossa, não é assim”. Eu achava que qualquer pessoa que morresse, né, indigente ou que fizesse um documento em vida se disponibilizando pudesse. Ela falou “não, você não pode ter tatuagem, você não pode ter isso, não pode ter silicone, não pode ter... porque nem para peça anatômica você servirá”.

Por outro lado, nota-se que esse contexto social está passando por alterações, ou seja, o acesso de pessoas trans no ambiente universitário têm aumentado. Na pesquisa realizada na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo de 2006 essa ausência se mostrava ainda mais incisiva:

Quase metade (47%) possui curso superior ou mais e parcela idêntica (47%) possui ensino médio, sendo que destes 36% tinham concluído o ensino médio. Somente 7% possuem até ensino fundamental. A escolaridade varia entre os “segmentos”, sendo que entre mulheres bissexuais não se encontrou entrevistadas na categoria “até ensino fundamental” e entre trans esse percentual foi de 25%. Já com relação à categoria “superior completo ou mais” nota-se um contraste ente homens homossexuais (30%), mulheres homossexuais e homens e mulheres heterossexuais (21% cada), bissexuais (18%) e trans (10%). Com relação a esta última categoria, vale a pena observar que entre homens e mulheres bissexuais a variação com relação a outros segmentos provavelmente se deve à maior presença de adolescentes e

jovens em idade escolar. No entanto, com relação às trans, como já foi apontado em outras pesquisas, as diferenças com relação aos níveis de escolaridade provavelmente se devem a dificuldades em se manter no ambiente escolar. (FACCHINI *et al.*, 2007, p. 24-25).

Os programas governamentais de acesso e cursinho preparatórios específicos, aliados à aceitação, aplicação e legalização do uso do nome social para pessoas trans dentro do país tem proporcionado o acesso à universidade e a possibilidade de mudanças sociais na vida das/do participante/s dessa dissertação:

Bethânia: Aqui, eu fui muito bem aceita, não tive nenhum tipo de recusa, ninguém meio que se “embarrrou” [acho que ela quis dizer, impôs barreiras] em aceitar o meu nome. Eu me impus e pronto, disse quero ser tratada como Bethânia e pronto, foi o que aconteceu! Achei até engraçado, no começo, mal começou as aulas e os professores já sabiam quem eu era ainda não conheciam direito ninguém, mas sabiam que eu era a Bethânia (...) os professores ficavam meio assim, perguntavam os nomes das pessoas, mas me tratavam diretamente, já sabendo que eu era.

Fausto: Você acha que eles (as) te tratam diferente? Que você era “meio” protegida?

Bethânia: Não, não. Eu sinto o mesmo tratamento, não vejo nada de diferente.

Gal: Eu vejo que por eles ligarem a aparência feminina, a um nome feminino eles aceitam bem isso, apesar de que em outros ambientes já terem acontecido isso, eu acho que se algumas pessoas como é o meu nome de registro eles não me chamariam mais pelo nome social. Se ninguém os obrigasse a isso, se eles não se sentissem tão pressionados a me chamar pelo nome social eles não me chamariam.

Por outro lado, há problemas, como os relatados por Cássia e Cazuzza em relação à legalização de seus nomes, que envolvem processos burocráticos, morosos, gerando situações constrangedoras:

Cássia: Foi tranquilo, mas eu não vou dizer que foi simples, demorou muito, eu acho que pra resolver poderia ter sido muito mais simples, eles demoram dois meses, avaliando mais questões jurídicas do que o sistema em si, ficam vendo a possibilidade, e hoje esta relativamente tranquilo, só tenho que ver com eles porque eles não mudaram o sistema do professor. Alguns que não entenderam a situação eles não fazer a conexão que o fulano de tal é a Cássia, então tem matéria que eu não estou com a nota lançada, que estou com muitas faltas, porque eles estão lançando como uma pessoa que não está indo, entendeu. Isso eu tenho que resolver com o sistema do professor.

Cazuzza: A burocracia na universidade é muito complexa, é uma chatice, todas as universidades devem ser assim, e na U. Federal [...] não é diferente. Tem muitos lugares que a gente consegue usar, porque só depende do SIGA, que é o site/software que tem as informações dos estudantes, a gente acessa para saber a nota, os professores acessar para colocar a nota, etc.

No SIGA a gente tem o nosso nome social lá dentro, quando os professores vão imprimir a ata de presença, o nome social está na lista também. Porém tem coisas que o nome social não está, tipo, no R.U. a gente tem três catracas que tem um sensor de biometria, e quando lê sua digital aparece seu nome no display, o meu ele está como Cazuza, porque, quando eu fiz o meu cadastro no R.U. eu já tinha direito ao nome social, mas tem outras pessoas trans que não atualizaram isso, que já estavam na universidade antes do nome social, e fizeram o cadastro com o nome civil, a pessoa está até hoje e tenta mudar e não consegue. Temos justamente que fazer que a diretoria tenha uma estrutura para fazer esse diálogo, tipo, vamos fazer uma reunião com a chefe do R.U. para poder atualizar, e em outros planos também, não sei como é na biblioteca, nunca fiz o cadastro lá. (...) Também no cartão do ônibus, está com meu nome social.

Nara acredita que, por ter transicionado após a graduação, não passou por constrangimentos como os descritos:

Esses meus outros amigos são pessoas que transicionaram muito mais cedo do que eu e passaram por muito mais perrengue do que eu, as vezes porque transicionaram em locais menos abertos, menos dispostos a lidar com essa diferença e aprender a lidar com essa diferença. Esse amigo homem trans, por exemplo, eu lembro quando ele pediu o nome social e foi lido na lista de chamada o professor quando leu o nome viu que era ele riu, foi na filosofia na [universidade estadual do estado de São Paulo], é um aluno frágil, essa é a questão, eu sou uma pessoa forte, não fisicamente, mas eu tenho uma personalidade mais impositiva, tenho um jeito que afugenta, sei lá, não deixo as pessoas crescerem em cima de mim fácil, mas esse meu amigo definitivamente não, então ele sofreu perrengues e perrengues.

Mesmo não tenho problemas em relação à utilização dos seus nomes sociais, Nara e Elza declaram:

Nara: Para mim, havia essa pessoa trans aqui dentro de mim, ela ficou um ano para garantir o nome social na Universidade, embora havia um decreto há mais de três anos publicado, se não me engano na época, nunca nenhuma pessoas trans tinha requisitado o uso do nome social, ela foi a primeira e como ela foi a primeira a Universidade não estavam esperando, ahhh, quando aparecer a primeira a gente vê como a gente faz e não aparecia, então deixa para lá. Quando aparece todo mundo ficou, como a gente lida com isso e foi super difícil, mas quando eu fui pedir, em uma semana depois meu nome já estava na lista de chamada. Não fazia mais aulas, estou no doutorado e quando eu pedi meu nome social eu já tinha acabado as aulas, as disciplinas obrigatórias, então eu não tinha mais disciplinas, eu não tinha mais oportunidade para as pessoas dizerem meu nome em voz alta. Então a Universidade veio com um negocio engraçado, você assinava lá um termo que se responsabilizando por seus documentos oficiais que vão vir só com seu nome social, você se responsabiliza por fazer eles serem válidos e se recusarem o problema é seu. Mas a Universidade me deu essa possibilidade, então agora eu tenho um atestado de matricula com o nome de Nara, mas quem vai aceitar um atestado de matricula com o nome da Nara (risos), está lá meu R.G. e me CPF para garantir que sou eu, mas pode dar problemas

mesmo assim. Eu tive uma vez só ter que fazer uso disso e a secretaria municipal de educação aceitou, mas seu for fazer passe escolar na Cometa, eles vão aceitar? Tem toda a questão, é um pouco isso, quando você muda o nome social, você cria problemas extras. Resolve uns problemas e cria outros.

Elza: Eu não uso, mas assim eu acho maravilhoso, eu acho, assim. Eu acho, assim, que precisa essa política, ela precisa estar consolidada. Eu não uso agora, nesse momento não, mas se eu resolver querer usar amanhã? Você entendeu?

As resoluções do nome social contribuem para a promoção do acesso e permanência de pessoas trans, tanto na educação básica quanto na superior, ao garantir e respeitar sua expressão de gênero. Da mesma forma é fundamental o acesso seguro aos banheiros correspondentes ao seu gênero pessoal - evitando situações vexatórias, diminuindo assim circunstâncias mais vulneráveis.

Gal: Até hoje eu não tive problema não, mas banheiro sempre é um problema pra gente, eu fui participar de um debate, um professor da UFF me chamou para participar de um debate um dia desses e as pessoas estavam me perguntando sobre militância trans. Um cara me perguntou quais eram as nossas reivindicações dentro do movimento trans e como a gente estava falando de educação ele veio me perguntar se a gente não reivindicava “as pessoas trans na história porque não são ditas”, eu fui dizer para ele, quais eram as maiores reivindicações das pessoas trans hoje me dia, que é eu poder usar o banheiro sem nenhum constrangimento, sem saber que eu possa estar do banheiro e em alguma hora alguém pode chegar um segurança e me tirar de lá pelo braço. Falei, a gente ainda esta focado em coisas básicas, que você não sabem nem o que é isso, “ir ao banheiro pra vocês é uma coisa comum, pra mim ir no banheiro é sempre o coração batendo mais forte, pensando, alguém no banheiro não vai gostar de eu estar lá dentro. Eu soube de um caso de um menino trans que foi espancado por estar dentro do banheiro masculino, a gente vê essas coisas e vai pensando, eu posso estar com o meu namorado, a gente vai no shopping assistir um filme, ele vai no banheiro, eu vou no banheiro ele pode sair do banheiro e dar de cara comigo dois seguranças me tirano de dentro do banheiro e eu sendo xingada por mulheres lá de dentro. Então eu sempre imagino diversas coisas quando eu vou usar o banheiro e em algumas situações eu prefiro não usar o banheiro, mas aqui eu nunca tive problemas, eu sempre fico preparada. Eu só sinto segura no banheiro da minha casa, não é fácil, não me sinto segura(...)É bem complexo, eu entro, faço xixi, lavo minha mão e saio correndo, nem fico me ajeitando para não dizerem, “tem um cara aqui dentro e ele esta esperando pra ver algo...” Qualquer coisa que eu faça, vai ar motivos para eu passar por qualquer situação vexatória, então se não é em casa eu evito de usar o banheiro, mas se eu tiver que usar eu estou sempre preparada para usar o banheiro.

Cássia: Normal, até o momento ninguém me seguiu ninguém me tirou, não tive problema nenhum.

Mesmo sendo um homem trans e já ter transicionado há um tempo, Cazuzza ainda tem insegurança ao usar qualquer banheiro:

Cazuza: Como eu sou homem trans, eu tenho muita passabilidade, ninguém percebe, sabe de nada, o problema que tem muitos banheiros que são acabados, destruídos, quebra fechadura, o meu constrangimento é ter que usar um banheiro masculino e ele não ter fechadura, aí é complicado. Na biblioteca central por ex. eu não pego livro, mas eu vivo lá, o banheiro do térreo não tem fechadura e eu tenho que usar o feminino o tempo todo. Da para usar quando é individual, quando é um banheiro coletivo, eu não posso fazer isso, eu não conseguiria entrar num banheiro feminino, mas quando é uma cabine só, aí eu consigo, isso é meu único constrangimento.

Fausto: E em banheiros públicos?

Cazuza: Quando não tem fechadura é difícil e quando só tem mictório, impossível.

Bethânia, por cursar Artes Cênicas tem esse aspecto facilitado na universidade, pois:

O banheiro nosso é unissex, no caso do laboratório de Artes Cênicas, que é um pequeno teatro, com um banheiro grande e fechado, só os alunos do curso que o utilizam (...). Mas quando eu uso o banheiro do prédio, um banheiro comum, que tenho uma aula que lá, quando eu entro no banheiro feminino do corredor, eu nunca, nunca vi uma menina falar nada, se sentir desconfortável com a minha presença, entro e saio normal. Como em qualquer ambiente aqui...

Nara, como todas as pessoas trans participantes dessa dissertação, descreve seu desconforto a utilizar o banheiro adequado a sua expressão de gênero, e cita uma situação de violência transfóbica dentro da universidade.

Quando eu começo a ter problemas na universidade quando os banheiros femininos começam a ser pichados com frases querendo que as mulheres trans e travestis não possam ter mais acesso ao banheiro feminino, isso é um tipo de violência que eu sofri dentro da universidade, naquele momento tinham quatro mulheres trans e travestis dentro da universidade. Num universo de mais trinta mil alunos se sentiram num direito de falar nosso lugar não é num banheiro feminino, isso é bastante complicado

Nota-se na descrição de Nara uma reflexão interessante sobre como a utilização do banheiro para pessoas trans envolve não só a questão legal, mas também uma mudança de costumes, ou seja, de aceitação por parte do restante da sociedade:

Banheiro é uma questão muito delicada, eu não sinto que mulheres são obrigadas, porque nem todo mundo me conhece, quando eu estou num

ambiente que todo mundo me conhece então é mais fácil para mim ir no banheiro feminino, num espaço, a Universidade é grande, tem banheiros onde eu vou e as pessoas não sabem muito bem quem eu sou, dá um pouco de receio de acessar aquele espaço e simplesmente tacar um foda-se! Eu sou trans e vão ter que me engolir! Tem uma questão de leitura social, de olhar no espelho e sentir que quem bater o olho em mim vai ter uma certeza absoluta que sou uma figura trans ou pode não perceber que sou uma figura trans, pode achar que eu sou um homem invadindo um banheiro feminino, seu eu achar que existe essa possibilidade eu não entro no banheiro, eu me seguro, procuro um banheiro que seja individual, que não tenha mais de duas pessoas ao mesmo tempo, ou mais uma. Eu quero que as pessoas se acostumem com mulheres trans no banheiro feminino, eu quero que elas sintam a segurança que estão com uma mulher trans ou travesti no banheiro, não com um homem se aproveitando daquele espaço, entende, então é sempre difícil até hoje, por ex. vou no shopping, teve um dia, eu estava com a minha namorada e ela falou vamos no banheiro e eu não consegui, eu não estava sentindo confiante de que era tranqüilo para mim em entrar no banheiro, e ela fala, não, nada a ver, coisa da sua cabeça. Mas tem dias que eu não sinto no direito de expor para as pessoas passar por esse desgaste, porque é um desgaste. As pessoas trans estão começando agora, a se fazer notar, a se impor, a conseguir ocupar espaços na sociedade e aí a sociedade esta sendo obrigada a repensar os seus espaços, suas lógicas e seu funcionamento. Não é porque a pessoa demonstra resistência a minha figura que ela está completamente equivocada ou é preconceituosa e violenta, precisa entender também que é uma questão delicada, eu não quero dar brecha pra que homens possam acessar o banheiro feminino e falar: Eu sou trans! Eu teria um pouco de receio disso também, eu sei o quanto o assédio é violento e a partir o momento que eu transicionei uma coisa que eu comecei a viver diariamente é essa coisa do assédio, e sabendo como assedio pode ser perverso e violento eu não quero que a minha luta abra brechas para que isso ocorra de forma mais perversa e invasiva. Existe uma questão ética, é uma questão de imagem né, eu comecei minha transição tarde e meu peito cresceu isso aqui (aponta para seu peito ainda pequeno) eu ainda não pus prótese, tem vezes que eu coloco uma calça e uma camiseta e não sei o quanto realmente eu estou legível enquanto uma mulher trans ou travesti. Eu não vou todo dia me esmerar em construir uma identidade, às vezes vai acontecer que: Ah! Pequei a primeira roupa e coloquei, ai eu tenho que ter um pouco de bom sendo. Não é uma posição oficial do movimento trans, mas é uma questão que eu coloco.

Elza também descreve o medo e nervosismo quando a questão é a utilização do banheiro, porém por transicionar entre os gêneros constantemente utiliza os dois, e acredita na necessidade de um banheiro único, que todos e todas possam usar sem problemas.

Elza: Ai, banheiro é uma coisa que me deixa nervosa até hoje. Eu acho que é esse medo que, eh muitas trans sofrem esse mesmo medo. Eu acho que elas passam diariamente por uma tortura psicológica. Eu mesmo, quando estive, eu achava que eu estava 90% feminina na aparência, eu sempre usei o banheiro feminino com muito receio. Eu já usei o banheiro feminino porque não tinha condições de entrar no masculino. Hoje tem porque eu não estou tomando hormônio, então por mais que eu entre, “ai, estou andrógina”, não tem, não vai causar aquele impacto. Mas não tinha como, naquela época, eu entrar no banheiro masculino, por mais que eu quisesse entrar no banheiro

masculino, não tinha como. Se bem que eu odeio essa questão do banheiro. Eu acho que isso tinha que ser desconstruído, tinha que haver banheiro que homem entrasse, mulher entrasse.

Baby alega que só passou por situações vexatórias quando estava trabalhando no setor privado, durante seu curso técnico. Na graduação atual nunca passou por problemas, o que atribuía a sua passabilidade:

Baby: Banheiro na universidade nunca tive nenhum problema, mas é uma questão que me aflige, assim, de pensar, o que as pessoas podem me agredir. Mas como eu estou em uma situação, não que eu, psicologicamente, eu ia aguentar alguém chegar e me falar para eu sair do banheiro, mas eu ia adorar, porque eu ia processar, e eu tenho certeza que eu iria ganhar, porque eu não sou masculina, eles não têm nem como, não tem justificativa para dizerem o contrário. Mas na universidade eu nunca tive problema nenhum. Nem... eh, já me foi negado o uso do banheiro de acordo com o meu gênero no setor privado, quando eu trabalhei no [cinema x] mesmo. Aquelas fazendo as denúncias. Queriam negar que eu usasse. E aí eu passei por situações ruins, mas não usei banheiro masculino. Não usava. Nunca cheguei a usar banheiro masculino. Mesmo porque eu não sou louca. (risos)

Fausto: Sim, sim. Mesmo nesse curso técnico que você fez foi tranquilo?

Baby: Tranquilo. Não, eu já cheguei lá com leis, já pedi toda legislação, meu processo já estava em andamento. E eles também foram solícitos, ninguém fez pouco caso, o diretor não era muito simpático.

Fausto: Não te colocaram naquele banheiro especial? Aquelas coisas, assim?

Baby: Não, não. Universidade, questão de respeito no âmbito acadêmico não. Nunca tive problema com isso. Acho, também, porque eu tenho um pouco de passabilidade, não 100%, mas...

É importante relativizar, contudo, a relativa tranquilidade narrada nas falas de minhas/meu interlocutoras/or frente à aceitação de sua transexualidade no contexto universitário, uma vez que esse sentimento pode muitas vezes ser fruto de uma comparação deste espaço com outros onde a situação de precariedade era muito evidente.

Outro aspecto que se relaciona à falta de acolhimento da população trans nas universidades é o que se refere à ausência de discussões de gênero e sexualidade em seus cursos:

Gal: Pelo que eu vejo na sala, dos alunos que estudam comigo e os professores que me dão aula, eu vejo que nenhum demonstrou nenhum preconceito, apesar eles não serem muito informados e acabarem de algum jeito fazendo eu passar por alguma situação que não é boa pra mim, mas...

Fausto: Você já passou por alguma?

Gal: Mais questão de, expor o nome civil, me chamar pelo nome masculino, ou até mesmo quando algum puxa assunto que inclui gênero ou algo assim dentro da sala, acabam falando alguma besteira dentro do senso comum e

acaba me atingindo, mas eu vejo que é mais por eles não terem se ligado que tem uma pessoa trans aqui dentro. Eles precisam saber como lidar com uma pessoa trans e o que vai atingi-la. Eu ainda estou no 1º período, espero que no 3º não ver mais isso.

Fausto: Por enquanto você não teve nenhuma discussão sobre isso, algum debate?

Gal: Alguma disciplina que discutiu isso não, algumas pessoas tentam puxar o assunto na sala, como um dos meninos disse recentemente, “é um assunto polêmico e as pessoas querem discutir assuntos polêmicos”, estilo “casos de família” ninguém quer ouvir o que a pessoa tem a dizer. (...) Já surgiu assim, mas nenhuma aula que falasse sobre isso, nem acho que vá ter, acho que as pessoas trans dentro da faculdade se posicionam para que as pessoas dentro da faculdade saibam que são pessoas trans, porque se não for da gente ouvindo elas não vão saber o que é...

A convivência entre corpo docente é descrita como aparentemente pacífica – ressaltando-se a observação anterior, de que esses relatos se referem à comparação com outros espaços muito mais excludentes - mas as ausências de debates ainda podem gerar situações vexatórias:

Cássia: Os professores, os que eu sei que entenderam a situação me tratam com super bem, tem alguns que eu acho que não entenderam ainda, estão meio confusos, porque teve a questão do nome civil pra depois o nome social. O nome social está na pauta e no sistema público da faculdade, mas no sistema dos professores ainda não está, então tem certa confusão nesse sentido. Não foi de começo eu ainda fiquei uns dois meses com problemas, teve professor que rasurou na lista. Agora esta na pauta, a faculdade mudou o sistema dela a partir da minha entrada, antes de mim não tinha.

Cazuza: Não sei, acho que alguns sabem tipo o coordenador do curso, eu estudo numa mesma sala de um menino trans, eu sei que ele sabe, porque já comentou com a gente, e a galera da secretaria da graduação, mas os alunos e outros professores nem entendem, nem passa pela cabeça, posso estar errado, mas acho que não!

Baby: Super tranquila. Eu tive só o estresse com a questão da documentação, mas que foi muito muito rápido, porque não durou, acredito que não tenha durado nem duas semanas quando eu vi no dia que a primeira lista saiu, que eu falei, eu ainda pedi para trocar porque tinham dois professores dessa mesma matéria. Pedi para trocar a sala na hora, troquei a sala. Ele não pediu desculpas, ele disse que não foi à intenção. Não pediu desculpas nem nada, nem teve a sensibilidade (...) podia falar “não, depois a gente conversa” e não ficar falando na frente da sala “seu nome não está aqui... acho que seu nome está aqui, mas não é Baby que está aqui”, sabe? O que me deixou muito estressada nesse dia.

Segundo Dias Sobrinho (2013), uma das grandes dificuldades nas instituições superiores de ensino se relaciona ao despreparo institucional, notadamente devido à precarização da formação didático-pedagógica de parte do corpo docente. Para o autor esse despreparo força uma improvisação de professores advindos de formações que não são adequadas às disciplinas que lecionam, de currículos mal elaborados e de infraestrutura física que compromete o sentido público da educação superior em ao menos dois aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, o caráter público da educação requer necessariamente a realização efetiva do princípio da equidade com elevada qualidade para todos e isto está muito longe de ser atingido no Brasil. Segundo, a oferta de uma educação de escassa qualidade, ainda que alcançando contingentes mais amplos, também pode estar contribuindo para a permanência e até mesmo pelo aumento da segmentação dos diferentes estratos sociais. (SOBRINHO, 2013, p. 118).

Nara refere que sofreu retaliações por conta da militância feminista, mas, embora tenha sido acolhida enquanto trans questiona o quanto a universidade é um lugar “fora da realidade”:

Nara: O que me trouxe inconvenientes foi à questão da militância, eu costumo dizer que meu ex. orientador né, tive que trocar de orientador durante o doutorado, o que aconteceu que o meu ex. orientador me aceitou trans, não me aceitou feminista, o ambiente universitário muito machista, não está disposto a aturar uma figura que estivesse ali botando o dedo na ferida, falado que isso aqui é machista, que tal comportamento é inadmissível dentro do espaço universitário, dentro de um espaço de segregação de mulheres, tipo de valorização do homem que denota virilidade, coragem, audácia, essas coisas babacas e suicidas, então, não! A militância passa a ser uma questão muito importante na minha vida, o doutorado que antes da transição eu depositava todas as minhas expectativas de realização pessoal, vai para segundo plano total, faz dois anos que eu não sou muito produtiva no doutorado. Eu passei por coisas desse tipo na universidade, mas nunca deixei que isso me oprimisse. (...) Eu sinto a necessidade de ter um dialogo com tudo isso que está acontecendo ao meu redor, pois quando eu sair da bolha, da universidade, vou precisar de um mundo que saiba me acolher. Começo a ter que usar dessa blindagem que a universidade me oferece para abrir brechas no mundo.

Sobre o relacionamento com colegas e a realização de atividades conjuntas, os relatos são também de relativa aceitação:

Cássia: Olha eu fui para lá preparada para uma guerra, fui gratamente surpreendida, os colegas todos me acolheram, não tenho problema nenhum com ninguém, se alguém tiver problema comigo fica bem velado, não chegou em mim nada, pelo contrario, me convidam pra grupo de trabalho,

tenho toda convivência tranqüila e normal dentro da sala de aula. Eu quero deixar claro que a minha experiência não é regra é um exceção por incrível que pareça é porque você tem notícias todos os dias de meninas que tem dificuldades na faculdade (...). Eu acho que hoje menos do que 2 anos atrás por exemplo, mas agente ainda tem muita, esse ano foi o que mais travestis e transexuais ingressaram na faculdade, o Enem teve um saldo, no ano passado de mais de 200 pessoas requerendo o uso do nome social e prestando o Enem, eu acho que esse ano vai bombar de novo e o ano que vem vai ser um furacão de pessoas entrando na faculdade, eu acho que tem que ser isso porque por exemplo: no meu turno que é manha só tem eu de mulher trans e um menino trans, no turno da tarde não tem ninguém e no turno da noite tem a [amiga] e o [amigo]. Eu acho muito pouco, acho que deveríamos ter pelo menos uma pessoa trans por turma, o ideal seria que tivesse um casal, sempre uma mulher trans eu um homem trans ou travesti, qualquer transgeneridade possível.

Gal: Tudo tranqüilo, pelo menos não tive ate hoje ninguém que questionasse minha identidade e vejo que eles lidam com a minha identidade de uma maneira bem natural, aliás, se não fosse eu a puxar o assunto sobre transexualidade lá, iriam tratar de uma maneira natural eu ser uma mulher como qualquer outra, não iriam questionar isso, nem causar nenhum problema com isso, só depois que eu fui fazer uma piada por eu ser trans e aí eu abri uma porta para as pessoas começarem algumas perguntas...

Fausto: Elxs sabiam que você era trans?

Gal: Sabiam, mas não sei se eles achavam que iriam acabar invadindo o meu espaço perguntando alguma coisa ou me tratando de maneira diferente, só sei que ninguém me tratou de maneira diferente, já me tratavam de maneira feminina, mesmo antes de eu me apresentar.

Bethânia: Aí que eu vi que aqui seria um lugar muito bom, e eu gosto cada vez mais de freqüentar as aulas e aqui esta sendo uma experiência de outro mundo pra mim. Por também eu estar num lugar seguro que eu me sinto bem, entre as pessoas. “Isso ajuda bastante!” (...) Muito, se seu eu fosse hostilizada pelos alunos, iria ser horrível, eu iria continuar freqüentando as aulas, porque isso não iria me impedir, mas eu acho que não viria tão relaxada e tranqüila como eu venho todos os dias pra cá, acho que eu chegaria e meus dias iriam ser sempre carregados de alguma certa tensão, igual eram, por exemplo, na escola. Eu ia ao banheiro e passava no corredor já tensa, andando rápido, para evitar que as pessoas me verem, senão eu iria escutar muita coisa. (...) foi tudo muito bem, até agora, minhas notas estão boas, consegui tirar ate um primeiro 10 eu já tive, a convivência é boa, enfim eu não tenho nada o que reclamar daqui, só tenho que agradecer...

Baby: No meu caso, particularmente, eu não senti, dá para você sentir alguns professores, como é uma área de humanas, alguns professores ficam empolgados “que bom”, acho que eles ficam, tipo, “que bom que tem uma pessoa diferente.”(...) Agora, os colegas da classe me tratam bem, ninguém nunca entrou em nenhum mérito, nem nada de maneira diferente, mas com certeza tem preconceito que eles não externalizaram, que um ou outro não externalizou. Ou até, porque existe, tem pessoas que são preconceituosas, mas não na maldade. É mais um questão de ignorância de não, realmente não conhecer, de não entender o universo e reproduzir algum tipo de preconceito escroto, tipo, de achar que você pode chegar para uma pessoa

trans e perguntar se ela já fez cirurgia de mudança de sexo, ou alguma outra coisa.

Conclui-se, a partir desses depoimentos, que cada sujeito dessa dissertação desenvolveu suas estratégias para manutenção de suas existências, pois o acesso à universidade tornou-se prioridade na constituição de sua realidade e principalmente na busca de sua sobrevivência no mundo. Percebe-se como é importante e necessário debater e discutir questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade em todos os âmbitos educacionais, que vão desde o ensino fundamental, passando pelo médio e continuando no universitário, pois é notório que o preconceito e a discriminação são gerados pela ausência de compreensão da diversidade de corpos e expressões de gênero principalmente nestes ambientes, de maneira menos “visível” nas universidades. Assim, de nada adianta termos planos nacionais mundialmente respeitados e tidos como modelo de políticas públicas e municipais se estes só existirem ‘no papel’. É necessário tornar esse debate amplo e criar meios de desenvolver ações que possam concretamente transformam a realidade e tornar a aceitação e respeito para com as pessoas travestis e transexuais reais.

CENÁRIOS POSSÍVEIS

“Não precisa me aceitar,
Apenas te peço pra me respeitar...”

MC XUXU

Para além das conquistas sociais obtidas em uma esfera macro, sem dúvida alguma a militância trans nos espaços universitários coloca-se como uma necessidade premente para sua transformação em ambientes mais inclusivos para os segmentos trans. Isso porque, em relação à população trans:

A compreensão das diferenças entre sexo e gênero ainda é demasiadamente teórico-acadêmica, significando isso que não foi propriamente absorvida e adaptada pela sociedade nos instrumentos legais e burocráticos. Essa lacuna se evidencia em detalhes expressivos, como o da exigência de crachás, controles de frequência, contracheques, entre outros documentos oficiais; o gênero, porém, é uma variável inutilizada, senão confundida com o próprio conceito de sexo. No caso particular dos homens e mulheres trans, e outras pessoas trans que não se reconhecem no binário homem-mulher, isso incorre em sofrimento e negação dos seus direitos cotidianos. (JESUS, 2015, p. 22).

Na fala de minhas interlocutoras, para além das ações governamentais, a militância e a participação em movimentos sociais tornaram-se essenciais na busca de suas conquistas.

Cássia - Exerço, sou militante efetivamente e com consciência desde 2010, porque eu acho que ser travesti ou transexual você já militante ao acordar e ir para a padaria, já uma militância mesmo sem você querer, fiz parte de ONG, hoje não, faço parte do movimento do coletivo que é o Prepara Nem que é um movimento político, além de tudo, pra além dos muros da escola, não visa só cursinho e Enem. E sou a pessoa Cássia que as pessoas acabaram conhecendo, ontem mesmo eu estava dando uma palestra pro pessoal de medicina em Petrópolis na faculdade de lá, dei uma entrevista para o programa deles. Faço a minha militância da maneira que as pessoas conhecem vou fazendo. Tenho uma página minha pessoal, que eu divulgo não só os meus trabalhos como pessoal, mas algumas questões. Faço minha militância virtual.

Bethânia: Não diretamente, mas indiretamente, por exemplo, você e segunda pessoa que eu estou conversando, sobre esse lado de trans e faculdade. Eu acho que eu posso militar hoje em dia, mas desse lado, dando força para algumas pessoas, mostrando que não é impossível a vida, agora estar diretamente ligada a movimentos eu não estou.

Gal: Eu acho que o simples fato da gente existir e contar a nossa história para as pessoas já é um ato de militância, já que agente esta levando essa história de nós trans para as pessoas, para elas entenderem um pouco mais sobre pessoas trans.(...) Eu acho que eu trago sim para a faculdade, eu levo para qualquer lugar que vou ser uma transexual sempre vai ser algum assunto quando eu conhecer as pessoas. Em algum momento o assunto vai ser levantado e as pessoas vão fazer questionamentos, algumas perguntas, então sim, e todo espaço que eu vou eu vou fazendo uma militância e tentando conscientizar as pessoas sobre a minha existência como pessoa trans. Eu falo pra elas, “vocês não estão conhecendo todas as pessoas trans, você está conhecendo a Letícia trans, eu estou dizendo para vocês quem sou eu Gal trans, não posso dizer para vocês que todas as pessoas trans vão concordar comigo, somos singulares apesar de estar dentro do mesmo segmento. (...) Ai que esta a “diferença” na existência trans e as pessoas não conseguem entender isso! Sim as pessoas acham, “mas eu conheci uma trans que era assim, ela não se dizia mulher, ela se dizia travesti, como você vem dizer pra mim que você é mulher. Então amor somos pessoas diferentes, você tem o direito de se dizer como quiser, eu também tenho. - Eu tento ampliar a cabeça das pessoas, mas eu passo o que eu penso pra elas e a minha vivencia como trans está dentro do que eu penso, então acabo passando isso também para elas.

Baby: Eu já participei, me chamaram para a mesa, para falar sobre questões trans. Eu não falei em primeira pessoa, falei em terceira pessoa porque eu não gosto de dar ousadia para Zé povinho, porque adolescente é foda. Mas eu falei sobre questões de cisgeneridade, da questão de que transfobia não é só praticada por pessoas cis, hetero. Homossexuais muitas vezes praticam também, de maneira mais pesada, ou se acham mais na liberdade de ser trans friendly, porque colocam a sigla LGBT ou homofobia como um termo guarda-chuva, que não tem nada a ver. Mesmo porque o LGB são relacionados à sexualidade e o T é sobre identidade, né. Mas diretamente mesmo, na faculdade, não. Foi só dessa palestra que eu participei, nunca me chamaram para nenhuma outra, mas se me chamarem eu até iria, dependendo de como fosse. E no Facebook eu compartilho textos às vezes, eu faço publicação, eu fiz a publicação quando eu retifiquei minha publicação, fiz uma publicação quando eu ingressei na universidade. Mas eu não tenho muita visibilidade, não é uma coisa que tenha muito alcance. Em torno de 200 pessoas curtiram, no máximo. Acho que é importante vocês [acredito que ela quis se referir a mim, enquanto cis e pesquisador] terem essa noção de que o universo trans é abjeto, as pessoas são desumanizadas, são hipersexualizadas o tempo inteiro. E que, independente do local de fala, que eu também acho nem nos impede, é importante você falar, você conscientizar da forma que você saiba qualquer pessoa referente a essa questão, para que as pessoas possam desconstruir os preconceitos e, quem sabe, talvez olhar com um pouco mais de humanidade para essa população. É isso.

O exercício da militância no contexto universitário surge como um imperativo na construção das políticas inclusivas para esse segmento no interior destas, uma vez que permite a transição de uma política feitas “pelo/a” outro/a” em uma política construída “com” o/a outro/a. A participação das pessoas trans é essencial na construção de ações que ampliem

a visibilidade e debates sobre questões relacionadas a população LGBT. Nesse sentido, Cazuzza narra as conquistas realizadas em seu campus:

Cazuzza: Então, a gente tem uma diretoria LGBT agora, que existe a mais ou menos um ano na Universidade Federal, que é um órgão da reitoria, que tem a intenção em desenvolver uma política, que esta dentro de um plano, um projeto, digamos assim. Tem ações de proteção para ajudar na permanência dos estudantes LGBT, que tiverem sofrendo preconceito, como vamos lidar com casos assim, como vamos cuidar disso e construir com os alunos e com os D. As. esse regimento ético, como vamos construir mecanismos contra o preconceito. Enquanto não tiver um regimento ético, uma norma, não temos como fazer nada.

Fausto: Existe já?

Cazuzza: Estamos no processo de criação, organização, vamos ter linhas de pesquisa para poder financiar pesquisas, teremos dinheiro para publicações de livros, um prêmio de estudos LGBT. Ainda estamos formando uma diretoria, juntamos uma equipe, agora temos moveis, e estamos terminando de reformar o espaço para podermos trabalhar. Temos vários docentes da universidade e quatro estagiários, eu sou um deles. Estamos querendo desenvolver, vamos ver se conseguiremos efetivamente tornar real, e que com certeza, não vai passar desse semestre.

É notória a necessidade de um diálogo constante com as demandas do movimento social organizado dentro do contexto universitário entre as/os gestoras/es e docentes no que diz respeito às ações coletivas e políticas públicas. Para Cazuzza:

Acho que agora estamos num bom momento, com a lei de cotas, o problema, acredito será futuramente, com o golpe e o retrocesso nos direitos, lei de cotas vai acabar, só dura dez anos, e vai voltar a ser só a classe média novamente a ter acesso a universidade e aí, meu medo é esse, do corte de bolsas, o corte que está sendo feito para as universidades de 45% da verba. (...) O problema é o futuro!

Essa diretoria LGBT que estava ainda em andamento narrado por Cazuzza, já está sendo implementado na universidade federal em que estuda, por meio de um projeto pioneiro em uma instituição pública e coordenado por uma professora do departamento de psicologia, cujo objetivo é favorecer o acolhimento, a inserção e a permanência dessa comunidade na universidade. O projeto prevê ações afirmativas objetivando minimizar as desigualdades regionais e sociais, a redução das taxas de retenção e evasão escolar das pessoas travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, e, além disso, promover a inclusão social pela educação universitária.

O documento prevê ainda a promoção de ações protetivas direcionadas à saúde dessa população e voltadas à pesquisa LGBT. (...) Isso é uma ação importante da instituição no sentido de acolhimento a uma população que é

cultural e historicamente marginalizada. Ela se insere no contexto mais amplo de uma política federal de acolhimento e afirmação da população LGBT que tem dimensões preventivas, nas áreas de proteção dessas pessoas e de acolhimento também. (Anderson LIMA, 2016).

Questionadas sobre a necessidade de investimento público Cássia e Elza alegam:

Cássia: Olha eu não vou te falar que deve ter investimento porque eu acho que investimento na educação tem que ser universal, igualitário e equitativo, investimento na educação tem que ser para todas as pessoas, homem, mulher, branco, negro, trans, gay. Todo mundo tem que ter direito ao acesso a educação. O que eu acho que deva ter um incentivo a discussão sobre a questão trans na educação, para quer as pessoas entendam que é normal, que é uma pessoa como outra qualquer, e que só quer estudar e qualificar para poder enfrentar a sociedade que a gente vive. Eu não vou dizer pra você “é uma questão de investimento exclusivo para as pessoas trans, não, é uma questão de não discussão, de não querer aceitar e não querer entender que a gente existe e que a gente tem que ocupar os espaços. Então eu acho que falta é isso, respeitar essas pessoas, e entender que a gente está aí, e tratar essa diversidade, tipo, ter uma disciplina, ou na própria história citar, na geografia política, em alguma disciplina tem que ser focado e se assunto. (...)” Se agente for ver todos esses planos de política LGBT, tem isso para ser colocado em pauta!” Só que na realidade eles não são colocados em prática, fomos nós do movimento LGBT que construiu esses planos, mas eles não acatam. É um documento, passou por conferências, foi aprovado, mas eles não acatam. Quando um professor tenta levar essa discussão para sala de aula, principalmente se for no ensino público, na grande maioria das vezes ele é vetado.

Elza: Sem dúvida nenhuma. Porque, como eu falei para você, eu sempre, mesmo tendo essa confusãozinha aí em relação à identificação de gênero, eu sempre tive consciência de que esse pessoal é o pessoal que mais sofria. Eu via isso, né, eu via isso.

Para Nara a militância trans e o movimento transfeminista, ao trazer à tona temas desconhecidos pela grande maioria das pessoas, contribuem para a constituição de uma visibilidade e a incorporação da necessidade de colocar em discussão as existências trans.

Nara: A partir do momento que eu estava dentro do movimento de militância, já estava vendo que tinha pessoas trans ao meu redor, fazendo respeitar no espaço universitário, na medida que eu ia vendo as pessoas trans conseguindo orquestrar nas redes sociais um movimento que começava a despontar de forma muito conseqüente e impactante a opinião pública.

Em nossa sociedade de conhecimento, segundo Jesus (2015), amparada pela comunicação produzida pelas redes sociais e outros meios virtuais, tornou-se um hábito quase que imediato dissertar sobre vários assuntos, cuja informação pode ser compreendida e

analisada de maneira minuciosa ou rasa, esclarecedora ou não. Segundo a autora “(...) a internet é o canal por excelência de produção, difusão e crítica de informação sobre o pensamento transfeminista.” (JESUS, 2015, p. 23).

Para Baby, da mesma maneira que há sistema de cotas para a população negra e indígena, que passaram e continuam passando por processos de exclusão sócio-econômica geradas por preconceito historicamente constituído, impossibilitando o acesso e ampliação de seus estudos, também deveria haver cotas para as pessoas transexuais e travestis como incentivo e democratização de igualdade de direitos perante a exclusão.

Baby: Acredito que sim, com certeza. Acho que a questão de cotas é...

Fausto: Cotas para trans?

Fausto: Cotas para pessoas trans, eu acredito que tem que ter, porque não tem, as pessoas não ocupam. A minha universidade eu não sei, eu não sei uma média de quantas pessoas tem, porque eu acredito que, assim, é uma universidade pequena. Vamos chutar que tem, sei lá (...). Transexuais são três, que eu saiba. Uma que já está perto de se formar, outra que faz um curso e nenhuma no curso de Turismo sou só eu. São três no campus inteiro. Já é um milagre porque tem universidades que não têm nenhuma, né. Mas não é uma coisa para você achar bonito, porque se você vai na avenida vão ser 30, 40 se prostituindo, no mínimo.

Ao serem questionadas sobre o fato da relação entre a inserção na universidade e uma possível maior “respeitabilidade” e aceitação social, minhas interlocutoras respondem:

Cássia: Com certeza, não só a sociedade, como o próprio meio LGBT, eu consegui uma pequena notoriedade por causa do [programa de TV que participou], na época que fui produtora e eu ter entrado na faculdade virou matéria de site, principalmente com a carteirinha com o nome social. A partir da divulgação dessa matéria, veio muito gente me cumprimentar, “ai que bom você me representa, quem dera todas fizessem igual a você, é isso mesmo.” A gente ainda vive numa sociedade que prioriza e legitima muito um canudo, um papel, um certificado, e no fato de uma travesti, uma transexual conseguir essa inclusão e chegar até o final e manter. (...) Porque ainda tem isso, as pessoas acham que você não vai ficar, que não vai dar conta, então ainda tem essa coisa de ascensão social, você ser vista com outros olhos porque esta fazendo uma faculdade e estereotipar “ela é diferente as outras porque esta fazendo uma faculdade, infelizmente tem isso sim!”

Gal problematiza, no entanto, a relação comumente estabelecida entre “ter um diploma” e ser mais respeitada:

Acho que sim, não só como pessoas trans, como com todo mundo, né. A gente vê que quem é respeitado é quem esta seguindo o que se deve fazer, então você deve trabalhar, deve estudar, se você seguindo isso direito você

deve ser respeitado. Então para as pessoas trans também, eu ouvi até há pouco tempo, “ela é travesti, mas ela estuda, está na faculdade, ela trabalha num trabalho formal pelo menos”. (...) E aquelas que dizem que é travesti o tapa na cara que você dá na sociedade é que você esta numa faculdade, vai arranjar um bom, não é esse o tapa na cara que eu quero dar na sociedade, eu quero mostrar que mesmo as trans que estão lá se prostituindo, as pessoas em situação de rua, independente de serem trans ou cis, elas também tem que ser respeitada. Eu não quero ser uma trans respeitada só porque eu estou dentro apesar e saber que as pessoas vão respeitar mais, se alguma pessoa com estudo e com um bom emprego.

Fausto: Aqui de certa forma você acaba tendo mais visibilidade, não acha? Sim, por as pessoas darem mais credito, as pessoas acabem me ouvindo e não ouviriam as pessoas a quem elas menosprezassem por não ter estudo ou emprego dentro da formalidade deles. Sim, dá um pouco mais de voz, mas só dessa pessoa pensar dessa maneira ela não vai fugir muito da linha o senso comum. (...) Eu acho que mesmo a gente não estando aqui, podemos ter voz sim, as pessoas buscarem a entender o que são as pessoas trans, hoje se fala bastante sobre pessoas trans, mas ninguém quer saber o que é uma pessoa trans, elas ainda continuam dentro do senso comum falando dentro que elas acham o que é transexualidade.

Cazuza alega que não se importa com o diploma, mas:

Para mim, mesmo não estando na universidade adquirir respeito no mesmo jeito, ou não me respeitam porque estou na graduação, pensando na hierarquia acadêmica. (...) Não, não, eu sempre fui uma pessoa que tentou agregar conhecimento científico, eu nunca me relacionei com as pessoas, eu não tinha o empoderamento que uma universidade poderia me dar, mesmo sem universidade eu já tinha esse movimento de procurar conhecimento, de ler, nunca tive essa questão, eu sempre fui acadêmico sem estar na universidade.

Mesmo tendo certa aceitação por já ser uma militante reconhecida, ter publicações com seu nome, Nara ainda não sente segurança por ter um diploma, e posteriormente adquirir o título de doutora sendo trans:

Eu acho que eu tenho conseguido brechas na sociedade para ter retorno financeiro, ter alguma expectativa de reconhecimento ainda dentro desse ponto de vista de uma figura exótica da pessoa trans, que é eloqüente da pessoa trans que consegue ocupar o espaço público e falar coisas que tiram as pessoas do seu lugar de conforto, não sei o quanto uma universidade vai permitir me contratar como professora, por ex. fico na dúvida, mesmo se isso é possível mesmo com um diploma de doutora pela universidade. Vou testar isso no ano que vem! Tenho um pouco de receio do quanto isso seria viável. Eu não fiz também a licenciatura, naquele momento de arrogância de achar que universidade era a única vida, que eu não estudei para dar aulas no ensino médio e fundamental, que as crianças e adolescentes não estão nem ai pra o conhecimento.

Esse medo de não-aceitação, que aparece na fala de Nara, é muito frequente para a pessoa transexual ou travesti, por não ser enquadrada dentro de modelo normativo

construído. Luma Andrade (2012) ao narrar em sua tese seu período de acesso e permanência no contexto universitário desde a graduação até seu doutoramento, também descreve, como todas/o minhas/meu interlocutoras/r, situações vexatórias e excludentes que sua expressão travesti lhe causava. Entre tantas situações de exclusão, particularmente sua presença no doutorado do programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Ceará merece destaque.

No dia da apresentação do projeto de pesquisa para a banca examinadora, eu estava um pouco tensa. Ao ser chamada, fui muito bem recepcionada pelo presidente da banca, mas ao entrar na sala todos ficaram parados, ninguém falava nada, estavam espantados. Até que resolvi acabar com aquele silêncio perguntando quem iniciaria. Um dos integrantes pediu para o presidente iniciar. Sabia que aquilo não era de praxe, pois parecia que haviam iniciado os trabalhos naquele momento, não sabiam quem começava nem como começar. Apesar de tantas leituras, aquilo tudo era inédito para aqueles pesquisadores, que tinham campo amplo de atuação no Brasil e fora deste. Iniciei o curso de Doutorado e me deparei com situações que jamais pensei encontrar, como colegas que mudavam a fisionomia facial ao me verem em sala e durante algumas aulas questionavam minha sexualidade. Outro fato que me indignava era a forma como alguns professores, ao serem procurados pela imprensa para falar sobre o que achavam de uma travesti fazendo Doutorado, respondiam que era normal, que não viam nada de excepcional nisso. Normal? Comum? Essas observações me deixavam perplexa, pois eles tentavam passar algo que só existe na teoria como sendo uma prática real, quando na verdade é completamente diferente; se fosse tão simples, eu não teria sido a primeira travesti do Brasil a cursar um Doutorado, outras estariam nas academias, mas poucas travestis sequer chegam a concluir o Ensino Fundamental e Médio, segundo a Associação Nacional das Travestis (ANTRA). (ANDRADE, 2012, p. 86).

Segundo a autora, não há dúvidas que sua aprovação no doutorado lhe conferiu mais respeito e aceitação, mas alega que ainda, no presente momento, a população travesti e transexual vem sendo na maioria das vezes tolerada com muitas restrições tanto nas escolas, quanto em universidades.

A aprovação no Doutorado me atribuía um selo (simbólico) de qualidade, pois a partir daí teria mais respaldo para colocar em prática minhas ideias e projetos e continuar abrindo a trilha, seguindo meu caminho, que está para além da universidade. Foi assim que novas conquistas surgiram, como o nome social que passou a vigorar no crachá do trabalho, a utilização do banheiro feminino, as roupas mais sensuais (mas dentro dos padrões da instituição), o salto alto, os acessórios, as maquiagens, que passaram a ser usados com maior liberdade na 10ª CREDE e nas visitas que fazia às escolas. (...) Em termos de experiência profissional, reúno uma gama de conhecimentos que vão da teoria à prática, pois na condição de travesti e educadora passei por todas as etapas da escola: fui aluna, professora e gestora, conhecendo assim o que é ser diferente no espaço escolar. (ANDRADE, 2012, p. 87).

Elza também descreve o “poder” que a universidade confere, a partir do acesso ao conhecimento que pode oferecer para transformar a realidade:

Elza: Muda. Sempre! A universidade pesa, eh, tem um peso maior na vida, isso sempre foi discutido na minha família. Minha mãe sempre falou isso para a gente: “façam, o dia que vocês puderem estudem, estudem”. Ela falava estudo. O estudo engloba tudo, né. Justamente para poder, para nos proteger dessa exclusão, para nos empoderar, né, e empoderando-se você acaba se protegendo desse olhar diferenciado que a sociedade trata o indivíduo que tem curso superior. Se você vai preso, na cadeia, você tem curso superior, você vai para uma cela especial.

Segundo Elza, cursar o ensino superior possibilita até mesmo mais respeito na abordagem policial:

A questão da faculdade confere a isso. Já é alguma coisa, o tratamento é diferenciado. Na própria abordagem, só o fato de você citar que você é estudante, seja lá de que faculdade for, já parece que o policial já começa... ele já bota um pé atrás. Você já percebe isso. Você percebe porque eu posso fazer essa mensuração porque eu já fui abordada em momentos que eu não estava estudando e agora, você entendeu? E eu percebi que existe essa diferença. Tudo muda, entendeu? Você tem um grau superior. O próprio nome já diz, não é? Você é superior. Tem gente que até exagera, né? Já “ai, eu sou superior a você porque eu tenho uma faculdade, ou estou fazendo uma faculdade”. Porque culturalmente existe uma elitização disso, né, do indivíduo que faz faculdade. Eu acho que não deveria ser assim. Eu não gosto disso, para falar a verdade. Eu não... bom, até uma época eu até fiquei “nossa, verdade, agora eu estou aqui, eu estou na universidade, eu estou...”, mas foi bem rápido. Foi um pico de vaidade, assim, que me despertou bem rápido, porque eu falei “caramba eu estou aqui, mas e o resto?”, entendeu? Então lá...

Baby já questiona que, para ser aceita em sua singularidade, ainda que tenha ensino superior, é necessário enquadrar-se dentro do modelo cisheteronormativo.

Baby: Então, a ascensão social, eu não acredito em meritocracia. Não acredito que isso vai acontecer, mas abre portas. Porque eu tenho um adicional a mais para colocar no meu currículo, uma área específica para procurar, e a questão do preconceito sempre vai existir em todos os âmbitos, mas é um fator higienizante. Porque é isso que a sociedade quer que as pessoas trans façam, se higienizem. As mulheres sejam mais femininas, os homens sejam mais masculinos, retifiquem os documentos e, de preferência, não toquem no assunto, porque ninguém quer entender que existem pessoas que nascem com genital divergente do que é tido como feminino ou masculino, e se reconheça ou pertença, no caso, ao gênero que não coincide com esse genital que é tido como masculino ou feminino. Mas eu acho que a questão do estigma são estigmas como a prostituição. As pessoas pensam em travesti, já pensam em roubo, em prostituição, em barraco, em vulgaridade. Eu acho que é um estigma que você vai ajudar a dar uma quebrada. As pessoas falam “olha, ela é transexual”, pode vir aquele clichê

do “não parece”, mas que está estudando, está trabalhando. Já é uma coisa que ajuda a te afastar do julgamento mesmo.

Para Catani *et al.* (2002), é necessário reconhecer que o acesso à educação superior em nosso país tornou-se objeto de disputa política, pois confronta, de um lado, perspectivas mais elitistas de limitar o acesso e de manutenção do prestígio dos diplomas para poucos e, de outro, perspectivas mais populares de ampliação do acesso representando desejos de outras camadas da sociedade cujo objetivo é inserção profissional e ascensão social das mesmas.

As falas das/o entrevistadas/o apontam para a necessidade de ampliação do acesso e permanência de populações trans dentro do contexto universitário com o maior reconhecimento das demandas pelos direitos de travestis e transexuais, alterando o olhar da sociedade cisheteronormativa, voltado às transexualidades, em direção a uma sociedade mais inclusiva e aberta para diversidade. Segundo Corrochano (2013) ao refletir sobre as mudanças mais recentes nas universidades “(...) pode-se dizer que o olhar para a universidade e para os jovens universitários pode se constituir em uma melhor maneira de compreender muitos dilemas vividos na sociedade brasileira contemporânea.” (CORROCHANO, 2013, p. 24). Um desses dilemas, o referente ao acesso e permanência de pessoas trans, é explicitado por Nara:

O instituto que eu estou, as humanas na [Universidade Estadual] estão ainda mais vendo como um fascínio as figuras trans empoderadas chegando e ocupando um espaço, estão fascinadas, abismadas, pasmadas com o fato da gente chegar e se colocar nesses lugares de forma tão senhoras de si, sabe! Acredito que por enquanto está mais tranquilo, nesses institutos ali [Ciências humanas e artes], agora o restante da Universidade ainda vê com desprezo muito nítido essas figuras trans, a questão LGBT como um todo, não só a trans, mas em especial, tenho amigas que estão fazendo engenharia da computação e estão passando maior perrengue e mesmo no Instituto de Ciências Humanas, tem um aluno, homem trans que passou bastante perrengue, a questão dele que ele foi um dos primeiros, já tinha tido a [mulher trans] que fazia mestrado e durante o mestrado se assumiu trans.

Quando questionadas/o sobre o que pensam de suas vidas futuramente, ou seja, o que almejam conquistar com um curso universitário, os projetos futuros das/do participantes alternam desejos comuns de ascensão pessoal com reflexões acerca da importância da visibilidade trans em ocupações que exigem maior escolaridade:

Cazuza: Na verdade, estou fazendo aquilo que eu precisava, tenho conseguido cumprir meus objetivos. Eu tinha o objetivo de entrar no curso, para ele poder me ajudar na prova do Enem e está me ajudando, não completamente, mas um pouco, chega mais ou menos a 50 %, mas não estou

gostando do meu curso, porque não me sinto pertencente às exatas e as ciências da natureza, eu sou a área da saúde. Nesse semestre eu estou fazendo só uma disciplina do meu curso e fazendo duas da biologia é a disciplina básica que todo mundo que é da saúde entra. Eu quero entrar em medicina, me formar e trabalhar na área.

Bethânia: Ser uma atriz cada vez melhor, crescer cada vez mais e mais na minha carreira, poder estar em todas as áreas, aqui na faculdade estou aprendendo a escrever cada vez melhor. Eu não quero só atuar, quer construir, criar, quero trabalhar também com alguma coisa na área de música, eu estudei um pouco de música na minha cidade natal, é um ambiente que eu também amo.

Gal: Somente fazer plano pra futuro, para te falar e verdade (risos). Os planos para o futuro é chegar o feriadão da semana que vem e ficar os quatro dias em casa, rrsrrs.

Não sei, aquela frase feita de quem esta na faculdade e ainda mora com os pais e recebe pouco, um emprego que dê para eu sair de casa, fazer o que eu gosto.

Cássia: Me formar e me formar com CR alto, levar essa discussão para universidade, eu acho que eu tenho esse papel lá dentro, se não for eu ninguém vai fazer porque não é a realidade de ninguém ali, as pessoas geralmente não pensam pra fora, e fazer carreira de produtora, jornalista, repórter de TV e se deus quiser ser uma repórter de rua de bancada de tele jornal, uma apresentadora. Ter um lugar de ascensão e referência que diga para a sociedade que a gente tem todo potencial e que pode conseguir o que agente quiser como qualquer outra pessoa.

Baby: Ah, então, eu pretendo conseguir terminar o curso, conseguir um estágio logo, né, um estágio, e já cumprir as horas que eu tenho que cumprir, conseguir um emprego na área ou um emprego que eu consiga me manter, um emprego que seja de segunda à sexta, que não seja tão desgastante quanto o meu, que eu trabalho de segunda a sábado.

Elza: Bom, eu não vou mentir para você que eu quero me colocar profissionalmente, que eu não quero. Lógico eu me preocupo com isso. Seria hipocrisia da minha parte, apesar de ter falado, tentado desconstruir essa coisa da importância plena da faculdade, e da faculdade como detentora do conhecimento, né. As pessoas que fazem faculdade são detentoras do conhecimento. Quem não faz não é. Não é bem assim. Mas eu não vou mentir para você que eu quero me posicionar. Se eu quero arrumar um emprego, eu sei que isso vai facilitar. Vamos ver, né. A minha intenção é essa. Me profissionalizar, entendeu? Mas não é só isso, não é só isso. Não é só a profissionalização que conta. Existe uma questão que vai, além disso, no sentido de você evoluir, você evolui como ser humano, você tem que evoluir.

Acreditando nessa possível expansão do acesso e permanência de populações transexuais no contexto universitário, tem-se em mente que ações afirmativas contribuíram na democratização dos processos educacionais em nosso país. No entanto, quando refletimos sobre as populações trans, ainda existem inúmeras barreiras em relação a políticas públicas

que precisam ser discutidas e problematizadas em todos os meios. Observa-se que é necessário e importante que as histórias, memórias e vozes dessas populações invisíveis, e/ou outras, sejam ouvidas para que fomentem políticas públicas participativas, visando oferecer garantias e soluções coletivas que transformem suas realidades.

Pois, como concluí Nara no final de sua entrevista, sobre a importância de pessoas trans estarem hoje dentro das universidades:

Uma coisa importante para se pontuar, não sei se falamos antes na entrevista disso, mas o quanto o ambiente universitário e o movimento trans dentro do movimento universitário esteja fazendo com que a universidade seja um ponto de referência entre as pessoas trans, quando você se afasta da sua família, entra na universidade consegue dar um início, ou da seqüência do processo de transição, longe dos olhos dos seus pais, mas contando com a admiração por você ter entrado nesse espaço tão seletivo né, isso faz com que você ganhe mais argumentos ou elementos para negociar sua aceitação. Há uma negociação ali, como você vai ser aceito, para você ser aceita, não basta só você existir e chegar lá, tem uma fórmula de seduzir, negociar, não sei exatamente os termos, mas eu tenho essa impressão de que a universidade serve como ele elemento importantíssimo para as pessoas conseguirem aceitação familiar, aceitação na sociedade e aí muitas dessas pessoas que passam pela universidade já saem da universidade com os documentos retificados, que é uma mão na roda para você conseguir acesso a cidadania. Dá inclusive para você viver uma vida blindada de trans no armário de novo, ninguém sabe que você é trans mesmo, vão achar que você é cis já que seus documentos estão dizendo que você é. Uma das coisas que a gente queria cobrar da universidade é um compromisso com a população trans, um compromisso nesses termos, em pensar em oferecer um acompanhamento endocrinológico para terapia hormonal, oferecer acompanhamento jurídico para ajuda à retificação de documentos, psiquiátrico para laudos, ou seja, se a universidade oferece esse apoio para seus estudantes trans, consegue ao menos fazer que ao final do processo da universidade, quando você se forma, consegue se colocar no mercado de trabalho de outra maneira, e se colocando no mercado você consegue estabelecer precedentes para que as pessoas trans consigam ocupar mais espaço, porque não basta ter um diploma, se tiver o diploma e ter o documento retificado você consegue chegar de outra maneira nesses espaços. Mas tem esse negócio que eu te falei, quase todas as pessoas trans transicionaram depois de passar no vestibular, depois de estar, de ver que tem um ambiente acolhedor, que tem um movimento lá que pavimentou o caminho. Se você se transicionar na adolescência você vai ter sofrido um milhão de violências que pode dificultar bastante você ter condições de prestar um vestibular e entrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não consigo falar em “conclusão”, por isso prefiro utilizar o termo “considerações finais”, ou parciais. O que existe é um ponto de partida que se construiu no momento que iniciei meus estudos sobre gênero e sexualidade, no segundo ano de graduação, influenciando na minha trajetória de vida e acadêmica e culminando na busca de uma seqüência de estudos e indagações, que prosseguiram no desejo de continuar os estudos na pós-graduação, o que, por sua vez, foi possibilitado por meio de meu ingresso como pesquisador no programa de mestrado em educação.

No início, nada estava pronto e consistente, mas havia um desejo grande, com minha dissertação, de poder apresentar ao mundo vidas que não são importantes por não se enquadrarem dentro de uma expressão de gênero considerada normal. Mas, afinal, o que é normal ou anormal? Tive uma grande dificuldade de início, por ter contato maior com a travestilidade, mas não com a transexualidade, e a partir das orientações e de minhas indagações e leituras foi possível estabelecer um ponto de partida, que foi o da compreensão do processo de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais no contexto universitário. Mesmo não tendo como saber a quantidade de pessoas trans que estava iniciando seus estudos ou que estavam no ambiente universitário, iniciei a minha busca.

Dentre as tantas dificuldades iniciais no processo de fabricação dessa dissertação, a primeira foi a conscientização de minha cisgeneridade, causando medo, angústia, sentimento de impotência em querer adentrar numa realidade que não era minha, em sentimentos e histórias de exclusão, de violências e desrespeito pelos quais eu nunca senti. Como eu, um homossexual cisgênero iria falar por, descrever experiências e as histórias de travestis e transexuais que não faziam parte do meu ciclo de contatos e de meus saberes? Contudo esse medo se esvaiu quando iniciei meu campo, ao buscar minhas/meu interlocutoras/r inicialmente via internet e receber respostas de aceitação ao diálogo para comigo. É obvio que a primeira entrevista “a gente nunca esquece”, mas o carinho e atenção que fui recebendo através de minhas entrevistadas e meu entrevistado dissiparam o medo e a angústia com o tempo, me levando a perceber que posso falar por meio delas/e, valorizando suas falas em suas narrativas e deixando sempre a clareza que estou do outro lado como um expectador, expondo ao mundo suas vivências e experiências.

Outra dificuldade foi de superar uma visão homogênea das existências trans e compreender a singularidade das existências trans, essas vidas que me apresentaram um mundo que eu não conhecia em suas matizes. Um mundo onde cada vida tem sua maneira de ser vivida e sentida das mais variadas maneiras, formas e cores. Aprendi, sobretudo, que tanto seus corpos quanto o meu estão em constante processo performativo de transformação.

Acredita-se nesta dissertação que, ao construirmos um panorama histórico de suas vidas - desde suas primeiras experiências que afloraram sua sexualidade, a descoberta de suas expressões de gênero trans (que para muitas de minhas interlocutoras iniciou-se na infância), suas experiências escolares e a busca de um emprego formal – isso permite entender como as/o participantes puderam burlar todo um histórico de discriminação, em busca de um diploma superior que possa lhes oferecer um futuro melhor, além da visibilidade e aceitação.

Dentre tantas histórias colhidas em depoimentos, entre tantas singularidades, não há dúvida que para todas as pessoas trans o processo de transição e construção de suas sexualidades é o mais doloroso. Muitas e muitos transexuais e travestis passam pela incompreensão familiar inicial, causada muitas vezes pelo não entendimento de suas existências, atrelada por questões relativas de cunho religioso e pelo preconceito do “diferente” da cisheteronormatividade, gerando desde a violência física e verbal pela não aceitação, até em vários casos a expulsão de casa. Embora as/o participantes de minha pesquisa tenham passado por situações problemáticas entre familiares, o fato de não terem (com exceção de Cazuzza) sido expulsas de casa pode ter contribuído para que seus projetos de vida não se tornassem ainda mais prejudicados, possibilitando com que conseguissem, mesmo que nem sempre na idade prevista, concluir o ensino médio e hoje cursar uma universidade.

No período escolar, as várias situações que fundamentam separações entre gêneros, estimulando a competição e em seguida a perpetuação de preconceitos generificados, contribuiu para que situações de discriminação fossem comuns em suas vidas. O modelo hegemônico de escola vigente e suas fundamentações teóricas são inerentes a um modelo de sociedade normatizadora e cisheteronormativa. Assim, como pensar existências que não estão adequadas a esses modelos, no caso dos corpos e expressões transexuais, travestis, não-binários, gêneros fluídos ou agêneros?

Essas fronteiras generificadas constituintes do ambiente escolar se mostraram presentes em diversas situações vividas pelas minhas interlocutoras/r, desde violência física e verbal, constrangimentos e perseguições até a expulsão da escola por sua não-adequação as normas propostas, pois a abjeção de pessoas que fogem as normas de gênero corresponde a

um dos suportes da manutenção da cisheteronormatividade e a escola tornou-se uma das instituições centrais para a permanência desse modelo de sociedade.

Também é recorrente nas entrevistas a ausência de conhecimento das/os docentes, das/os gestores e das/os funcionários com relação a questões relacionadas á diversidade sexual e de gênero, gerando, conseqüentemente, invisibilidade e preconceito quando se coloca em pauta no ambiente escolar esses corpos que não condizem com a cisheteronormatividade. Embora existam vários projetos e programas governamentais, apresentados no corpo dessa dissertação, por motivos ideológicos, religiosos e pragmáticos estes não estão sendo implementados de forma suficiente, contribuindo assim, para que continuem os casos de discriminação, suicídio, violência de todos os tipos e assassinatos a pessoas LGBTs por todo o país.

Algumas de minhas/meu interlocutor/as, além de passaram por um processo de escolarização formal sem terem o reconhecimento de sua expressão de gênero, deparam-se, além disso, com problemas de desigualdade de classe, uma vez que uma grande parte vem de famílias da base da pirâmide social. A possibilidade da ascensão social pela via de um “bom emprego” (que supostamente exige qualificação) é barrada pela transfobia no mercado de trabalho. Isso as levou à exploração excessiva dos empregos precários ou à necessidade muitas vezes de se prostituir. A precariedade de empregos ofertados a travestis e transexuais, ou seja, a transfobia no mercado de trabalho são conseqüentes da opressão de gênero, abjeção ao diferente e não-aceitação a expressões de gênero trans, pois não se apresentam condizentes aos padrões cisheteronormativos de sociedade.

No entanto, por meio das conquistas do movimento trans e de outros movimentos, minhas/meu interlocutoras/r pudessem ingressar em seus cursos universitários, buscando assim, dentro de uma qualificação universitária, o reconhecimento humano e a aceitação de ser respeitadas/o enquanto futuras/o profissionais. Entre essas conquistas, destacam-se: a implementação legal e o direito de utilização do nome social para travestis e transexuais em instituições de ensino que aderiram à legislação e nas avaliações nacionais como o ENEM; as políticas de inclusão governamentais ao acesso a minorias étnicas e raciais de baixa renda pelo oferecimento de vagas em universidades públicas federais e estaduais pelo sistema SISU e no oferecimento de bolsas de estudos em universidades privadas e confessionais pelo PROUNI.

Podemos também citar como fundamentais, além das conquistas do movimento trans e dos programas sociais descritos acima, projetos sociais que vem ampliando o acesso de travestis e transexuais nas universidades em todo país. Exemplos disso são o Programa

Transcidadania, realizado pela prefeitura de São Paulo desde 2015 e os cursinhos preparatórios, espalhados pelas capitais de nosso país, organizados por ONGs voltadas à escolarização nos vários níveis desta mesma população, com pouco ou nenhum apoio por parte do poder público. Contudo, um ponto relevante evidenciado na presente pesquisa é o de que, embora esteja sendo ampliado acesso de travestis e transexuais no âmbito universitário, ainda são isolados os casos de políticas públicas de permanência quando se relaciona a população trans. E, geral os auxílios aos participantes da pesquisa ocorreram somente se estavam na situação de cotistas por renda, ou seja, não há uma especificidade no oferecimento e manutenção de políticas públicas que contribuam para sua permanência.

O direito à educação de qualidade é um aspecto fundamental e deve ter como prioridade a construção de uma sociedade inclusiva e, por isso, assegurar adequadamente esse direito é um dever do Estado. Desta maneira, acredita-se que as políticas de democratização do ensino requerem não apenas oferecer condições para que todos e todas possam estudar, mas também é assegurar a igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo. No caso das/o transexuais por mim pesquisados, as dificuldades encontradas incluem pagar a matrícula da universidade (no caso das universidades particulares e/ou confessionais), utilização de banheiro segundo o gênero de identificação, acesso a moradia estudantil, bolsas de auxílio alimentação, trato adequado por parte de docentes e funcionárias/os não-capacitadas/os a lidar com o tema. Os relatos sobre preconceito dentro do contexto universitário são menos incisivos dos que os existentes na escolarização fundamental e média, porém existem e ambos estão relacionados, uma vez que minhas/meu interlocutoras/r evidenciaram o medo que a universidade reproduzisse os mesmos preconceitos e exclusões que sentiram na fase escolar. A necessidade de sobrevivência dentro de um universo que ainda não as/o compreende e o sentimento de isolamento no contexto universitário frente à transexualidade também são elementos que foram apontados como problemáticos.

No entanto, além das conquistas sociais obtidas em uma esfera macro, não há dúvida que a militância trans emergente no contexto universitário de uns anos para cá e efetivamente exercida por minhas/meu interlocutores nos espaços universitários, apresentou-se como importante para a transformação do ambiente que habitam, contribuindo para a mudança de paradigmas, a aceitação de suas subjetividades, o reconhecimento de direitos e o respeito à diversidade humana e de gênero.

Segundo minhas/meu interlocutoras/r, não basta só proporcionar qualificação intelectual. A Universidade tem o dever social de criar e oferecer políticas de manutenção das existências trans, pois a realização de um curso universitário pode proporcionar para esse

segmento maior aceitação por parte da família, e, em segunda grau, pela sociedade como um todo. É necessário, segundas as/o mesmas/o um compromisso com a população trans para a manutenção de sua permanência e legitimidade de seus direitos, que poderia incluir o acompanhamento endócrino para terapia hormonal, o jurídico para ajudar retificação de documentos e o psiquiátrico para laudos para quem deseje cirurgia de transgenitalização. Acredita-se que esse apoio para as/os estudantes trans contribuiria para que, ao finalizarem seus cursos, obtivessem melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho e para que conseguissem ocupar mais espaços e terem maior visibilidade.

Os resultados obtidos apontam que, por mais que as ações afirmativas e as políticas públicas voltadas para populações travestis e transexuais ainda sejam insuficientes, muitas de suas conquistas advém da militância e de organizações não-governamentais voltadas para esses segmentos. A universidade ainda está aprendendo a conviver e respeitar a presença de travestis e transexuais no seu meio, mas a revolução trans está por vir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wilson de Mesquita. **Ampliação do Acesso ao Ensino Superior Lucrativo Brasileiro: Um estudo Sociológico com Bolsistas do Prouni na Cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado). Área de Concentração: Sociologia – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Sociologia, São Paulo, 2012. 294p.

_____ **O Prouni e a “Democratização do Ensino Superior”:
Explorações Empíricas e Conceituais**. In: 33ª Reunião Nacional da Anped, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6232--Int.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

AMARAL, Thiago Clemente. Travestis, Transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. **III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador. Maio. 2013. p.1-13.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado). Área de Concentração: Educação – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. 278 f.

ANTRA – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais solicitam que se tratem travestis no feminino. Disponível em: <http://www.alegriafalhada.com.br/antra-articulacao-nacional-de-travestis-e-transexuais-solicita-que-se-trate-travestis-no-feminino/#comment-134> > Acesso em: 15. Jan. 2016.

ARENT, Hannah. A crise na educação. In: **Educação em debate**. Tradução: Mauro W. Barbosa. 7ª Ed. - São Paulo: Perspectiva, 2011. págs. 221-247.

ARNOLDI, M.A.G.C. ; ROSA, M. V. de F. P. do C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação da resolução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 112 p.

BENTO, Berenice. PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do Gênero: A Politização das Identidades Abjetas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto, 2012. págs. 569-581.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na perspectiva transexual**. 2ª Edição. Natal: EDUFRN, 2014, 330 p.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-agosto, 2011. págs. 548-559.

BERGAMO, Mônica. **Projeto de Educação para Travestis e Transexuais em SP deve duplicar vagas**. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/01/1724413-projeto-de-educacao-para-travestis-e-transexuais-em-sp-deve-duplicar-vagas.shtml?mobile>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

BOCK, Silvio Duarte. **A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém egressos do ensino médio**. Tese (doutorado). Área de Concentração: Educação – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2008. 159 f.

BOECKE, Cristina L. **Casa ajuda transexuais e travestis a conquistar educação e respeito**. 2016. Disponível em : < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/casa-na-lapa-ajuda->

[transexuais-e-travestis-conquistar-educacao-e-respeito.html](#) > Acesso em: 26 de setembro. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160p.

BIKLEN,S.; BODGAN, R. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma Introdução à Teoria aos Métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de Primeiro Ano - Reuni**. Brasília, 2008. 17 p.

BRASIL, Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação Secretaria Especial dos Direitos Humanos – **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 32p.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Programa Brasil sem Homofobia: **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 2009. 45 p.

BRASILIA (Distrito Federal). DECRETO No- 6.944, de 21 de agosto de 2009, e em face do disposto no art. 3º, inciso IV, e no art. 5º, caput, e inciso XLI, da Constituição Federal de 1988, Art. 1º e 2º assegura em todos os âmbitos da federação o uso do nome social adotado por travestis e transexuais. Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade. Disponível em:<
<http://www.abgl.org.br/docs/Ministerio%20do%20Planejamento%20portaria%20233%202010.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2015.

BRASILIA (Distrito Federal). DECRETO No 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 out. 2012. p. 199. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/decreto_7824.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

_____. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. – 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 238 p.

_____. **Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia**. Trad.: Fermín Rodríguez – 1ª Edición. - Buenos Aires: Paidós, 2006. 192 p.

CAMPANHA por uma Convenção Interamericana por Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. (2008) **Manifesto**, versão abreviada. São Paulo: CCIDSDR. 24 p.

CARRIERI, Alexandre, P.; SOUZA, Eloisio M.; AGUIAR, Ana Rosa, C.; Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **RAC**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, Jan./Fev. 2014. pp. 78-95.

CARVALHO, Mirela. **Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador**. 2015. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html>> Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Latino Americana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. Dossier nº 2, nº 14 – Agosto 2013- pp. 319-315.

CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, João Ferreira de. DOURADO, Luiz Fernandes. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, J. RISTOFF, D. (Orgs.). **Avaliação democrática – para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

CID – 10. Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transexualismo> > Data da publicação (2007). Acesso em: 28 de julho de 2016.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao Ensino Superior. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP Vol. 18, n. 1, Março. 2013. p. 23-44.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, Vol. 25, n. 88, Especial - Outubro. 2004. p. 795-817. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006. São Paulo: APOGLBT, 2007. 96 p.

FERNANDES, Sara. **Uso de nome social no Enem traz avanço a travestis e transexuais**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/06/travestis-e-transexuais-podem-solicitar-uso-do-nome-social-no-enem-a-parti-de-hoje-4887.html> > Acesso em: 06 dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque – 1ª Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2014, 175p.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), Tradução. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p.

GREEN, James N. **Além do Carnaval. A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX**. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 541 p.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Narrativas Queer no Jornalismo: o desafio da complexidade e das compreensões sobre gêneros e sexualidades**. GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, RJ. Set. 2015. 13 p.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. **Identidades Sexuais Não-Hegemônicas: A Inserção dos Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho Sob a Ótica Queer**. In: Anais ANPAD, VI, 2010. Florianópolis, 2010. P. 1- 15.

JESUS, Jaqueline, G. Interloquções Teóricas do pensamento transfeminista. In: **Transfeminismo: teoria e prática**. Org. Jaqueline G. de Jesus et al., 2 Ed. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015. p. 17-32.

LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In. HOLANDA B. H. **Tendências e Impasses – O feminismo como Crítica da Cultura**. Rocco Editoras. 1994. págs. 207-238.

LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (Des) patologização, (In) segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto /2012. págs: 559-568.

LIMA, Anderson. Universidade Federal de Pernambuco lança Política LGBT, 2016. Disponível em: <
https://www.ufpe.br/sib/index.php?option=com_content&view=article&id=459:universidade-

[federal-de-pernambuco-lanca-politica-lgbt&catid=6:noticia&Itemid=12](#) > Acesso em: 3 de fevereiro de 2017.

LIMA, Wilson. **Deputados tentam vetar uso de ‘nome social’ a LGBT**, 2015. Disponível em: < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/parlamentares-quer-extinguir-%E2%80%9Cnome-social%E2%80%9D-nas-escolas-para-lgbt-e-transgeneros/>> Acesso em: 13 de janeiro de 2017

LIONÇO, Tatiana. Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In. **A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa**. Org. Alessandro Rodrigues, Gustavo Monzeli, Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira - Vitória: EDUFES, 2016. 346 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

LUCON, Neto. **OMS está a poucos passos de desclassificar identidades trans como transtorno mental**. 2016. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/07/oms-esta-poucos-passos-de.html>> Acesso em: 29 de julho de 2016.

MATTOS, Amana; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na Psicologia. **Periódicus**. Salvador. Vol. 1, nº. 5, Maio/Outubro, 2016. p.132-153. Disponível: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

MEC/SECADI. **Planos Municipais e Estaduais não podem proibir as questões de gênero, porque contariam as diretrizes nacionais de Educação**. 2016. Disponível em: < <http://www.deolhonosplanos.org.br/planos-educacao-proibicao-genero/>> Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

MELLO, Ricardo Pimentel. COSTA, Anacely Guimarães. SAMPAIO, Juliana Vieira. Regularidades e resistências: Brasil sem Homofobia. **REU**, Sorocaba, SP. vol. 39, nº. 1, Junho, 2013. p. 161-183.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas. Vol. 3, nº106, Janeiro/Abril, 2009. p. 15-35. Disponível: < <http://www.cedes.unicamp.br> >

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre. Ano 11, nº 21, Janeiro/Junho, 2009, p. 150-182.

_____. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. **Revista Florestan Fernandes – Dossier Teoria Queer**. São Carlos, Ano 1, nº 2, Novembro 2014. págs: 8-25.

NATIVIDADE, Marcelo; de OLIVERIA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Nº. 2, 2009, pp. 121-161.

NEIL, Franco; CICILINI, Graça Aparecida. Professoras Trans Brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-agosto/2015. págs. 325-345.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: Cultura do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. 380 p.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução: Thomas Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000. 96 p.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **“Ser jovem” e “Ser adulto”: identidades, representações e trajetórias**. Tese (doutorado). Área de Concentração: Sociologia – Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2007. 464 f.

PORTAL BRASIL, **Mais de 400 travestis e Transexuais usarão nome social no Enem 2016**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/07/mais-de-400-travestis-e-transexuais-usarao-nome-social-no-enem-2016> > Acesso em 14 de janeiro de 2017.

PRAGMATISMO POLÍTICO. 2016. Disponível em: pesquisados < <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/pec-afeta-direitos-politica-lgbt.html> > Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1edições, 2014. 223 p.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei. Vol.10(1), Janeiro/Junho, 2015. p. 194-207.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU, 1983. 171 p.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas. Vol. 31, nº113, Outubro/Dezembro, 2010. p. 1223-1245. Disponível: < <http://www.cedes.unicamp.br> >

_____. Educação Superior: Bem Pública Equidade e Democratização. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP. Vol. 18, nº. 1. Março, 2013. p. 107-126.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Vol. 15, nº2, Julho/Dezembro, 1990. p. 71-99.

SPOSITO, Marília Pontos. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**. N ° 5, Mai/Jun/Jul/Ago - N ° 6 Set/Out/Nov/Dez, 1997. p. 37-52.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres Transexuais**. Dissertação (mestrado). Área de concentração: Psicologia - Pontifícia Católica de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia como Profissão e Ciência, Campinas, 2012. 126 f.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. BONASSI, Bruna Camillo. AMARAL, Marília dos Santos. QUEIROZ, Mariana Amaral de. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**. 2015, Vol. 17, nº 3. Dezembro, 2015. p. 83-98.

TORRES, Marco Aurélio. **A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas**. Tese (doutorado). Área de concentração: Psicologia – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Belo Horizonte, 2012. 361 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Direitos e Violências na experiência de Travestis e Transexuais em Santa Catarina: construção de perfil Psicossocial e mapeamento de vulnerabilidades**. Relatório Final CNPQ, 2012-1017.

WENTZEL, Marina. **PEC do teto é radical e compromete investimentos em infraestrutura, saúde e educação, diz órgão da ONU para desenvolvimento**. 2016. Disponível em < Dados pesquisados < <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38293617> > Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

ANEXO

Roteiro de Entrevistas

- Eu te chamo de _____ ou você tem algum apelido, algum outro jeito que gosta de ser chamado?
- Agradecer a disponibilidade em participar da pesquisa
- Informar novamente o objetivo da pesquisa, ler o TCLE com a pessoa, tirar possíveis dúvidas e colher assinatura.
- (Relembrar a garantia do sigilo: essas informações serão utilizadas apenas para a análise, mas não serão utilizadas de forma a identificar a pessoa entrevistada. Relembrar que a pessoa pode ou não responder qualquer das perguntas).
- Você se incomodada de dizer sua idade atual?
- Vida pessoal (processo transexualizador, como é a vida, as possibilidades e limites).
- Em termos de religião, prática religiosa, em qual você foi criadx? E hoje, com qual você se identifica?
- Em termos da cor da pele, como você se identifica?
- Você diria que vem de uma família mais de classe baixa, média ou alta? E hoje em dia, como você definiria sua classe?
- Em termos de orientação sexual, como você se identifica? Como o sujeito se define sexualmente, conflitos, etc
- Discutir um pouco sobre o contexto escolar...
- Estudou integralmente em escolas pública ou privada. Como se deu o ingresso na educação, processo de entrada, trajetória, nos contextos educacionais instituição.
- (retomar percepção / vivências trans na escola)
- Como você acha que a questão trans era vista na escola? Havia apoio? (alunos, professores, funcionários, direção)
- Durante seu período escolar, você tomou conhecimento em alguma disciplina, palestra ou oficina que discutiu-se sobre transexualidade ou travestilidade?

Sobre universidade...

- Curso escolhido?
- Universidade que cursa?
- O que dificultou seu acesso a universidade? Preconceito, questões financeiras, dificuldades para o acesso?
- O que te motivou a fazer esse curso? Seu interesse surgiu da onde?
- Você acredita que deve haver investimentos públicos para pessoas trans permanecerem e serem acolhidas na Universidade?
- Na sua universidade há mais alguma pessoa trans além de você? Alguma docente, docente, funcionário ou funcionária?

- Você considera que seus professores e colegas de sala te aceitam sem preconceito, ou acredita que uma pessoa trans no convívio universitário ainda é discriminada?
- Como você vê a aceitação em relação a:
 - nome social
 - vestimentas
 - utilização dos banheiros na Universidade
 - aceitação de colegas em relação a fazer atividades conjuntas
- Você acredita que o fato de você estar em uma universidade poderá obter uma ascensão social e uma conseqüentemente uma maior aceitação? Ou seja, acha que existem mudanças em relação à maneira como a sociedade interage com você em virtude de estar freqüentando uma universidade?
- Conte sobre como tem sido sua experiência dentro da universidade?
- Você ainda se sente um sentimento de exclusão das populações trans dentro do contexto universitário?
- Quais são os planos para o futuro?
- Você exerce alguma militância nessa área? Dentro da Universidade também?